Agradecimentos:

Ao Professor Doutor Manuel Carlos Silva, meu orientador de estágio da Universidade do Minho, pela orientação, atenção e disponibilidade que dedicou ao longo do período de estágio.

Ao Dr. Carlos Aguiar Gomes, Coordenador do Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza, pela atenção e apoio demonstrados.

À Dra. Isabel Amorim, Socióloga do Núcleo Distrital de Braga da REAPN, pela amizade, apoio, e ajuda que sempre me prestou.

E, por fim, à minha família, amigos e namorado, pela paciência e apoio que sempre tiveram comigo ao longo de mais uma etapa da minha vida.

ÍNDICE

Agradecimentos……Pág.
Introdução……..5
Objecto de Estudo……....7

Capítulo I

1 - Aspectos Metodológicos
- Delimitação do Universo de Estudo……..8
- Método e Administração das Técnicas de Investigação……9
  - Inquérito por Questionário (operacionalização dos conceitos)……9
  - Análise Documental……...12

2 - Enquadramento Conceptual e Teórico
- Estado-Providência e Sociedade-Providência em Portugal……13
- O Terceiro Sector……...18
  - Instituições Particulares de Solidariedade Social……19
  - A importância do Voluntariado……23
- Clarificação dos conceitos de Pobreza e Exclusão Social……..25
- A Exclusão Social na Perspectiva dos Clássicos……31
- Globalização, Desigualdades e Exclusão Social……..36
- Panorama da Sociedade Portuguesa……40
  - A pobreza e a Exclusão Social em Portugal……..40
  - Categorias Vulneráveis……42
  - Categorias Vulneráveis……46
- Acção Social - Respostas, Programas e formas de luta contra a Pobreza e Exclusão Social……..49

3 - Hipóteses de Trabalho
- Hipóteses……55

Capitulo II - Breve Caracterização Demográfica, Social e Económica dos Concelhos em análise

Enquadramento Geográfico……57

Área, Freguesias e População……60

Indicadores Demográficos……...62

Educação

Analfabetismo…….....63

Abandono Escolar……..64

Níveis de Escolaridade da População Residente…….65

Estabelecimentos de Ensino…….....66

Saúde

Infra-estruturas de Saúde…….66

Alguns Indicadores de Saúde……..67

Habitação……..68

Tecido Económico, Emprego e Desemprego

Tecido Económico……..69

População Activa……70

População Empregada por Sectores de Actividade…….71

Desemprego……72

Protecção Social

Valências e Público-alvo……...75

Pensionistas por concelho……76

Rendimento Mínimo Garantido…….....76

Prestações de Desemprego……77

Cultura e Recreio……78

Capitulo III - Análise dos dados obtidos através da aplicação do Inquérito

Caracterização Institucional

Antiguidade e Natureza Jurídica……..79

Âmbito de Intervenção……...81

Instalações das Instituições……..83

Objectivos da Instituição……85

Dimensão……85

Público-alvo e Valências/Actividades……..88

Recursos Humanos……92

Integração em Organismos Nacionais/Internacionais……..96

Modelo de Gestão e Prioridades de Organização

Os Dirigentes……..97

Formas de melhoria do desempenho dos Recursos Humanos……...100

Identificação e caracterização dos principais Problemas Sociais na Área Geográfica de Intervenção da Instituição

Problemas Sociais identificados na área de intervenção……..101

Respostas Sociais……...104

Formas de detectar os Problemas Sociais……..106

Auto-avaliação da actuação em relação aos problemas identificados……106

Desenvolvimento e formas de Actuação, de Trabalho e Intervenção

Trabalho/Colaboração com outras Entidades…….108

Instituições que deveriam dar mais apoio……110

Fontes de Financiamento……111

Relações externas com outras instituições/associações……..113

Desenvolvimento/Participação de Projectos Nacionais/Comunitários……114

Recursos Financeiros……..120

Recursos Informáticos……120

Representações sobre Exclusão Social e formas de Intervenção para a sua atenuação ou resolução

Grau de Vulnerabilidade dos Grupos Sociais……..121

Responsabilidade pelas Resolução dos Problemas Sociais……123

Beneficiários da Intervenção Social……..125

Conclusão……..126

Bibliografia……132

Anexos

Anexo 1 - Inquérito por Questionário

Anexo 2 - Quadros de Caracterização Demográfica, Económica e Social dos Concelhos em análise

Anexo 3 - Quadros de Análise de Dados

Anexo 4 - Listagem dos Projectos desenvolvidos

Anexo 5 - Lista das Instituições participantes

Anexo 6 - Fichas de Caracterização Institucional

Introdução

O presente trabalho de investigação subordinado ao tema dinâmicas de entidades particulares de solidariedade social - os casos de Guimarães e Vizela, integra-se no âmbito de um estágio curricular da licenciatura em Sociologia pela Universidade do Minho, realizado no Núcleo Distrital de Braga da Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal (REAPN).

A criação de uma Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti Poverty Network - EAPN) surge com a preocupação da Comissão Europeia (Direcção Geral dos Assuntos Sociais) perante o aumento dos fenómenos da pobreza e da exclusão social na Europa nos anos 80. Neste contexto a Comissão Europeia solicitou às Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social, que se organizassem e constituíssem um grupo de pressão, de modo a imprimirem uma maior eficácia nas acções destinadas ao combate à pobreza e exclusão social. Actualmente, a Rede Europeia Anti-Pobreza está presente nos quinze Estados-Membros da União Europeia e em alargamento nos novos dez Estados-Membros. Desde a sua fundação a EAPN é um órgão interlocutor privilegiado para as questões da pobreza e da exclusão social junto da Comissão Europeia, do Conselho da Europa, sendo ainda auscultada em diversas instancias tais como o Comité de Protecção Social, o Comité Europeu de Emprego e o Parlamento Europeu. Em Portugal, e por decisão dos doze membros que representaram Portugal na Assembleia Constituinte da EAPN (1990) e pela necessidade de dotar a rede nacional de estabilidade jurídica para poder intervir, foi criada a Associação REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal, formalizada notarialmente a 17 de Dezembro de 1991.

A REAPN é assim uma Organização Não Governamental que desenvolve a sua actividade no âmbito da luta contra a pobreza e exclusão social em Portugal. Para atingir o seu objectivo, privilegia como instrumentos de acção a Informação, a Formação e a Investigação. Esta organização tem como pressupostos de intervenção o partenariado, a participação, iniciativas inovadoras e modelares, formação e informação continuada e alargada, intercâmbio de serviços, saberes e experiências, entendimento da luta contra a pobreza e exclusão social enquanto estratégia transversal a todas as medidas e políticas, e participação nas politicas sociais em Portugal (protocolos com o Estado da República Portuguesa). Em 1994 a REAPN iniciou um processo de territorialização da organização, através da criação e funcionamento de núcleos distritais, entendendo essas estruturas como a melhor forma de combater ao nível local a pobreza e a exclusão social. Actualmente encontram-se implementados dezoito Núcleos distritais da REAPN: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

O presente estudo intitulado “Dinâmicas de Entidades Particulares de Solidariedade Social - os casos de Guimarães e Vizela”, foi proposto pela entidade acolhedora Núcleo Distrital de Braga da REAPN com o objectivo de dar continuidade a outros estudos já realizados do mesmo género em outros concelhos do distrito, designadamente referentes ao concelho de Braga (em 2003), aos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Vieira do Minho e Terras de

Bouro (em 2004) e aos concelhos de Esposende e Barcelos (em 2005). Através do conjunto destes estudos pretende-se obter um conhecimento actual e o mais representativo possível sobre a dinâmica, actividades, necessidades e prioridades das entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos do distrito de Braga.

No âmbito desta investigação visa-se obter um conhecimento acerca do tecido sócio-institucional local, ou seja, acerca da prática e das representações das entidades particulares de solidariedade social quanto à forma como percepcionam os problemas sociais, as principais problemáticas no local de intervenção, os grupos de maior vulnerabilidade à pobreza e exclusão, os principais públicos-alvo e respostas sociais das instituições, as prioridades de intervenção, recursos humanos e financeiros e estratégias e metodologias de trabalho. Trata-se pois, de um estudo que, visa abordar as problemáticas da pobreza e exclusão social na óptica das entidades particulares de solidariedade social, podendo funcionar como um instrumento de trabalho e de diagnóstico para futuras acções.

Para a realização do estudo foi necessário proceder a uma análise bibliográfica e à construção da problemática teórica (Estado-Providência e Sociedade-Providência em Portugal; Terceiro Sector; clarificação dos conceitos de Pobreza e Exclusão social; a Exclusão Social nas perspectiva dos Clássicos; Globalização, Desigualdades e Exclusão Social; Panorama da sociedade portuguesa e abordagem às repostas, programas e formas de luta contra a Pobreza e Exclusão Social). Deste quadro teórico de referências resultaram as hipóteses orientadoras de todo o trabalho. Posteriormente, passou-se à fase da verificação empírica, procedendo-se à aplicação de um inquérito por questionário às instituições localizadas nos concelhos de Guimarães e Vizela. Este foi elaborado pela REAPN e pelos responsáveis do Relatório da Rede Social de Braga - Prof. Doutor Carlos Silva e Prof. Doutora Engrácia Leandro - do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho. Após a fase de aplicação e recepção dos inquéritos, procedeu-se ao tratamento dos dados recorrendo ao programa informático SPSS (Statistical Program for Social Sciences) e a análise e discussão em torno dos resultados, com vista à confirmação ou refutação das hipóteses de trabalho.

O presente relatório encontra-se assim, estruturado por vários capítulos: um primeiro que contempla os aspectos teóricos e metodológicos e, a apresentação das hipóteses de trabalho; um segundo capítulo respeitante à caracterização Demográfica, Social e Económica dos concelhos objecto de análise - Guimarães e Vizela e, um terceiro capítulo que abarca a análise dos dados obtidos através da aplicação do inquérito. Por último, é apresentada a conclusão.

Objecto de Estudo

A pobreza e exclusão social não são fenómenos só de hoje, desde sempre existiram, mas nunca estas problemáticas se revestiram de tanta visibilidade e dimensão, pelo que não podem deixar de estar na ordem do dia das agendas governamentais em todo o mundo. Mais que um problema local ou nacional, a pobreza e a exclusão social revelam-se um problema à escala global, pelo que é fundamental implantar formas de intervenção eficazes para a sua atenuação.
A presente investigação reporta-se à caracterização e formas de actuação das entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos dos concelhos de Guimarães e Vizela no âmbito da atenuação dos fenómenos da pobreza e exclusão social. O Estado, o principal responsável pela promoção da Protecção Social, tem uma actividade cada vez mais indirecta, depositando esse papel e essas funções no Terceiro Sector, constituído pelas entidades particulares de solidariedade social que são objecto do nosso estudo, mais concretamente, as de Guimarães e Vizela. Assim, de forma a delimitar a investigação, conceder-lhe um fio condutor com a intenção de melhor compreender e explicar a realidade/objecto de estudo, procedeu-se à elaboração da seguinte questão de partida:

Em que medida se verificam formas e mecanismos de Solidariedade Institucional nos concelhos de Guimarães e Vizela e quais os factores que explicam a medida de presença/ausência das referidas formas e mecanismos de solidariedade institucional?

Com esta questão pretende-se analisar as formas de actuação/intervenção da rede institucional não lucrativa dos concelhos de Guimarães e Vizela, ou seja, visa-se percepcionar que tipos de respostas são dadas pelas instituições de solidariedade social sem fins lucrativos destes concelhos perante os problemas sociais, nomeadamente de pobreza e exclusão social que os afectam.
Para tal tornou-se necessário proceder à utilização de um conjunto de indicadores, tais como, públicos-alvo, valências/actividades e respostas sociais, recursos humanos técnicos, voluntariado, percepção das necessidades e prioridades de intervenção, formas utilizadas para detecção dos principais problemas sociais, auto-avalição da intervenção, integração em organismos institucionais e fontes de financiamento.
De modo a identificar a dinâmica destas instituições, procurou-se ainda percepcionar o grau de participação e desenvolvimento de projectos nacionais/comunitários e a articulação e trabalho de parceria realizado com outras instituições.

Capitulo I

1- Aspectos Metodológicos

Delimitação do Universo de estudo

A presente investigação reporta-se às entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos dos concelhos de Guimarães e Vizela, no âmbito de um projecto mais abrangente que visa a caracterização destas Organizações em todo o distrito de Braga. Estas detêm uma importância crucial para a investigação, já que são elas que nos facultam a informação necessária e indispensável para a respectiva caracterização, pelo que, sem a sua colaboração, não seria possível a concretização deste projecto. Como já foi referido, este projecto de investigação está a ser realizado por etapas, ou seja, por concelhos, devido ao elevado número de instituições privadas de solidariedade social existentes no distrito, por forma a obter a maior representatividade possível.

Para a definição do universo de estudo, tornou-se indispensável a obtenção de uma listagem de identificação e contactos das entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos existentes nos dois concelhos em análise que possuem Acordos de Cooperação com a Segurança Social, facultada pelo Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Braga. Esta listagem identifica 52 instituições localizadas no concelho de Guimarães e 3 no concelho de Vizela. Para além disso, foi necessário efectuar uma pesquisa recorrendo à *Internet* e à consulta de outras listagens existentes de identificação de instituições, nomeadamente recorrendo aos relatórios das Redes Sociais destes concelhos.

Assim, no total foram enviados 69 inquéritos (60 ao concelho de Guimarães e 9 ao concelho de Vizela), via correio acompanhados por um ofício com informação relativa aos objectivos do estudo e à data limite de devolução dos questionários.

No entanto, as respostas não foram todas recebidas dentro do prazo estipulado, pelo que tornou-se necessário efectuar contactos telefónicos e, em alguns casos, proceder ao reenvio do questionário. Ao todo foram preenchidos e devolvidos 44 inquéritos, ou seja, 63,8% dos inquéritos ministrados, pelo que o presente trabalho de investigação incide nesta informação obtida - grelha 1.

Grelha N.º 1 - N.º de Inquéritos Ministrados e N.º de Inquéritos Recebidos

Concelhos	N.º de Inquéritos ministrados	N.º de Inquéritos recebidos	
		N.º	%
Guimarães	60	38	63,3%
Vizela	9	6	66,7%
Total	69	44	63,8%

Método e Administração das Técnicas de Investigação

«*O método consiste, essencialmente, num conjunto de operações, situadas a diferentes níveis, que tem em vista a consecução de objectivos determinados. Corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a selecção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica*» (Pardal e Correia, 1995: 10).

O método da presente investigação consiste no método hipotético-dedutivo, o mais utilizado em Ciências Sociais, no qual a teoria consiste no vector de toda a investigação e dá fundamento às respectivas hipóteses de trabalho para posterior verificação.

Na linha de Gaston Bachelard distinguem-se "três actos epistemológicos" na produção de conhecimentos científicos: «(…) *a ruptura com as "evidências" de senso comum que possam constituir obstáculos àquele processo; a construção, do objecto de análise, das teorias explicativas; a "verificação" da validade dessas teorias pelo seu teste, quer dizer, pelo confronto com a informação empírica. Os três são indissociáveis. E a construção teórica desempenha, nesta relação, um papel central*» (Silva, 1987:52).

Sendo o método todo um caminho percorrido numa investigação, este envolve várias etapas, sendo uma delas o recurso às técnicas, que consistem num processo de recolha e tratamento de informação, ou seja, esta consiste num instrumento para a realização do método. Assim, para a presente investigação, recorreu-se a dois tipos de técnicas: as técnicas documentais, que consta numa fase de exploração da literatura com o intuito de se construir uma problemática; e as técnicas não documentais, neste caso concreto, o inquérito por questionário, na fase de verificação empírica.

- **Inquérito por questionário**

O inquérito por questionário consiste na técnica adoptada para a recolha de informação e é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito da investigação sociológica. Instrumento de observação indirecta, o inquérito por questionário analisa a informação recolhida através das respostas dos inquiridos a algumas questões significativas. É uma técnica que se baseia na colocação de uma série de perguntas dirigidas a vários indivíduos e que procuram apurar a sua situação social, cultural, familiar ou profissional ou o apuramento das suas opiniões ou expectativas concretas acerca de determinado assunto. Como qualquer outra técnica de recolha de dados apresenta vantagens e desvantagens de utilização. Quanto às vantagens, este permite maior rapidez, garante o anonimato, permite um grande número de informantes, permite obter dados de longe (ex. via correio), causa menos inibição e permite maior facilidade no tratamento dos dados. No entanto, comporta também algumas desvantagens, como perguntas que podem ser mal interpretadas, dados não exactos, não aplicável a analfabetos, demora na sua devolução, nomeadamente, quando tal é feito pelo correio e não permite captar observações complementares, como o seria no caso da entrevista. Devido a esta última lacuna

verifica-se o recurso a questões abertas ou semi-abertas em alguns questionários, como forma de não enviesar os resultados, e quando são questões de resposta imprevisível.

No que concerne o questionário aplicado na presente investigação, este foi elaborado conjuntamente pela REAPN e pelos responsáveis do Relatório da Rede Social de Braga - Prof. Doutor Carlos Silva e Prof. Doutora Engrácia Leandro - do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, o qual foi instrumento de trabalho em estudos anteriormente realizados. Contudo, foi alvo de sucessivas alterações de estudo para estudo, melhorando-se a sua estrutura, particularmente, com a introdução de novas questões e mais modalidades de resposta. Não se trata de um instrumento de trabalho imutável, mas sim, uma técnica de investigação dinâmica, susceptível a alterações sempre que se justifique, como uma forma de melhorar os resultados que daí advêm.

O questionário foi realizado através da administração directa, visto serem os próprios inquiridos a responderem às questões apresentadas. Estes deverão responder livremente a algumas perguntas (perguntas abertas), quando se pretende aprofundar um assunto, ou quando se tem pouca informação sobre o tema, permitindo a opinião e novos contributos que é sempre enriquecedor para o estudo. Perante outras questões, terão de escolher de entre uma lista tipificada de opções de resposta possíveis (questões fechadas), sendo muitas delas de escolha múltipla. E, por fim, questões semiabertas, procurando justificações ou outras situações que as não apresentadas nas respectivas modalidades de resposta.

Quanto à estrutura do questionário aplicado, como consta nas grelhas 2 e 3, este encontra-se dividido por temas, de forma a conferir-lhe uma sequência lógica: um primeiro respeitante à caracterização da organização (questões 1 a 17); seguindo-se modelo de gestão e prioridades de organização (questões 18 a 26); um terceiro tema respeitante à identificação e caracterização dos principais problemas sociais na área geográfica de intervenção da instituição (questões 27 a 30); um quarto que remete para o desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e intervenção (questões 31 a 50) e, por último, representações sobre exclusão social e formas de intervenção para a sua atenuação ou resolução (questões 51 a 54).

Grelha N.º 2 - Variáveis Independentes

Conceito	Dimensões	Indicadores	Inquérito Pergunta n.º
Entidades Particulares de Solidariedade Social	Caracterização	Data de fundação	
		Natureza jurídica	1
		Instalações da Instituição	2,3 e 4
		Condições/Equipamentos da Instituição	5 e 6
		Objectivos da Instituição	7
		Área geográfica de intervenção	8
		Número de funcionários	9
		Público-alvo	10
		Valências/actividades	11
		Recursos Humanos Técnicos	12
		Actividades da Instituição	13 e 14
		Práticas de voluntariado	15 e 16
		(Não) Integração em Organismo institucionais	17

Grelha N.º 3 - Variáveis Dependentes

Conceito	Dimensões	Indicadores	Inquérito Pergunta n.º
Dinâmicas de Entidades Particulares de Solidariedade Social	Modelo de gestão e prioridades de organização	Os dirigentes	18 à 25
		Melhoria do desempenho dos recursos humanos	26
	Problemas Sociais	Principais problemas sociais na área de intervenção	27
		Respostas sociais prioritárias	28
		Formas para detecção dos Problemas Sociais	29
		Auto-avaliação da actuação relativamente aos problemas identificados	30
	Desenvolvimento e Formas de Actuação, de Trabalho e Intervenção	Trabalho/Colaboração com outras entidades	31
		Apoio das Instituições	32
		Fontes de financiamento	33, 34,35
		Relações Externas com outras instituições	36,37
		(Não) Participação em projectos no âmbito de Programas nacionais e/ou comunitários	38
		Projectos desenvolvidos	39
		Motivos da não participação/promoção de projectos	40
		(Des) Interesse no desenvolvimento de projectos	41,42,43
		Meios Financeiros	44 e 45
		Tipo de despesas	46
		Tipo de Receitas	47
		Recursos Informáticos	48,49,50
	Representações sobre a exclusão Social e formas de intervenção para a sua atenuação	Identificação e grau de vulnerabilidade dos grupos sociais	51
		Atribuição das Responsabilidades pela resolução dos problemas sociais	52
		Identificação dos principais Beneficiários directos de intervenção	53
		Medidas adequadas no combate à pobreza e exclusão Social	54

Assim, espera-se com a aplicação deste inquérito testar as hipóteses de trabalho e retirar as respectivas conclusões, podendo desta forma responder á questão inicial, bem como contribuir para novos conhecimentos.

- **Análise Documental**

Para a elaboração deste estudo foi feita inicialmente uma exploração e análise da literatura acerca do tema alvo de investigação, baseada em vários autores, de forma a abordar os principais conceitos e definições com o intuito de dar um fundamento/contextualização ao objecto de estudo. A fase da exploração bibliográfica fornece elementos teóricos e/ou empíricos que permitem moldar/contextualizar o problema e, «*(…)a sua síntese converte-se num quadro teórico de referência que sustenta a investigação e lhe oferece credibilidade*» (Pardal e Correia, 1995: 13).

Segundo Quivy e Campenhoudt (2003), é de esperar que existam vários estudos, obras, artigos, sobre qualquer realidade/objecto que um investigador aborde. O mesmo acontece com o tema em análise; assim, torna-se pertinente, dar um corpo teórico à nossa investigação, com base no conhecimento que já existe e é daqui que advêm as hipóteses de trabalho, que posteriormente, com a aplicação das técnicas de investigação e respectivo tratamento e análise dos dados, nos permitirá refutar ou não as mesmas dando, deste modo, novos contributos à respectiva temática.

A complementar realizou-se também uma breve caracterização demográfica, social e económica dos concelhos em análise, por forma a enquadrar territorialmente o objecto do nosso estudo.

A pesquisa foi realizada com base em documentos oficiais como o recurso às estatísticas do INE, relatórios e estudos do Centro de Documentação da REAPN, bibliografias de diversos autores e, também, o recurso a alguns artigos jornalísticos com informação relevante.

2- Enquadramento Conceptual e Teórico

Nesta fase do relatório é apresentada a problemática teórica do tema em estudo, "Dinâmicas de Entidades Particulares de Solidariedade - os casos de Guimarães e Vizela", com o recurso a uma leitura bibliográfica, contemplando vários autores e permitindo, deste modo, construir uma corpo teórico de referência, através da abordagem aos principais conceitos e definições, com base em teorias/conhecimentos já existentes. Estes elementos revelam-se imprescindíveis para a compreensão do objecto de estudo dando, deste modo, fundamento à investigação. Assim, são abordados vários aspectos: o Estado-Providência e a Sociedade-Providência em Portugal; o Terceiro Sector; clarificação dos conceitos de Pobreza e Exclusão Social; a Exclusão Social na perspectiva dos Clássicos; Globalização, Desigualdades e Exclusão Social; Panorama da Sociedade Portuguesa e Acção Social: Programas e Formas de Luta contra a Pobreza e Exclusão social.

Estado-Providência e Sociedade-Providência em Portugal

O Estado-Providência assume o papel de promotor de serviços/equipamentos/bens, aos quais o mercado se revela incapaz de dar resposta. Assim, a sua acção estende-se a domínios como a educação, a saúde, a habitação, o emprego, a cultura, a acção social, entre outros.

Até ao surgimento dum Estado-Providência mais consolidado, dois momentos marcaram a história da sua formação e implementação. Um primeiro momento impulsionador à implementação das políticas sociais, remete para a criação dos seguros sociais obrigatórios instituídos entre 1883 e 1889 na Alemanha. Nos finais do século XIX, na Alemanha de Bismark, uma rápida transição de uma economia agrária para uma economia industrial provocou um desenvolvimento brutal de um proletariado urbano muito miserável. A crise económica de 1874 veio agravar ainda mais esta situação, criando-se assim os primeiros seguros sociais obrigatórios, sendo uma primeira forma de ruptura com a assistência tradicional. Começa a concretizar-se direitos sociais, sendo garantidas algumas coberturas ao nível do desemprego, saúde e velhice. O sistema de Bismark é um sistema onde os indivíduos pertencentes a determinada corporação profissional passam a contribuir para um seguro que garante a cobertura a esses níveis, dentro de cada corporação profissional, ou seja, trata-se de um sistema contributivo, através de quotizações proporcionais aos salários suportadas pelos trabalhadores e empresas, que constitui contrapartida necessária para o acesso às prestações sociais. O que distingue este sistema de seguros sociais obrigatórios dos regimes assistencialistas e mutualistas é que, enquanto os primeiros estão dependentes de uma contribuição prévia, os segundos estão dependentes do voluntarismo e da misericórdia para se usufruir das prestações sociais.

Esta experiência alemã transforma-se numa novidade mundial, alastrando-se na Europa mais desenvolvida. Contudo, este sistema revela-se insuficiente, porque é limitado, uma vez que só abrange trabalhadores por conta de outrem. Esta forma de protecção social dita clássica

(Carreira, 1996) entra em ruptura após 1945, com o aparecimento da época moderna ou contemporânea da protecção social.

Entramos, deste modo, no segundo momento de instituição das políticas sociais com as propostas de Beveridge no Reino Unido, influenciado pelas teorias económicas de Keynes que «*(…) parte da ideia simples de que uma sociedade industrial, vivendo em paz, utilizando todos os seus factores de produção e com toda a população a trabalhar, não deveria sofrer a necessidade nem os efeitos da doença, da ignorância, da dependência, da decadência e da falta de habitação*» (*in* Carreira, 1996:42). Este modelo teve como propósito dinamizar a criação de empregos na época da forte depressão dos anos 30, procurando dar resposta às alegadas disfuncionalidades do mercado bem como à conflitualidade social. O plano de acção deste sistema passa a ser não só o laboral, mas sim nacional, não dependendo do indivíduo estar ou não em determinada corporação profissional. Já não depende das prévias contribuições, mas do facto de se estar numa situação de carência. Este sistema é financiado pelo imposto. Portanto, o sistema de Beveridge acresce à solidariedade laboral a solidariedade nacional (daí a forma de financiamento ser via imposto que é transversal à sociedade), criando-se o primeiro sistema de segurança social, cobrindo todos os riscos sociais de todos os cidadãos através da responsabilização nacional. Está-se num período de grande crescimento económico e desenvolvimento, pleno emprego, elevados níveis de consumo no espaço europeu e, a nível de cobertura de riscos, existe uma protecção que abrange sobretudo a doença, os acidentes de trabalho, a velhice, o desemprego, a escola.

Contudo, a crise económica que surge na década de 70 originada, sobretudo, pelo "choque de petróleo" de 1973, teve consequências extraordinárias nas economias dos países industrializados: inflação, desequilíbrio na balança de pagamentos, recessão económica mundial, desemprego, bem como consequentes tensões sociais que daí advieram; e para os próprios países produtores e do Terceiro Mundo, permanecendo a sua dependência económica em relação aos países industrializados. Esta crise começa a fazer cair, em parte as bases deste modelo que, entre outras consequências, relança o problema do desemprego, alcançando uma grande percentagem de população que pensava estar protegida e afastada de tais riscos, pondo em causa a viabilidade e a legitimidade do Estado de Bem-Estar alicerçado nos pressupostos keynesianos.

Em Portugal, com a Revolução de 1974, começa-se a pensar nas questões sociais e na importância de se institucionalizar um Estado-Providência. Este em Portugal foi criado relativamente mais tarde em relação aos outros países, enfrentando grandes dificuldades no seu estabelecimento. Os factores que justificam este atraso prendem-se com a situação política e económica vivida durante cerca de meio século, até ao ano de 1974, durante o período do chamado Estado Novo, que devido à persistência de um regime ditatorial adiou a modernização do aparelho administrativo e o estabelecimento dos direitos de cidadania que entretanto se difundiam no resto da Europa. Após o 25 de Abril de 1974, sob o efeito da conjuntura revolucionária emerge a convicção de que o Estado deveria ser o principal prestador do bem-estar social e, desde então, várias transformações ocorreram. Os fenómenos

que mais impulsionaram o nosso país à adopção de políticas sociais mais empenhadas datam dos anos 60: «*a industrialização, a urbanização e a redução da dimensão da célula familiar, bem como a dispersão da família*» (Carreira, 1996:54).

Até à criação, em 1935, dos seguros sociais obrigatórios, a protecção social baseava-se nos sistemas de assistência pública e no mutualismo dependentes em grande parte de iniciativas de voluntariado, a par com uma reduzida intervenção estatal do Estado nestas áreas. Antes, e durante vários séculos, fora a Igreja Católica a desempenhar o principal papel de protecção social. Os seguros sociais obrigatórios começaram a funcionar simultaneamente com o mutualismo e a assistência pública, devido ás insuficiências destas últimas, mas mesmo assim, os resultados práticos destas medidas foram limitados, não cobrindo toda a população (de inicio não incluía trabalhadores independentes, domésticos e trabalhadores agrícolas) sendo muito restrito ao universo industrial e a casos de doença, invalidez, velhice e morte, não cobrindo riscos sociais como a maternidade, a sobrevivência, o desemprego, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais. Com este fracasso, várias reformas foram implantadas para melhorar o sistema, contribuindo de facto para uma evolução da segurança social no nosso país, acrescentando-se em 1962 e 1963 a cobertura da maternidade resultante de uma reforma do sistema dos seguros sociais obrigatórios. Mas, é a partir da revolução de 1974 que se verificaram as principais mudanças no âmbito de uma cobertura mais alargada dos riscos sociais. Introduz-se a pensão de sobrevivência, o subsídio de desemprego instituído em 1975, e passa a incluir também os acidentes de trabalho e as doenças profissionais.

Ocorreram assim, desde que foram implantados os seguros sociais em 1935, importantes transformações no sistema de segurança social entre nós: alargaram-se e aumentaram-se os montantes dos benefícios sociais, verificou-se o aumento progressivo de cobertura dos benefícios à generalidade da população e iniciou-se o regime não contributivo em 1974. A partir de 1974 tomaram-se medidas relacionadas com o sistema de assistência ao desemprego e a criação da pensão social, criou-se o salário mínimo nacional, o serviço nacional de saúde acessível a todos os cidadãos, criação de novos esquemas de abono familiar, da pensão mínima e a substituição dos sistemas vigentes por um sistema integrado de segurança social. A segurança social é tida como um direito de todo e qualquer cidadão.

A maioria das medidas institucionais de protecção social passa pela segurança social, a qual tem vindo a sofrer, como já foi referido, várias transformações nas últimas décadas. A partir de Abril de 1974 assiste-se a um grande desenvolvimento dos esquemas de protecção, como uma tentativa de aproximação às normas europeias, o qual culmina em 1977 com a criação de um sistema de segurança social. Como o Estado-Providência foi implantado num período muito conturbado internamente, a sua consolidação foi alvo de diversas dificuldades e, é em 1984 que, o sistema de segurança social é efectivamente implantado visando três níveis de actuação: o regime geral-contributivo, o regime não contributivo e a acção social. Quanto ao primeiro, destina-se a garantir protecção social aos trabalhadores assalariados e independentes e respectivas famílias, sendo a sua inscrição obrigatória. As prestações sociais atribuídas cobrem as reformas, doenças, subsídio de desemprego, acidentes de trabalho e

doenças profissionais, abono de família, subsídios de maternidade, entre outros. O regime não contributivo permite salvaguardar a protecção àqueles que se encontram em situação de carência económica e social e que não estejam abrangidos pelo anterior. No que respeita à acção social pretende-se dar respostas a problemas de ruptura económica e social, cuja resolução não é possível no âmbito dos outros regimes e tem em vista dois objectivos fundamentais: por um lado, a prevenção e reparação de situações de carência, disfunção e marginalização social e, por outro, realizar acções e programas destinados a promover a integração social e comunitária. Na divisão da acção social, o Estado tem vindo a incentivar e a apoiar a actividade de instituições privadas de solidariedade social (IPSS), assumindo desta forma, uma intervenção mais indirecta que directa na promoção da protecção social, apesar de o Estado ser o principal financiador e fiscalizador destas entidades.

A particularidade do Estado-Providência português, em relação aos outros países, é que em Portugal este sistema surgiu numa época marcada por difíceis condições externas e pelas reestruturações internas, portanto num período muito conturbado, ao passo que nos outros países europeus surgiu com uma conjuntura económica favorável, decorrendo do crescimento económico do pós Segunda Guerra Mundial. Portugal institui o Estado-Providência na mesma altura, segunda metade da década de 70, em que este estava a entrar em crise nos outros países.

Portugal é o país mais atrasado em termos de protecção social da Europa Ocidental, devido à sua debilidade politica e financeira. A debilidade do Estado-Providência em Portugal pode resumir-se a três tipos de factores, na óptica de Rodrigues (2000), os quais coexistiram na fase de solidificação e consolidação do mesmo, contribuindo para acentuar algumas vulnerabilidades e alguns processos de exclusão, factores esses, de ordem demográfica, económica e social. No que concerne os factores demográficos, a base de funcionamento do nosso Estado-Providência está assegurada na ideia de solidariedade e de interdependência das gerações e classes. Sendo assim, as gerações activas (contribuintes assalariados) contribuem para o sistema de reformas das gerações mais velhas e educação das gerações mais jovens, com a contrapartida de um dia usufruírem dos mesmos mecanismos e as classes mais abastadas contribuem para financiar as mais pobres, com a garantia de cobertura dos riscos sociais e da sua segurança. Contudo, este financiamento começa a ser posto em causa nas últimas décadas, em grande parte devido à ruptura demográfica, questionando este mecanismo de financiamento e o próprio Estado-Providência. Uma população cada vez mais envelhecida e consequente aumento do número de idosos pensionistas, a diminuição do número de nascimentos e, de igual modo, dos activos empregados e, a agravar ainda mais, a entrada cada vez mais tardia no mercado de trabalho - todos estes factores geram um desequilíbrio do *ratio* de idosos sobre os jovens.

Ao nível dos factores económicos, com a evolução demográfica e económica até aos anos 60, ninguém previa que a situação se poderia reverter a partir dos anos 70, crise económica a que são sujeitos a maior parte dos países desenvolvidos, como foi referido anteriormente. Decorrente deste contexto de crise verifica-se, um retrocesso no crescimento económico e um

crescimento exponencial das despesas sociais por parte do Estado, dado que a instituição das políticas sociais envolve a criação de novos organismos e equipamentos estatais para regularizar e produzir os novos serviços de que o Estado se encarregou, como a criação do Ministério da Educação, da Saúde, do Trabalho e da Solidariedade Social, entre outros organismos. Estes crescentes gastos do Estado, não se fazendo acompanhar por crescimento económico, levam a que as despesas públicas entrem em défices que parecem não ter retorno, como é o caso específico do nosso país. Decorrente deste crescente endividamento do Estado emerge uma tentativa de superação, através do aumento da carga fiscal e consequente revolta por parte da população pela dificuldade de suportar os avultados impostos. Verifica-se, assim, a estagnação do crescimento económico, a par de um desemprego em massa e, mais grave ainda, do desemprego de longa duração, do desemprego dos indivíduos de meia-idade sendo, o grupo etário sobre o qual mais recai o fenómeno do desemprego de longa duração (são novos para a reforma e possuem uma idade vulnerável para trabalhar) como também, atinge os estratos sociais mais desqualificados e dá-se uma quebra do nível de vida dos indivíduos de idades entre os vinte e os vinte e cinco anos face à geração precedente devido, às dificuldades de acesso profissional. Verifica-se ainda, uma crescente desigualdade na repartição dos rendimentos, nível de salários baixo, predomínio de pequenas e médias empresas e flexibilização do mercado de trabalho - contratos de trabalho a prazo, temporários, a tempo parcial - que, entre outras consequências, coloca os indivíduos em situação de precariedade e instabilidade no emprego.

Por último, respeitante aos factores sociais, releva-se a diminuição da carreira contributiva, a antecipação das reformas, aumento da escolarização contribuindo para uma entrada cada vez mais tardia dos jovens no mercado de trabalho, entrada da mulher na vida activa, aumenta a concentração urbana, introdução de novos padrões de consumo que leva, na maioria das vezes, ao endividamento das famílias e à ruptura dos laços familiares.

Para fazer face a estas lacunas, o Estado tem procurado diminuir a cobertura da população portuguesa, através do apelo à poupança individual ou à protecção social privada ou ainda, à criação de instituições sem fins lucrativos que forneçam os serviços sociais. Assim, a própria sociedade organiza-se no âmbito de processos de auto-regulação, quer formalmente, como é o exemplo da Igreja Católica, das Misericórdias e de muitas outras instituições particulares de solidariedade social, quer informalmente, sustentado por solidariedades de base familiar, de vizinhança, etc. Este activismo por parte da sociedade é designado por Sociedade-Providência. Na óptica de Estivill (2003), a consciência dos cidadãos acerca das grandes problemáticas sociais, como o são a pobreza e exclusão social, como problemáticas que afecta todos e, de que é possível mobilizarem-se para atenuar as suas causas e efeitos, tem aumentado. Podemos mesmo dizer, que em Portugal mais que um Estado-Providência temos uma Sociedade-Providência, pessoas que se organizam num colectivo com o intuito de lutar por uma causa, dando origem às instituições particulares de solidariedade social, que são a força de expressão na área da acção social no nosso país.

No entanto, a Sociedade-Providência não é auto-suficiente na salvaguarda da protecção social, nem pode substituir o Estado-Providência, mas sim devem trabalhar em articulação, para fazer face às suas limitações. Donde, hoje, deparemo-nos com conceitos como o Welfare mix, no qual o bem-estar não compete somente ao Estado mas a uma pluralidade de actores, entre eles, o Estado, o Mercado, o Terceiro Sector e as redes informais (família). Contudo, é o Terceiro sector nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social, que em Portugal têm um maior peso, uma vez que elas constituem a esmagadora maioria das instituições existentes no nosso país no âmbito da acção social.

O Terceiro Sector

Após a Revolução de 1974 ocorreu uma reestruturação das políticas de protecção social no nosso país. Durante o Estado Novo vigorava o assistencialismo e mutualismo, que se prolongava em organizações privadas de grande tradição em Portugal, como é o exemplo das Misericórdias e Mutualidades. No entanto, o Estado Novo restringia a acção da previdência a um mero assistencialismo corporativista e desvalorizava a assistência, limitando muito a sua actividade. Contudo, após 1974, reivindica-se um Estado mais interventivo na área da protecção social e, assim, foram criadas várias medidas, desde a fixação do salário mínimo nacional, subsídio de desemprego, pensão social, o serviço nacional de saúde, a substituição da previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social, acessível a todos os cidadãos.

Contudo, o Estado Providência por si só, não garante a cobertura dos riscos sociais da população, pelo que apela cada vez mais à intervenção das organizações não lucrativas como uma forma de complementaridade na prevenção e combate das problemáticas da pobreza e exclusão social. Neste contexto começam a surgir na sociedade civil organizações de indivíduos em prol da defesa de interesses comuns, como comissões de moradores ou de trabalhadores, associações de pais, de profissionais, etc. Estas iniciativas são objecto de reconhecimento, uma vez que, representam um importante papel no preenchimento das lacunas dos organismos e entidades estatais na área da protecção social e, deste modo, surge o chamado Terceiro Sector.

Face aos diversos problemas sociais são várias as instituições que procuram dar respostas ao leque das problemáticas, seja a nível de intervenção, prevenção, diagnóstico, auxílio, protecção desde as instituições públicas, associações de carácter religioso, organizações privadas de acção social, destacando-se sobretudo a acção do Terceiro Sector - economia social, economia informal, sector não lucrativo entre outros termos, para designar um sector que pelas suas actividades e práticas se distingue do sector público e privado - constituído por diferentes instituições organizadas sob a forma de associação, fundação, misericórdia, cooperativa, mutualidade, etc. O Terceiro Sector é constituído por Organizações Não Lucrativas (ONL), «*Considera-se como ONL todas as organizações privadas que, em virtude das suas regras constitutivas, não podem distribuir lucros às pessoas que as controlam*

(membros, directores, administradores, etc.) - o chamado constrangimento da não-distribuição. Não é interdita a procura do lucro, o que é obrigatório é a sua afectação à realização dos objectivos das organizações» (Estêvão, 1997: 38).

Segundo Estivill (2003), as actividades e funções do Terceiro Sector resumem-se a três: uma primeira que se relaciona com o isolamento e a marginalização resultante da exclusão; a segunda que remete para actividades preventivas, motivadoras, formativas, informativas, de acompanhamento, actividades estas que começam por ser de cariz informal e que mais tarde a maioria destas vão-se tornado em serviços regrados, sendo uma das causas de expansão do terceiro sector; por último, dar voz e capacidade de pressão às pessoas mais vulneráveis e excluídas que se vêm privadas das duas.

Como já foi referido anteriormente, o nosso sistema de segurança social é composto por três subsistemas: o regime contributivo, o regime não contributivo e a acção social. Interessa-nos aqui, particularmente, a acção social que tem por objectivo proteger e apoiar as pessoas dos estratos sociais mais vulneráveis, perante as dificuldades económicas e sociais, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência social, e tem como principal fonte de financiamento as transferências do orçamento de Estado. É ao nível da acção social que se destaca o papel do Terceiro Sector, que surge no âmbito do fracasso do Estado e do Mercado na resolução e prevenção dos problemas sociais, sendo as IPSS que mais se têm destacado as quais, promovem um conjunto de bens e serviços públicos, que até então integravam na intervenção de bem-estar do Estado. As Organizações Não Lucrativas *«… são organizações capazes de integrar funções económicas e funções sociais…*» (Defourny *in* Estêvão 1997: 54). O objectivo inicial da acção social era que esta fosse promovida por equipamentos e organismos/entidades estatais; no entanto, devido à sua insuficiência, as IPSS assumem um papel importante na sua promoção, conferindo-lhes o Estado essa legitimidade. Se, de início, o Estado se mostrou relutante quanto ao reconhecimento das IPSS, agora, não só as reconhece como fundamentais, como alarga o âmbito da sua acção nos domínios da saúde, educação e formação profissional, da habitação e outros.

Apesar da protecção social ser da responsabilidade e da obrigação do Estado, este desempenha uma acção mais indirecta que se prende sobretudo com o financiamento e a fiscalidade destas instituições, procurando a compatibilização dos objectivos, actividades e práticas destas com os objectivos do sistema de Segurança Social, ao passo que o Terceiro Sector, nomeadamente as IPSS, é o interventor por excelência.

Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

As organizações com um maior peso no campo da acção social são genericamente designadas como Instituições Particulares de Solidariedade Social, as quais actuam sobretudo a nível local, e têm vindo a aumentar em número, assim como a aumentar as suas actividades e capacidade. «*Estas organizações são responsáveis por cerca de 80% dos equipamentos de*

protecção social existentes, destinados a crianças, jovens, idosos, famílias monoparentais, pedintes, deficientes, incapacitados, apoio às famílias e a todas as categorias de pessoas pobres ou em risco de pobreza» (Almeida *et al*., 1994: 114).

São instituições de solidariedade social, instituições «(…*) constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços: a) apoio a crianças e jovens; b) apoio à família; c) apoio à integração social e comunitária; d) protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; e)promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; f) educação e formação profissional dos cidadãos; g)resolução dos problemas habitacionais das populações*» (Dec. Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro). É a partir deste decreto de lei que, efectivamente, se reconhece o papel destas instituições na intervenção social, bem como se definem melhor as relações destas com o Estado.

Na Lei de Bases da Segurança Social de 1984 (Lei 28/84) existe um capítulo dedicado às organizações particulares de solidariedade social, onde é referido que a acção das IPSS e o apoio do Estado são concretizados em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos. Os acordos de cooperação são, desde 1980, a base da relação contratual entre o Estado e as IPSS: «*Os fins que podem ser prosseguidos pelas IPSS, no cumprimento do dever de solidariedade social, correspondem a áreas diversas do aparelho do Estado (Ministério da Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação), por quem é exercido o poder de tutela e com quem se pode estabelecer acordos de cooperação*» (Santos, 1997:129). Então, a relação entre o Estado e as IPSS estabelece-se a dois níveis: tutelar e de cooperação. Relativamente ao primeiro surge como uma forma de compatibilizar os objectivos e práticas das instituições com os do sistema de segurança social. Esta acção tutelar é exercida pela administração directa do Estado e pelas instituições de Segurança Social, pressupondo poderes de inspecção e fiscalização do funcionamento das instituições no sentido de apurar se estas instituições estão, efectivamente, a cumprir os objectivos para os quais foram criadas e as condições em que o fazem.

Um outro nível situa-se ao nível da cooperação, na qual se estabelecem acordos, onde ficam consagrados os direitos e as obrigações das partes. A cooperação divide-se entre acordos de cooperação e acordos de gestão. Os primeiros visam a prossecução por parte das instituições, do apoio a crianças, jovens, deficientes, idosos e à família, bem como a prevenção e a reparação de situações de carência, de disfunção e marginalização social e o desenvolvimento e a promoção social. Por sua vez, os acordos de gestão visam confiar às instituições a gestão das instalações, serviços e estabelecimentos que devam manter-se afectos ao exercício das actividades do âmbito da acção social, quando daí resultarem benefícios para o atendimento

dos utentes, interesse para a comunidade e um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Entre os vários acordos de cooperação entre o Estado e as IPSS encontra-se a obrigação do Estado na comparticipação financeira, como contrapartida dos serviços que prestam. Através destes, o Estado concorda em financiar uma dada percentagem dos custos dos serviços sociais das IPSS (entre 70 e 80% em função das valências e das capacidades), enquanto estas se comprometem a cumprir um determinado número de regras (como sejam o fornecimento de serviços numa base universal e a não discriminação dos utentes): «*Confia-se-lhes, pois, um importante papel na resolução das carências sociais dos cidadãos e incumbe-se ao Estado a obrigação de reconhecer, valorizar e apoiar as ditas instituições*» (Cardona, 1997:79). Assim, se justifica o dever do Estado no apoio fiscal a financeiro a estas instituições e, é por isso que «*Apesar de as IPSS terem identidade jurídica própria e serem autónomas relativamente ao Estado e de, muitas delas, terem mesmo uma história de vida independente anterior ao seu reconhecimento por este, a verdade é que, em termos gerais, elas são fortemente marcadas, na sua configuração social e no seu funcionamento, por uma relação indissociável com o Estado*» (Hespanha *et al*., 2000:312) daí, que se fale de uma relativa autonomia das IPSS.

O Estatuto das IPSS enumera, como tipo de organizações, as associações de solidariedade social, as associações de voluntários de acção social, as associações de socorros mútuos, as fundações de solidariedade social e as irmandades da misericórdia. Recentemente foram equiparadas a IPSS as cooperativas de solidariedade social e as casas do povo (respectivamente pelo Dec. - Lei 101/97 e Dec.- Lei 171/98).

As Irmandades da Misericórdia datam do século XVI sendo, as mais antigas associações assistenciais existentes e têm um duplo objectivo: o de satisfazer carências sociais e o de praticar actos de culto católico de acordo com os princípios da doutrina e moral cristãs. Prestam serviços à comunidade na área da acção social e da saúde, tendo sido, até à década de 50, as principais instituições na área da assistência social.

As associações de solidariedade social, de longe a forma organizativa dominante no panorama das IPSS, possuem uma grande heterogeneidade, quer em termos de génese, quer em termos de objectivos. Assim, encontramos associações ligadas à Igreja Católica e ordens religiosas, associações de deficientes, de doentes, de utentes, de vítimas, de famílias, de imigrantes, etc. e, associações de iniciativa de comissões ou associações de moradores, de comissões de melhoramentos, de associações de desenvolvimento local, de empresas, etc. Na sua esmagadora maioria, e ao contrário do que acontece com as instituições ligadas à Igreja Católica, estas últimas associações foram fundadas após 1974, período após o qual se dá um grande crescimento deste tipo de instituições. O Estado Novo foi um grande entrave ao associativismo, atribuindo-lhes apenas um papel secundário, daí que, a partir de 1974 com a instituição das liberdades e consequente liberdade de associação se desse um crescimento exponencial das organizações sem fins lucrativos e o reconhecimento privado destas,

reduzindo a intervenção directa do Estado na acção social, não o destituindo claro da sua responsabilidade nesta área.

Quanto à origem das organizações não governamentais de início era fortemente marcado por iniciativas da Igreja Católica, que sempre esteve na génese da esmagadora maioria das instituições, destacando-se as misericórdias que dizem então respeito às organizações mais antigas. Devido à origem destas organizações compreende-se a forte presença do clero na composição social dos dirigentes.

As ONG's de iniciativas empresariais, iniciativas que se encontram fora do âmbito tradicionalmente apelidado de "sócio - criativo", abrangem diferentes modalidades institucionais - como apoios ou projectos promovidos por autarquias, associações de tipo recreativo e cultural, de carácter "não social" - e as iniciativas de carácter "inovador" ou associativas (por exemplo, associação de moradores, cooperativas, associações de pais e professores, ou criação de equipamentos de apoio a outras instituições) nasceram quase todas a partir de 1974. A partir desta data abre-se o olhar para outras possibilidades e flexibiliza-se o campo de actores que intervêm na acção social, apesar da manifesta coexistência entre os novos e os tradicionais.

Num estudo realizado em 1995 (Capucha, 1995) pela REAPN e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE sobre as organizações não governamentais sem fins lucrativos a nível nacional, constata-se que, ao nível das valências as ONG's em Portugal, assunem um carácter semelhante e tradicional, destacando-se creches, jardins-de-infância, ATL's, centros de dia, centros de convívio e lares de idosos, apoio domiciliário que, como se pode ver, se trata de equipamentos e serviços mais tradicionais. Logo, também vemos que o público-alvo de intervenção é sobretudo de carácter tradicional, mais precisamente idosos e crianças (entre 60 a 70%). Tal pode justificar-se porque grande parte das instituições tem origem de iniciativas religiosas, só aquelas mais recentes começam a dar resposta a outro tipo de problemas como os jovens, desempregados, mulheres, famílias, grupos desfavorecidos, deficientes, entre outros grupos sociais que solicitam formas de intervenção menos tradicionais.

Ainda no mesmo estudo, numa questão colocada às ONG's acerca das medidas mais importantes a tomar em relação às situações de pobreza, as medidas preventivas, ou seja, actuação ao nível das causas, assumem maior relevo do que as medidas de carácter curativo, actuação ao nível das consequências. Em relação às primeiras, destaca-se a criação de empregos, seguindo-se projectos de desenvolvimento local, medidas estas viradas para o "investimento". Quanto às de carácter curativo é apontado em primeiro a satisfação de necessidades básicas das pessoas mais carenciadas, seguindo-se o rendimento mínimo para todas as pessoas carenciadas.

Em suma, na área da acção social, denota-se claramente o predomínio do sector não lucrativo (Terceiro Sector) no que respeita à provisão, ainda que, no que toca ao financiamento e fiscalização, o Estado possua um importante papel. Antes pensava-se que o Governo poderia cumprir todas as tarefas sociais, contudo, revelou-se insuficiente, e o papel das organizações

sem fins lucrativos é o de complementar as acções do governo na prevenção e combate dos fenómenos da pobreza e exclusão social.

A Importância do Voluntariado

Uma grande parte da acção das IPSS consiste no corpo voluntário, grande fonte de apoio a estas organizações. Embora hoje as pessoas tenham cada vez mais a noção de que o tempo não dá para nada, e que as preocupações são sobretudo individualistas, há sempre aquelas pessoas que se distinguem, e que percebem a importância de sustentar valores como o voluntariado. «*Os voluntários têm coragem suficiente para apoiar causas. Eles colocam as suas mãos e os seus cérebros, e mais do que tudo seus corações ao serviço de outros e agindo desta forma transmitem esperança àqueles que estão a ajudar*» (Kofi Annam *in* Ano Internacional dos Voluntários, 2001).

O voluntariado pode ser definido como «*o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e privadas*» (Art.º 2 Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro). Assim, a prática de voluntariado consiste numa decisão voluntária, apoiada em motivações e opções pessoais. É uma forma de participação activa do cidadão na vida das comunidades, uma produção de cidadania, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida, realização pessoal e uma maior solidariedade nas respostas aos vários desafios da sociedade. «*Enaltecer o voluntariado é enaltecer a cidadania activa, que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral*» (Contra a Sida 2001 *in* Leandro e Cardoso 2005: 48).

O voluntariado da actualidade apresenta-se sobre novos contornos. Antes o voluntariado era caracterizado por expressões como caridade individual, beneficência, reparação, indulgência, generosidade, dedicação, de origem sobretudo religiosa, cujo propósito era a salvação quer espiritual quer terrena. «*Enquanto descendente dos ideais religiosos traduzidos na prática da caridade e na acção das Misericórdias, o voluntariado contemporâneo continua a pautar-se pelo seu credo. Contudo, apenas e só na medida em que aquelas se baseiam numa ideia de acção humanitária, pois apesar do seu nascimento e desenvolvimento ter sido impulsionado pela caridade e assistência cristã, hoje a sua moral deve ser entendida não como esmola, não como relação unilateral entre o que dá e o que recebe, entre um superior e outro que é inferior, mas antes enquanto uma relação de solidariedade completamente inundada pele reciprocidade*» (Leandro e Cardoso, 2005: 43). Assim, estabelece-se uma relação social «*em que todos ganham…*» (C. Paul *et al*.,1999 *in* Leandro e Cardoso, 2005: 67). Temos por um lado, aqueles que recebem consolo material, emocional e social e, por outro lado, esta relação social permite ao voluntário sentir-se ele mesmo integrado, realizado individualmente, porque pratica livremente aquilo com que se identifica e enriquece a sua personalidade.

Hoje, expressões como paz, solidariedade, tolerância, direito à diferença, prazer, amizade, são as expressões que caracterizam o voluntariado da contemporaneidade. E, se antes o intuito era a salvação, hoje, o objectivo é descobrir o conjunto das causas, de procurar a sua autonomia, de tentar uma inserção e não tanto a sua integração.

As organizações voluntárias dos nossos tempos cooperam entre si, não permanecendo na segregação como as de outrora, actuando a nível local e com um horizonte que se estende cada vez mais ao internacional. «*O voluntariado actual está operando em rede com vista a não descurar qualquer brecha que se encontre voltada à exclusão social*» (Leandro e Cardoso, 2005: 46). O serviço voluntário abarca cada vez mais um campo mais vasto. Na era da globalização em que vivemos, os nossos vizinhos são não só os que vivem ao nosso lado, mas também os que habitam noutro canto do planeta. «*Nos últimos trinta anos, assiste-se a um ressurgimento e a uma nova dinâmica das múltiplas formas que adopta o voluntariado individual, cada vez mais consciente de que os problemas da pobreza e da exclusão são também mundiais, não se contentando com uma actividade limitada ao âmbito local, empregando o seu tempo, as suas capacidades e o seu dinheiro em ajuda da fragilidade, natural ou provocada, e da segregação à escala internacional. O crescimento de redes, organizações, plataformas, federações, cuja vocação é não ter fronteiras, tem vindo a ser bastante considerável nos últimos tempos*» (Estivill, 2003:64).

A Cruz Vermelha pode ser considerada, a associação de cariz mundial pioneira na promoção de acções humanitárias sob a forma de voluntariado, com um primeiro propósito, prestar assistência aos soldados feridos, às vítimas civis e a enterrar os mortos de episódios de guerra, passando a ser conhecida como uma organização mundial de socorro às vítimas de guerra, cataclismos e epidemias. A Cruz Vermelha surgiu exactamente do advento da consagração dos Direitos do Homem que a Declaração Francesa de 1789 promulgou como legítimos, e como tal, inalienáveis. Os sete valores humanitários da Cruz Vermelha (Leandro e Cardoso 2005) são a humanidade, a imparcialidade, a neutralidade, a independência, a unidade, a universalidade e, o mais importante de todos, o voluntariado. O voluntariado moderno tomou repercussões mundiais originalmente pela extensão que conheceu a Cruz Vermelha pelo mundo.

Os motivos que levam ao voluntariado «*vão desde a simples ocupação dos tempos livres que permite gerar um sentimento de utilidade e de reconhecimento social, à necessidade de ajudar o próximo para satisfação emocional…enriquecimento humano e cultural, e pela oportunidade profissional e até de empregabilidade futura*» (Leandro e Cardoso 2005: 71). É praticado nas mais diversas áreas, na área da defesa do património, do ambiente, dos direitos humanos, na área da saúde, entre outras. Assim, os destinatários do voluntariado não se restringem aos pobres e doentes, mas a uma multiplicidade de universos «*o seu raio de intervenção…é tão heterogéneo e transversal como hoje se nos apresenta a exclusão social*» (Leandro e Cardoso, 2005: 71). Também a estrutura dos recursos humanos se apresenta, cada vez mais heterogénea, «*não mais se restringe à boa-vontade de monges ou mulheres da classe alta,*

ociosa e cristã, mas também jovens e homens de todas as classes, profissões e religiões, devoções e ideologias» (Leandro e Cardoso, 2005:71).

O voluntariado contribui significativamente para o bem-estar e progresso dos países industrializados e em desenvolvimento, sob a égide de programas nacionais ou das Nações Unidas, visando assistência humanitária, a cooperação técnica e a promoção dos direitos humanos, a democratização e a paz. O voluntariado tem um papel decisivo ao suportar e garantir as actividades das Organizações não Governamentais, das associações profissionais, dos sindicatos, das associações cívicas, dos grupos religiosos e, de forma crescente, do sector privado. É ainda um mecanismo eficaz para o envolvimento na sociedade de jovens e idosos. No entanto, e apesar de ser imensa a contribuição resultante do voluntariado, parte deste extraordinário trabalho não é reconhecido, quer porque não envolve remuneração, quer porque se trata de uma actividade espontânea e informal.

Clarificação dos Conceitos de Pobreza e Exclusão Social

> *«Pois, ainda que em sentido literal, pode-se afirmar que exclusão e excluídos sempre existiram desde que os homens e as mulheres vivem de forma colectiva e quiseram dar um sentido a esta vida em comunidade» (Estivill, 2003:5).*

«*A exclusão social é simultaneamente um fenómeno do passado e do presente e, se não for solucionado, pertencerá também ao futuro*» (Assane Diop *in* Estivill, 2003: prólogo: V). Durante muito tempo o conceito de exclusão social foi subestimado, considerado como algo normal não necessitando de medidas e políticas específicas, uma vez que havia a crença há uns duzentos anos atrás, de que o social está dependente do económico. Assim, nesta linha de pensamento, «*o crescimento económico associado à ideia de desenvolvimento, que constitui uma das imagens de marca e um dos sucessos atribuídos às sociedades industriais dos últimos duzentos anos, teria como consequência inevitável e automática, a redução da pobreza, pelas maiores oportunidades de emprego, consumo e riquezas criadas*» (OIT, 2003:9). A economia era considerada como a dimensão determinante da vida em sociedade, garantindo efeitos sociais positivos, a partir de evoluções económicas positivas. Era o mesmo que dizer que a pobreza se resolvia com o crescimento económico e, sendo assim, era como se os países desenvolvidos fossem imunes à pobreza pelo seu nível visível de crescimento económico e a pobreza era uma característica intrínseca dos países subdesenvolvidos (OIT, 2003: 9). Mas, acreditava-se que, se estes últimos seguissem os modelos de crescimento e desenvolvimento dos países desenvolvidos a problemática da pobreza poder-se-ia atenuar. «*Nessa lógica, a pobreza seria sempre um factor residual num processo normal de crescimento económico, ou permanente na sua ausência*» (Amaro, 2001:15). Esta fase de associação entre o económico e o social é designada por vários autores (autores clássicos e outros) por "homo economicus".

No entanto, esta ideia vem ser posta em causa nos últimos trinta anos, em consequência da divulgação de vários relatórios das organizações internacionais como a OMS, OIT, UNICEF, OCDE, entre outras, e vários estudos realizados, que vêm demonstrar que, nas últimas

décadas, há um agravamento da pobreza, assim como surgem novas formas de pobreza e exclusão social que, embora não sendo fenómenos recentes, têm vindo a sofrer novas configurações. Fala-se assim, de "uma nova pobreza" que aparece como um fenómeno intrínseco às sociedades actuais. A par das problemáticas que afectam os idosos, as crianças, trabalhadores com baixos salários, entre outros grupos em situações tradicionais de pobreza, aumenta a desigualdade entre países, a globalização vem reforçar a riqueza dos mais ricos e reforçar as fragilidades dos mais pobres, aumentam as desigualdades entre classes sociais e indivíduos, e novas situações surgem sobretudo junto dos desempregados de longa duração, das famílias com monoparentalidade feminina, dos indivíduos com baixos níveis de escolarização, jovens em risco, das minorias étnicas, dos toxicodependentes, dos alcoólicos, das pessoas portadoras de deficiência, que constituem categorias sociais vulneráveis ao fenómeno da pobreza e exclusão social. A par disto, verifica-se um crescimento exponencial dos sem-abrigo.

Face ao exposto, não é de admirar que estes fenómenos estejam, hoje, na ribalta dos discursos políticos e nas agendas de todos os organismos internacionais, e em debate nas ciências sociais, e surja como um dos maiores desafios à garantia dos direitos humanos. «*Quase 800 milhões de pessoas passam fome e não têm segurança alimentar e cerca de 1,2 milhões vivem com menos de 1 dólar por dia…mesmo nos países da OCDE, quase 8 milhões de pessoas estão subalimentadas. Só nos Estados Unidos, cerca de 40 milhões de pessoas não estão abrangidas pela segurança na saúde e um em cada cinco adultos é funcionalmente analfabeto*» (Relatório do Desenvolvimento Humano 2002 *in* OIT, 2003:12).

A exclusão social é um processo forçado, tirando os que na óptica de Costa (1998:23) se "auto-excluem", como consequência de comportamentos "auto-destrutivos" como a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc., que afecta os indivíduos. A exclusão, enquanto processo, remete para um percurso com várias fases, e não se trata de um processo linear, há que analisar as causas e as origens do fenómeno, ou seja, a história acaba por ser determinante para a compreensão e explicação de determinados indivíduos, famílias, comunidades, territórios, estarem submetidos à exclusão. Logo, o contexto social, económico, político, são contextos que influenciam a origem da exclusão, bem como a podem acentuar e condicionar. A exclusão pode dar-se apenas por um factor, ou um factor dominante. Assim, *«(…) o crescimento económico pode ser uma condição necessária, mas não suficiente, para prevenir, aliviar e lutar contra a exclusão (…)*» (Estivill, 2003:19). Outros factores interferem, como os de natureza social, cultural, politica, ambiental, entre outros.

Castel (*in* Costa 1998) considera que a exclusão social consiste numa «*(…) fase extrema do processo de "marginalização", entendido este como um percurso "descendente", ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade*» (Castel *in* Costa, 1998:10). Um ponto relevante deste percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego, sobretudo quando se trata de situações de desemprego prolongado. Mas, «*(…) a fase extrema - a da "exclusão social" - é caracterizada não só pela ruptura com o mercado de trabalho mas por rupturas familiares*

afectivas e de amizade» (Castel *in* Costa, 1998:10), já que as relações sociais são um componente fundamental do bem-estar das populações. Neste entendimento «*pode haver pobreza sem exclusão social*» (Costa 1998: 10), e nem todos os excluídos são pobres. A exclusão social é um percurso, e a pobreza pode ser vista como uma forma de exclusão social.

O termo social permite interpretar a noção da exclusão social como estando relacionada com a sociedade. Cada sociedade tem definido o seu quadro de direitos e deveres do cidadão, onde estão incluídos os direitos e deveres cívicos (liberdade de expressão, direito à privacidade, etc.), os sociais e culturais, no que compreende ao rendimento, cultura, habitação, saúde, entre outros e, é este conjunto de deveres e direitos que confere às populações o estatuto de cidadãos. E, as situações de exclusão social produzem-se «*(…) porque a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de beneficiar de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhes estão associados*» (Capucha, 1998:211), o que coloca as pessoas mais desfavorecidas, privadas de usufruírem da cidadania plena, de participarem nos padrões ditos normais na sociedade.

Assim, exclusão tem a ver com a falta de cidadania. Segundo Costa (1998: 14): «*Pode considerar-se que o exercício pleno de cidadania implica e traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, acesso que deve entender-se como uma forma de relação*». Esse conjunto de sistemas sociais básicos diz respeito essencialmente a cinco domínios na opinião do autor citado: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Passando a uma breve descrição desses domínios, o domínio social respeita a um conjunto de sistemas (grupos, comunidades e redes sociais) que vai desde os mais imediatos ao mais restritos tais como a família, a vizinhança, passando pelas intermédias como a empresa, a associação desportiva e cultural, o grupo de amigos, até às mais amplas como, por exemplo, o mercado de trabalho. Portanto, diz respeito à panóplia de relações do indivíduo com a sociedade.

O domínio económico compreende os mecanismos geradores de recursos (inclui o mercado de trabalho - salários, o sistema de segurança social e os activos), o mercado de bens e serviços e o sistema de poupanças. Este último justifica-se, uma vez que se reconhece a importância de um certo grau de segurança em relação ao futuro como uma forma de lidar com o imprevisível. Daí, hoje, considerar-se este domínio como uma necessidade normal.

Quanto ao domínio institucional inclui, por um lado, os sistemas prestadores de serviços, que são serviços prestados que não estão dependentes dos meios de que as pessoas e as famílias dispõem como, por exemplo, o sistema educativo, da saúde, da justiça. Por outro lado, abarca instituições mais directamente relacionadas com direitos cívicos e políticos, tais como sistema burocrático e as diversas instituições ligadas à participação política.

O domínio territorial é significativo ao nível da exclusão social pelo facto de existirem certas situações nas quais a exclusão diz respeito, não apenas às pessoas e famílias, mas também a um determinado território. É como se todo o território estivesse excluído. É o caso dos bairros de lata e outros bairros degradados em que as condições de vida da população alvo não melhoram, se não se tomarem medidas que visem o progresso de todo o espaço territorial,

desde habitação, equipamentos sociais, serviços, acessibilidades, etc. «*Embora a mobilidade da humanidade esteja cada vez mais intensa, o território continua a ser lugar onde se produz e manifesta exclusão, sendo assim uma das dimensões chave para tentar conhecer e combater a exclusão*» (Estivill, 2003:50).

Por fim, no que concerne as referências simbólicas, estas remetem-nos para uma dimensão subjectiva da exclusão. Referem-se a um conjunto de perdas que o excluído sofre e que pode vir a agravar-se com a permanência na situação de exclusão como, por exemplo, perda de identidade social, de auto-estima, de falta confiança, de perspectivas de futuro, da capacidade iniciativa, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, aspirações limitadas.

Note-se que falar de todos estes domínios descritos não significa que actuem individualmente, mas sim podem coexistir e um pode afectar o outro. Assim como uma situação de exclusão social pode não respeitar a todos os domínios, pois, uma pessoa pode ser mais excluída em relação a uns domínios do que a outros.

«*A exclusão social significa fundamentalmente desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e politico. Reflecte-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na participação na vida comunitária, e implica o que Robert Castel chama de "desafiliação" em relação à sociedade: o não reconhecimento do lugar na sociedade*» (OIT, 2003:18). Ou seja, a desafiliação consiste no momento mais extremado da exclusão social, uma vez que corresponde à ruptura dos laços com a própria família e grupos mais próximos.

Costa (1998) distingue diferentes tipos de exclusão social: (i) de tipo económico: trata-se fundamentalmente de pobreza (privação múltipla, por falta de recursos), sendo esta forma de exclusão normalmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, etc.; (ii) de tipo social: a exclusão situa-se no domínio dos laços sociais, trata-se de uma privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada a falta de auto-suficiência e autonomia pessoal e um exemplo típico são os idosos e os deficientes; (iii) de tipo cultural: fenómenos como o racismo, xenofobia certas formas de nacionalismo podem só por si dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais; (iv) de origem patológica: muitas das vezes as situações de exclusão social podem dar-se devido a factores patológicos designadamente da natureza psicológica ou mental e, por vezes a ruptura familiar originada por problemas psicológicos ou mentais; (v) e, por fim comportamentos auto-destrutivos: tratam-se de comportamentos relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição entre outros, os que colocam o indivíduo numa situação de excluído.

Respeitante ao conceito de pobreza, para Costa (1998:18-19): «*A Pobreza consiste numa situação dinâmica de privação, por falta de recursos*». Assim, a pobreza apresenta-se como uma forma específica de exclusão social, na medida em que o pobre é excluído de alguns dos sistemas sociais básicos. A pobreza é, certamente, a forma de exclusão social mais generalizada. Podemos distinguir pobreza, associando-a à componente "acesso a recursos" e exclusão social a "vínculos sociais". Assim, esta última e na linha de pensamento de Castel (*in* Costa, 1998) pode ser definida como quebra dos vínculos sociais, de não pertença plena à

sociedade, de não cidadania, de perda dos direitos e dos deveres de cidadão, ou de desafiliação.

Essa privação a que está relacionada a pobreza traduz-se, antes do mais, em más condições de vida, tratando-se normalmente de uma privação múltipla em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, participação na vida social e política, entre outras. Alguma carências suscitam outras, uma carência raramente ocorre isoladamente e as consequências vão ser múltiplas.

Permanecendo neste contexto de vida, o pobre vai ser afectado em aspectos da sua personalidade, quer psicologicamente quer culturalmente, como aponta Costa (1998: 28): «*Modificam-se os hábitos, surgem novos comportamentos, alteram-se os valores, transforma-se cultura, ensaiam-se estratégias de sobrevivência, a revolta inicial vai cedendo lugar ao conformismo, vai baixando o nível de aspirações, enfraquece auto-confiança, modifica-se a rede de relações, ocorre a perda de identidade social e, eventualmente, a perda da identidade pessoal*». Mas, não quer dizer que seja um processo linear para todos os pobres, mas sim o percurso a que a privação profunda e persistente pode levar.

O pobre é sujeito a vários tipos de exclusão, no domínio económico não terá acesso aos sistemas geradores de rendimento, ao mercado trabalho, a falta de recursos, o que limitará fortemente o acesso ao mercado de bens e serviços, assim como o acesso ao sistema de crédito estará totalmente vedado. Uma das características das pessoas pobres está no seu baixo nível da instrução e formação profissional, o qual irá condicionar o sucesso ou insucesso profissional, conjugado, portanto, com o mercado de trabalho e com o sistema de salários. O indivíduo sujeita-se a empregos precários e será mais vulnerável ao desemprego. Se o indivíduo entrar numa situação de desemprego de longa duração, a situação de pobreza pode agravar-se e atingir um maior nível de intensidade. A população pobre possui, na sua quase totalidade, fracos níveis de educação e de formação profissional, o que constitui desde logo uma desvantagem na sua inserção no mercado de trabalho. «*A relação entre pobreza e educação parece formar um ciclo vicioso: as pessoas são pobres porque não puderam investir ou investiram pouco em si próprias, mas os pobres têm fracos recursos para aplicar em formação. A forma de funcionamento do mercado de trabalho e a própria globalização põem em causa a relação de causalidade entre educação e pobreza (…) os baixos níveis de escolaridade acentuam a vulnerabilidade face à pobreza e à exclusão social*» (OIT, 2003:25).

No que respeita ao domínio institucional, o acesso/sucesso de uma família pobre aos serviços de saúde, ao sistema educativo e formação profissional, à habitação social, à justiça ou aos serviços públicos em geral estará vedado ou será insatisfatório. Então, também se depreende que a participação cívica e política destes indivíduos será débil, ou não existe.

Em relação ao domínio das relações sociais, o pobre está muito limitado, vê a sua rede de relações muito limitada, sendo mais grave nos centros urbanos, onde o isolamento e individualismo são mais propícios.

No domínio da exclusão territorial que, como já foi referido, não só as pessoas ou famílias são excluídas, mas o próprio território onde vivem, temos como exemplo disso, os bairros degradados, periféricos ou nos centros históricos das grandes cidades, ou zonas rurais mais atrasadas que não acompanham o desenvolvimento do resto do país.

Por fim, no domínio das referências simbólicas, há certas perdas que se vão intensificando à medida que a pobreza persiste, como a perda de identidade social e do sentimento de pertença à sociedade, baixo nível de aspirações, perda de confiança, conformismo e no extremo, perda de identidade pessoal e ruptura dos laços familiares e afectivos, levando deste modo a uma situação de exclusão social profunda.

A pobreza pode ser definida em termos relativos e em termos absolutos, consoante se defina o limiar de pobreza com referência ao padrão de vida dominante numa sociedade, ou sem essa referência, respectivamente. A pobreza absoluta evoca um nível mínimo de vida, semelhante em qualquer país ou época, uma quantidade de recursos necessários para manter, nas diversas dimensões da vida social (habitação, alimentação, saúde, etc.), um estilo de vida consoante com o que é tido como minimamente aceitável pela sociedade. Os que se encontram abaixo desse nível de recursos vêm-se excluídos de uma existência social normal, desta forma, está-se num estado de pobreza absoluta.

A pobreza relativa tem a capacidade de ser mensurável, quantificável, comparável territorialmente e remete para a distribuição de rendimentos. «*O carácter relativo deste conceito radica no facto de que as características específicas de cada sociedade constituem o principal termo de referência para a própria definição de pobreza*» (Costa, 1984: 281). O conceito de pobreza relativa tem em conta outros aspectos que o conceito de pobreza absoluta não comporta, como a referência ao estilo de vida dominante na sociedade e as condições abaixo das quais as pessoas estão privadas de participar na vida em sociedade.

Em conclusão, fazendo a distinção entre pobreza e exclusão social, o primeiro conceito remete para um vertente basicamente económica, uma vez que se trata de uma ausência de recursos ou de rendimentos, ao passo que a segunda remete para um processo complexo e multidimensional, com várias fases e efeitos cumulativos para os indivíduos, para os territórios e para a sociedade em geral. A exclusão abrange formas de privação não material, para além da falta de recursos económicos abarca também a falta de recursos sociais, políticos, culturais e psicológicos e, como diz respeito a situações diferenciadas, pode falar-se de vários tipos/formas de exclusão social, sendo um deles a pobreza.

A Exclusão Social na Perspectiva dos Clássicos

> *«Os pais fundadores da nossa disciplina preocupam-se muito com os mecanismos de coesão social das sociedades da modernidade. Não estudam especificamente a população dos excluídos, mas esboçam já as formas dos processos de exclusão próprios da modernidade» (Xiberras, 1993:85)*

A exclusão como tema actual não deixa contudo de referenciar os anos clássicos da Sociologia, desde Durkheim, Simmel, Weber, Marx, que "*embora seguindo caminhos diversos e prosseguindo objectivos diferentes, procuram comparar os mecanismos de coesão social da ordem moderna com as formas de manutenção/desintegração social das sociedades tradicionais*" (Baptista, 2002:15).

Descrevendo as várias tradições sociológicas em cima enunciadas e, para uma melhor compreensão, no que respeita a Durkheim (*in* Xiberras, 1993) o ordenamento da sociedade global é explicado pelo laço social. Assim, Durkheim faz alusão a duas formas de solidariedade que permitem ligar os homens entre si: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Quanto á primeira, remete para o laço social existente nas sociedades tradicionais, onde há partilha dos mesmos valores e sentimentos, poucas diferenças entre os indivíduos, princípio da semelhança, em que, a solidariedade expressa-se como que mecanicamente, e de forma espontânea. Por sua vez, a solidariedade orgânica remete para o laço social das sociedades modernas, que se caracteriza por uma divisão do trabalho, diferenciação de tarefas, funções e profissões. As pessoas não partilham unanimemente dos mesmos valores e sentimentos, imperando, portanto, o princípio da diferenciação. Assim, Durkheim procura caracterizar a morfologia do laço social nas sociedades modernas através «*da metáfora da "solidariedade orgânica"…por oposição à metáfora da "solidariedade mecânica", típica das ditas sociedades simples*» (Leandro e Cardoso, 2005:98).

Na linha de pensamento de Durkheim, Xiberras (1993) adianta que, quando os indivíduos se agregam, se fundem e convivem, dão origem à chamada consciência colectiva. «*Esta constrói-se analiticamente como o conjunto formado pelos sentimentos e pelas crenças comuns à média dos membros duma sociedade ou de um colectivo*» (Xiberras, 1993: 46). A consciência colectiva é a razão pela qual, os homens se submetem a viver em sociedade. «*A força e o grau de intensidade que ligam os homens à consciência colectiva variam com a força e o grau de coesão que ligam os homens entre si*» (Xiberras, 1993:47) e é esta articulação que explica os dois tipos de solidariedade.

Para Durkheim (*in* Xiberras, 1993), a densidade moral remete para a consciência colectiva, valores, sentimentos, semelhanças que ligam os indivíduos ao todo social. Pelo contrário, a anomia diz respeito a uma desagregação dos valores, ausência de referências e perca do laço social. «*Nas sociedades modernas, os indivíduos deixam de se unir em torno da celebração de laços mecânicos, assistindo-se antes, segundo o autor, à passagem para um novo tipo de configuração dos mesmos, produto da complexidade que ostenta o novo tipo de sociedade…*» (Leandro e Cardoso, 2005: 98). Com o aumento progressivo da densidade material, a divisão do trabalho intensifica-se, assim como a diferenciação de tarefas, das funções, das profissões.

«*Neste sentido, a divisão do trabalho concorre directamente para um aumento da densidade social, pois as trocas e as comunicações travadas entre os indivíduos são cada vez mais prolíferas*» (Leandro e Cardoso, 2005: 98). Segundo Leandro e Cardoso (2005) a divisão social promove a solidariedade entre os indivíduos, pois ao criar uma organização construída e coordenada sob o impulso de várias e distintas funções, concorre para uma maior ligação e união dos indivíduos entre si.

Contudo, esta diferenciação conduz as consciências individuais a libertarem-se da consciência colectiva, uma vez que, tal diferenciação fomenta uma consequente maior diversidade de sentimentos, crenças, valores, regras. Mas, esta diferenciação implica «*uma interdependência funcional, orgânica, vital para o equilíbrio do todo»* (Leandro e Cardoso, 2005: 99). Portanto, o laço social que caracteriza as sociedades modernas dever ser orgânico, de forma a permitir a coesão social. Todavia, este tipo de sociedades apresenta maiores probabilidades de conhecer a desintegração social. Segundo Leandro e Cardoso (2005), a densidade moral é a força que sustenta a coesão social, mas nas sociedades modernas essa moral vai enfraquecendo devido à ascendência de novos valores e práticas sociais. Assim, Durkheim alerta para os perigos da divisão do trabalho social em que, se este não for devidamente enformado sob uma égide de uma moral forte, reúne grandes probabilidades de conduzir a um processo de desintegração social, podendo ter como consequência a anomia social. «*Embora a divisão do trabalho social produza, em princípio, solidariedade orgânica, a ausência de regras e/ou a sobreposição da densidade material das relações sociais sobre a densidade moral das mesmas podem provocar disfunções e uma consequente desorganização social em que os indivíduos se sentem desenraizados da sociedade*» (Baptista, 2002: 17). Daqui resulta uma desorganização social, a anomia social, e a própria exclusão social.

Em suma, a exclusão social na óptica da tradição durkheimiana, é vista como perda do laço sócio-moral. A densidade material sobrepõe-se à densidade moral. Com o desenvolvimento das sociedades, nomeadamente da economia, com a introdução das novas tecnologias de comunicação e informação, novas funções, tarefas, profissões, especialização, qualificações, requisitos são exigidos, havendo assim uma excessiva divisão do trabalho. Ora, muitos são aqueles que não preenchem estes exigentes requisitos, pelo que se tornam excluídos dos vários sistemas sociais. Estes indivíduos sentindo-se «*(…) desestruturados, desorganizados ou desligados da sociedade quanto aos códigos sociais e morais, estão numa situação propícia ao suicídio anómico*» (Silva, 2003:7).

No que respeita a Simmel (*in* Xiberras, 1993) este, por sua vez, explica a coesão social com base na interacção entre os indivíduos, da relação de um indivíduo com o outro. Simmel dedica-se a descrever a história das relações sociais no seio dos agrupamentos humanos, e o que permite caracterizar esta evolução reside na abertura progressiva para o exterior, para fora ou para o que é estranho ao grupo. Com isto, o autor pretende descrever as interacções mais específicas da modernidade. Ele privilegia, por isso, a análise dos mecanismos e modos de proximidade/distância entre os actores sociais, nomeadamente em meio urbano.

A relação com o estrangeiro pode decompor-se em duas vertentes: por um lado, pode acentuar a distância, quando as semelhanças com os autóctones são menos visíveis do que as diferenças; por outro, pode acentuar a proximidade, quando a semelhança é maior do que a diferença. Com o desenvolvimento das cidades surgem as grandes metrópoles, pelo que os autóctones desta área geográfica vão-se deparar constantemente com a presença/entrada de estrangeiros. E qual a relação do homem urbano com o estrangeiro? Xiberras (1993) enuncia quatro possíveis formas de reacção: a indiferença ou atitude insensível, o stress e os modos de vida urbanos geram uma desatenção dos citadinos para com as coisas e pessoas, pelo que a presença dos estrangeiros pode-lhes ser indiferente; o cálculo e a abstracção, o citadino tente a agir mais com a razão do que com o coração, pelo que este «*(…) calcula tudo e com todos*» (Xiberras, 1993:73), desde a sua rede de amigos, fornecedores, compradores, até aos empregados domésticos; a liberdade e singularidade, para valorizar/afirmar a sua personalidade, os indivíduos tendem a recorrer à exacerbação das suas diferenças (excentricidades, extravagancias, caprichos, preciosismos); por último, hostilidade e exclusão, quando provoca um sentimento de desconfiança, que se transforma em aversão, repulsão, conflito e ódio.

Em jeito de conclusão, na óptica de Simmel (*in* Xiberras, 1993), quando as semelhanças entre os estrangeiros e os autóctones são evidentes e visíveis, os primeiros entram num processo de integração na colectividade. Mas, quando são as diferenças a serem exacerbadas a inclusão não se dá gerando, portanto, formas de exclusão social (descriminação, racismo, nacionalismo, desconfiança). Para o autor, na cidade, a densidade moral foi-se debelando, e a cultura individual é que impera, sendo que não é a universalidade que vinga, ou seja, a pesquisa das semelhanças gerais, mas sim, a pesquisa da singularidade e das diferenças.

Por sua vez, no que diz respeito à tradição Weberiana, o autor assenta as suas teorias no valor da "Acção Social", ideia de uma interacção que o agente social pode imprimir no *socius* que o rodeia. Trata-se de mostrar como os actores sociais vivem e agem em relação às estruturas sociais (intenções, interesses, sentidos). Daí que, o autor centre a sua análise na acção social e na sociologia "compreensiva-interpretativa". O ser humano é o único com capacidade para produzir um comportamento provido de sentido. O autor considera que os indivíduos orientam o seu comportamento pelos comportamentos esperados dos outros, e também relativamente às relações de autoridade e poder, também elas presentes no sistema das relações sociais. Weber (*in* Xiberras, 1993) procura analisar porque é que o homem aceita submeter-se a uma autoridade e analisa esta relação social de autoridade e poder em duas perspectivas: por um lado, a dominação indica a possibilidade para um indivíduo ou grupo de encontrar uma ou várias pessoas prontas a obedecer; por outro, o poder significa a possibilidade para um indivíduo ou grupo fazer triunfar a sua vontade no seio de uma relação social. Mas, porque é que os indivíduos aceitam submeter-se? O que torna legitima a dominação? A dominação procura sempre a legitimidade e, na óptica do autor existem três ideais-tipo de dominação legítima: a dominação tradicional, em que o povo que se submete é composto por súbditos e reside no sentimento de piedade ou de fé, típico dos regimes políticos tradicionais como o

patriarcado e a monarquia e funciona segundo o modelo dos costumes e das tradições; a dominação carismática, a qual apoia-se sobre os sentimentos de emoção e de confiança pela parte dos sujeitos e, nas propriedades carismáticas, pela parte do guia, repousando este tipo de autoridade sobretudo no valor pessoal do chefe; por último, a dominação legal, em que os que se submetem são os cidadãos, sendo típico das sociedades modernas e repousando sobre a racionalidade, assente e expressa no direito. A referência a estes três tipos de dominação permite demonstrar a natureza do laço social, a dois níveis: o que liga os homens à autoridade que os submete (laço social vertical) e o que os liga entre si (laço horizontal).

No entanto, o autor considera que a dominação legal não é, por si só, suficiente para descrever o laço social nas sociedades modernas. Assim, o autor debruça o seu pensamento também sobre a dimensão económica, dando primazia à lógica do racionalismo económico, que é comum à economia capitalista, onde se encontra muito presente a competitividade, da qual pode resultar a exclusão social. A concorrência e a competição estão presentes nos diversos mercados de trabalho, como também nas relações fechadas próprias de certos círculos e actores sociais individuais ou colectivos. A capacidade de controlo e acesso a recursos é diferenciada consoante a classe social, o grupo étnico, religioso, etc. Ora, a exclusão social, é vista como o domínio de recursos por parte de determinado grupo estatuário face aos demais, que conduz à exclusão de determinados indivíduos ou grupos que não usufruem desses mesmos recursos. O autor deu particular atenção aos fenómenos de divisão de poder no seio de uma comunidade, em particular, às classes, os grupos estatuários e os partidos, que são as fontes de poder que maiores desigualdades geram, aos quais correspondem determinados graus de poder no que toca às esferas, económica, social e politica, respectivamente.

Ao passo que, nas sociedades tradicionais os critérios de diferenciação eram de descendência e linhagem, na sociedade de hoje a origem social tem um peso relativo, dando-se maior preponderância a critérios de selecção restritiva, como as provas de avaliação, testes e exames, currículos que são poderosos instrumentos de selecção no acesso a círculos de prestígio. Donde constata-se que a sociedade hodierna tem cada vez mais presente a concorrência e competitividade e culmine na exclusão social para aqueles que não são possuidores destes novos requisitos que a sociedade de hoje exige.

Por último, no que concerne a perspectiva Marxista, a luta de classes esteve e estará sempre presente em qualquer sociedade e que, por isso, a luta pelo poder está bem patente nas sociedades capitalistas, a qual «*pressupõe que as duas principais classes - capitalista e assalariada - tenham permanentemente interesses divergentes e antagónicos que culminam forçosamente num conflito*» (Baptista, 2002: 23). Nesta óptica, «a *exclusão social é vista como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos se decisão politica*» (Silva, 2003: 9), ou seja os excluídos são aqueles que ficam desprovidos dos meios de produção, em prol dos capitalistas, tendo como única alternativa vender a sua força de trabalho com o intuito de alcançar um mínimo de subsistência e que, por sua vez, condiciona o acesso a todos os outros recursos.

Assim, os excluídos são uma maioria, pelo que uma forma de erradicar a pobreza e a exclusão social na óptica do autor, como defensor de um a sociedade socialista, seria outorgar o poder á maioria, isto é, uma colectivização dos meios de produção, pois o monopólio capitalista origina desigualdades. No sistema capitalista, «*a força de trabalho é transformada em mercadoria e o seu valor corresponde ao socialmente necessário, normalmente um salário que permite apenas a subsistência dos operários. O trabalhador é uma mais-valia, pois fornece mais do que aquilo que custa*» (Baptista, 2002: 24). Nesta linha, Marx (*in* Baptista, 2002) considera que as actuais injustiças sociais estão indissoluvelmente ligadas ao capitalismo, um regime económico de exploração. Na era da globalização em que nos encontramos, deparámo-nos com as pequenas empresas a serem absorvidas pelas grandes empresas, contribuindo para agravar o fenómeno do desemprego e consequente exclusão dos que têm poucas qualificações e especialização, sobretudo com a introdução de novas técnicas de produção, que proporcionam maior produtividade com menor custo, já que dispensa trabalhadores, tempo, mas requer trabalhadores mais qualificados e especializados e que, por isso, coloca nas fileiras de desemprego os operários menos qualificados. A globalização que hoje prolifera produz menos emprego e mais pobreza e exclusão social.

Sumariando a exclusão social nestas quatro tradições sociológicas, dir-se-á que, de acordo com a tradição durkheimiana a exclusão social é uma consequência do enfraquecimento da consciência colectiva e primazia das consciências individuais que, por sua vez, conduz à ruptura do laço sócio-moral, e numa sociedade doente e desprovida de valores, sem referências morais para alguns dos seus membros, conduz inevitavelmente à anomia. Na perspectiva simmeliana, a exclusão é vista como fruto de desenvolvimento da cultura individual, sobretudo em meios urbanos, cujo olhar dos citadinos em relação aos estrangeiros pauta-se pela desconfiança e pela repulsão, exacerbando-me mais as diferenças do que as semelhanças. Em relação à tradição weberiana, vê a exclusão como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatuário face aos demais e, por isso, os excluídos são aqueles que têm uma relação de subordinado face a quem tem poder. Por último, no que respeita à perspectiva marxista, a exclusão social advém essencialmente de uma desapropriação dos meios de produção, que condiciona o acesso a todos os outros recursos, que se traduz numa luta de classes presente em toda a história entre capitalistas e assalariados.

Todas estas teorias clássicas contribuíram em muito para um esboço daquilo que é a exclusão social nos nossos dias e que, por isso, ainda hoje são referenciadas no que toca às questões das desigualdades e exclusão social.

Globalização, Desigualdades e Exclusão Social

> *«Vivemos num mundo de transformações, que afectam quase tudo o que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós»* (Giddens, 2000:19).

Apesar dos projectos da modernidade proclamarem uma sociedade democrática e socialmente justa, banindo as desigualdades, na verdade não só não desapareceram as antigas desigualdades, como emergiram outras. Por um lado, verifica-se um progresso exponencial a vários níveis e, por outro, verifica-se a persistência e o agravamento da miséria e da exclusão social a que está sujeita uma parte significativa da população à escala global.

O grande progresso económico e tecnológico registado à escala global não quer dizer que os seus resultados só geram efeitos positivos, muito pelo contrário, «*(…) já decorreram 50 anos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos e todos os dias são manifestos e gritantes os seus atropelos, em todos os países do mundo, sob as mais diversas expressões, sem que se vislumbrem caminhos de superação de tais disfuncionamentos*» (M. Silva, 1999:80). Ora, quando os próprios Direitos Humanos são postos em causa, é de esperar, por parte da opinião pública, grande ceptismo, insegurança e desconfiança quanto ao futuro e quanto às instituições políticas responsáveis pelo bem-estar, pela segurança, e salvaguarda da paz dos cidadãos.

A justificativa para o aumento das desigualdades e o surgimento de novas encontra-se ao nível das transformações operadas na sociedade, como referem Fitoussi e Rosanvallon (1997: 51): «*Descrever as desigualdades modernas é no fundo narrar a transformação social*». Assim, são de destacar como principais mudanças na estrutura socio-económica ao longo do século XX: alteração nos tipos de actividade económica dominantes, isto é, passagem de uma economia predominantemente industrial para uma economia de serviços; mudanças na composição social da população, verificando-se, a diminuição dos grupos sociais ligados à indústria e o surgir de novos estratos; a intensificação do papel do Estado na regulação da economia e da sociedade - Welfare State; a melhoria generalizada do nível de vida das populações; mudanças ao nível dos valores e atitudes acompanhadas de um desenvolvimento do individualismo; alterações demográficas, verificando-se um declínio das populações das sociedades desenvolvidas, acompanhado de um progressivo envelhecimento e uma explosão demográfica no Terceiro Mundo; a mundializaçao e a globalização das economias e das sociedades, que com o desenvolvimento das novas tecnologias passa a tornar possíveis intercâmbios económicos e sociais a uma escala global.

Assim, e de forma visível, como desigualdades persistentes, tradicionais, temos as desigualdades na repartição da riqueza e do rendimento, nos níveis de habitação, educação e saúde. Nas sociedades modernas, novas desigualdades emergem, que são decorrentes da própria mutação em curso como: a posição dos indivíduos face ao trabalho, ao endividamento, à formação do *habitat* e do tecido urbano; as relações sociais; a implosão do modelo familiar; a informação, as novas tecnologias, a mundialização e competitividade; a mobilidade; o ambiente tecnológico, etc.

Segundo Manuela Silva (1999), estas desigualdades modernas revestem-se de várias características, têm carácter estrutural, intrinsecamente associadas às mudanças em curso que as vão gerando, atravessam os distintos grupos sociais e podem afectar qualquer pessoa, independentemente do meio social - o que gera grande insegurança na população - criam, no seio das comunidades, um fosso cada vez maior entre os que têm e os que não têm, assumem uma dimensão multi-dimensional potencialmente geradora de rupturas de difícil recuperação e, por último, são desigualdades percepcionadas como fortemente aleatórias e que, por isso, foge ao controlo dos indivíduos sobre as suas situações de vida.

«*As transformações em curso em diferentes recantos do planeta, que os meios de informação e comunicação social vão reduzindo, cada vez mais, a uma grande praça pública de uma pequena cidade - assim se vão configurando as dimensões do orbe - vêm produzindo efeitos, fastos uns e nefastos outros, de alcance de geometria variável*» (Fernandes, 2002:185).

O conceito de globalização exprime segundo Silva (2000) uma interdependência entre Estados, países, economias, mercados, sociedades, comunidades, ou seja, na óptica deste autor «*(…) o capitalismo monopolista constitui a origem do processo da actual globalização e caracteriza-se pela (i) concentração da produção e do capital em monopólios; (ii) fusão do capital bancário e industrial (multinacionais, cartéis); (iii) exportação do capital para além da tradicional exportação de mercadorias; (iv) divisão do mundo em zonas de influência; e (v) a prática consumação da divisão territorial do mundo pelos monopólios*» (Silva, 2000: 290).

«*O mundo está, com efeito, mais globalizado, mas a questão mais pertinente será a de questionar-se até que ponto estará mais (des)igual*» (Silva, 2000: 292) De facto, há uma convergência, a globalização aumenta mas, a seu lado, também aumentam as desigualdades, acentuam-se as assimetrias regionais, as assimetrias entre países, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento: os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. A globalização consiste no principal dinamizador do desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, grande causador de perturbações socio-económicas e politicas, aumentam os riscos, as desigualdades, a exclusão, a desconfiança.

A globalização é assim, dotada de várias dimensões. O contexto em que actuam as sociedades actuais permite que tudo o que nelas ocorre apresente características de universalidade, aquilo que se passa num sítio faz-se desde logo sentir em diversos pontos do globo, há assim a possibilidade de um conhecimento mútuo. No entanto, com este intercâmbio global, há que ter em conta o predomínio de um imperialismo cultural e, sobretudo, económico, que se procura impor a uma escala mundial. Ele apresenta-se como universal procurando, deste modo, negar as particularidades. Este imperialismo é, sobretudo, fruto do imperialismo americano. Quando se fala em globalização, associa-se desde logo a ideia de americanização do mundo. A globalização está «*(…) profundamente marcada pelo poderio económico e politico dos Estados Unidos da América, e arrasta com ela consequências muito desiguais*» (Giddens, 2000:17). Verifica-se cada vez mais uma diferenciação entre países ricos e países pobres. A globalização apenas garante a sobrevivência dos mais aptos ou dos mais fortes e, neste caso, os países mais industrializados e as grandes empresas. Os países pobres não têm capacidade

para competirem à escala global. Estes não estão dotados de meios para os sustentar nesse "jogo" que é a competitividade, devido em grande parte à inexistente ou fraca introdução de novas tecnologias, mão-de-obra desqualificada, desvalorização das suas matérias-primas que é a principal fonte de divisas destes países, devido às inovações tecnológicas que permitem a utilização de matérias alternativas ou a produção de outras, debilidade política e financeira, entre outras justificativas. No entanto, na tentativa de se afirmarem cultural e politicamente, países da periferia praticam actos de violência como uma forma de lutar contra os monopolistas, desencadeando querelas entre países, prática sem dúvida presente no mundo actual, onde vemos os atentados terroristas a aumentar em número e intensidade.

Uma outra dimensão visível no processo de modernização e de globalização diz respeito à intensificação e à probabilidade de riscos sobre as populações. Aumentam os riscos sociais, devido às grandes mudanças na estrutura socio-económica que o processo de modernização acarretou. O mundo actual é considerado de risco, porque, do ponto de vista social, económico, político ou da própria natureza, ele tende a ficar fora do alcance do homem, uma vez que são riscos difíceis de prever e acautelar. O risco aparece, hoje, de modo endémico. Ele passa a ser colectivo, o que gera o aumento da insegurança, desconfiança, que se instala globalmente. Com o aumento dos riscos sociais permanece a dúvida na mente das pessoas, destroem-se as clarezas, as certezas e, o sentimento do desânimo, do fundamentalismo, ou sentimento de tragédia, de desconfiança, passam a estar presentes no quotidiano das pessoas, porque há por parte destas uma maior consciência desses riscos. Também com a globalização há a perigosidade do individualismo excessivo, pois aumentam os campos de relação mas diminui os espaços de intercâmbio interpessoal.

Como vimos, com a globalização aumentam os riscos sociais que provocam o mal-estar das populações, como o desemprego, a insegurança, o envelhecimento e emigração, agravamento da pobreza e exclusão social, toxicodependência, doenças, entre outras problemáticas que, como já foi descrito, são decorrentes do processo de reestruturação socio-económica.

Um exemplo de um risco social que aumentou e não está em vias de se verificar o inverso é o desemprego. Uma das características mais paradoxais da globalização actual é que, ao invés de criar mais oportunidades de emprego, pelo contrário diminui pois, com a crescente introdução de novas técnicas de trabalho, novas formas de produção e introdução de novas tecnologias de informação e comunicação, conduz a uma flexibilidade no mercado de trabalho, dando origem a novas formas de trabalho - trabalho a tempo parcial, contrato a prazo, trabalho temporário - que se revelam atípicas levando, deste modo, a um esbatimento da relação de trabalho dita típica - salário, tempo inteiro e estabilidade. Ora, esta alteração coloca as pessoas em maior vulnerabilidade em relação ao desemprego, sobretudo aquelas com baixas qualificações, sem especialização, requisito que as novas tecnologias de comunicação e informação exigem e ocupam, quando muito, os empregos mais precários e mais mal remunerados, podendo levar a situações extremas de exclusão social. Uma das desigualdades mais profundas na sociedade hodierna remete para as desigualdades ao nível das qualificações, ou seja, "capital humano", pois as qualificações que os indivíduos possuem são

determinantes para a probabilidade de emprego ou desemprego e os que detêm menos qualificações são os mais vulneráveis a este último. Entre as categorias mais vulneráveis destacam-se também as mulheres, os jovens em inserção e pessoas já com uma certa idade. A par disso, desaparecem os empregos tradicionais com o aumento dos empregos criados graças às novas tecnologias, que não se adequam aos indivíduos com poucas ou nenhumas qualificações. As empresas reestruturam-se através da automação, substituindo o homem pela máquina. Caixas de banco são substituídos por caixas electrónicas, fábricas robotizadas dispensam operários, escritórios informatizados dispensam dactilógrafos. É o chamado desemprego estrutural. À medida que o trabalho remunerado vem sendo substituído por sistemas automatizados, bens e serviços podem ser produzidos com menos investimentos, menos matérias-primas e menos mão-de-obra. É provável, assim, que essas sociedades que aderem a este sistema de produção venham a passar por "crescimento sem emprego ", isto é, o crescimento económico de hoje não se faz acompanhar por um equivalente crescimento de emprego. Este é o grande paradoxo da globalização actual: como pode haver crescimento económico, prosperidade, com um aumento do desemprego, com a exclusão de milhares de pessoas do mercado de trabalho?

Um dos motivos para o aumento dos riscos sociais e para a sua falta de controlo pode ser visto ao nível da perca de poder por parte dos Estados-Nação, na óptica de Carapinheiro (2001:205): «*(…) o Estado-Nação perdeu muito da sua ancestral posição de poder. A construção de entidades supranacionais, como é o caso da União Europeia, deslocou o repositório dos direitos sociais das entidades nacionais para as entidades supranacionais*». Desta forma, os Estados nacionais ficam limitados na sua acção e regulação, devido a uma perda de autonomia em prol de instituições/entidades europeias, mundiais, internacionais (arranjos inter-estados), que disso são exemplo a União Europeia (U.E), a Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras e, por conseguinte, sujeitos à aplicação de politicas globais, que muitas das vezes não se coadunam às especificidades de cada país. Nem todos os países estão preparados da mesma forma para acompanhar o processo de modernização. Surgem assim, «*(…) dificuldades de organização de modelos de gestão do risco social, ao nível local, ao nível nacional, e ao nível supranacional*» (Carapinheiro, 2001:223).

Apesar de globalmente se produzir mais riqueza, uma parte significativa da humanidade vive o tremendo flagelo da pobreza, da fome e da exclusão social. «*A realidade de que 60 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, num espaço considerado como um dos mais ricos de mundo, a U.E, é o testemunho mais evidente da falha deste modelo de desenvolvimento*» (Rediteia nº28, 2000:13). É inaceitável que o crescimento económico em muitos Estados se obtenha à custa da desigualdade crescente. A luta dos Estados deve-se orientar por uma lógica de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Panorama da Sociedade Portuguesa

A Pobreza e a Exclusão Social em Portugal

A pobreza e a exclusão social, ao invés de diminuírem, têm aumentado nas sociedades contemporâneas e Portugal não é excepção. «*No que se refere a Portugal, a pobreza é, simultaneamente, uma pesada herança de um passado de subdesenvolvimento e atraso económico que produziu grandes assimetrias territoriais e desequilíbrios sociais; e, nas suas novas configurações, um produto das transformações económicas e sociais que têm marcado a evolução recente da economia e da sociedade portuguesa. É portanto, um fenómeno estrutural e persistente muito extenso e muito intenso*» (Perista e Pimenta, 1994:34). A pobreza em Portugal é um fenómeno muito extenso e, se tivermos como referência o padrão dos países europeus, Portugal é o que apresenta os maiores índices de pobreza.

Tendo em conta as especificidades do nosso país (Almeida *et al.*, 1994), os problemas da pobreza em Portugal são, em larga medida, devido a problemas de desenvolvimento. Portugal é um país de desenvolvimento intermédio, o sistema produtivo caracteriza-se por modalidades de industrialização débeis, os índices de produtividade e graus de modernização tecnológica e organizacional, estão bastante abaixo dos índices dos outros países da comunidade europeia, e o mesmo acontece quanto às infra-estruturas, à escolaridade, às qualificações profissionais, aos níveis de vida das famílias. Trata-se de um país com um grande desfasamento demográfico e geográfico entre litoral (dinamismo económico e demográfico) e interior (desertificação e estagnação).

Alguns aspectos demonstram esta conivência entre pobreza e desenvolvimento (Almeida *et al.*, 1994). Um primeiro aspecto aponta para um padrão de especialização económica dependente e vulnerável. No que respeita à agricultura, esta assume sobretudo um cariz tradicional, logo com pouca produção e incapacidade de competir no mercado. O pequeno campesinato tradicional, acompanhado com os problemas de desenvolvimento das regiões rurais, é uma classe bastante vulnerável à pobreza. No que diz respeito à indústria, esta é também um sector débil, havendo um predomínio das pequenas e médias empresas familiares, com predomínio da indústria têxtil, do calçado, mobiliário e construção civil. O tecido social é pouco denso, mal articulado, dependente e vulnerável às actuais tendências de recomposição económica a nível mundial e à maior pressão concorrencial decorrente da integração europeia. Por fim, relativamente ao sector dos serviços, há uma grande percentagem de população empregada neste sector; no entanto, também apresenta fragilidades, nomeadamente no domínio do Estado-Providência, educação, saúde.

Um segundo aspecto remete para os limites do Estado-Providência. O Estado-Providência em Portugal nunca chegou a atingir o nível dos outros países. Várias políticas sociais foram implantadas, especialmente no domínio da educação, saúde, segurança social. No entanto, as taxas de cobertura, as prestações, a qualidade e eficácia dos serviços desde sempre

encontraram limitações. Há um desfasamento entre as aspirações da população e a consagração jurídica dos objectivos do Estado-Providência.

A importância dos processos migratórios constitui um terceiro aspecto, a emigração sempre foi um fenómeno da nossa sociedade assim como as migrações internas. Contudo, isto acarreta várias consequências: por um lado, permite à população migrante aceder a melhor nível de vida; por outro, leva a que o local de origem se vá desertificando, como se vê em Portugal no caso do interior do país. Há que ter em conta ainda que, nos últimos anos, Portugal passou a ser um país de Imigração, e muitos dos imigrantes do nosso país representam uma das categorias mais vulneráveis ao fenómeno da pobreza, num contexto em que a imigração tem aumentado.

Um quarto aspecto remete para a ambivalência da economia informal e segmentação do sistema de emprego. A economia informal assume várias facetas. Verifica-se que há uma série de actividades que são ilícitas, trabalhos irregulares, sem contratos, sem estabilidade, sem garantias de continuidade, e não declarados que são, por sua vez, os que estão mais ligados aos segmentos da população mais vulnerável à pobreza. A economia subterrânea tem aumentado no nosso país, caracterizada pela clandestinidade, fuga ao fisco e aos esquemas de segurança social. Muitas das vezes são actividades que se praticam simultaneamente com actividades no sector formal, as quais, usufruindo de remunerações muito baixas, conseguem desta forma rendimentos mais razoáveis. Este tipo de actividades tende a repercutir-se pelas gerações, bem como pode levar a um subinvestimento por parte das famílias na educação dos filhos, verificando-se que o trabalho infantil é uma prática muito frequente, representando uma mais valia na acumulação de rendimento.

Um quinto aspecto prende-se com a continuidade e as rupturas no tecido sociocultural. Na nossa sociedade, os laços de entreajuda e as solidariedades familiares continuam a assumir grande importância, pois é deles que depende, em grande parte, o bem-estar da população, sendo um dos factores susceptíveis de atenuar quer as manifestações mais agudas de pobreza em meio rural, quer as tensões que ela pode provocar. No entanto, estes têm vindo a sofrer ameaça com os processos de modernização, podendo levar a situações de vulnerabilidade e exclusão, já que com a sua ruptura está-se no extremo da exclusão social.

Os processos de recomposição demográfica e social remetem para um sexto aspecto. O envelhecimento demográfico é uma realidade no nosso país, o envelhecimento na base, originado pela ausência de nascimentos, a manter os níveis atingidos, irá ter consequências irreversíveis no futuro da economia e da sociedade portuguesa, como já fora referido anteriormente quanto aos factores que estão na génese da crise do nosso Estado-Providência.

Um outro aspecto a ter em conta diz respeito às diferenças e desequilíbrios regionais. Portugal é um país muito diversificado internamente, no que respeita à densidade de povoamento, das tradições e identidades culturais, do dinamismo económico e demográfico, da composição social e dos modos de vida. A grande dicotomia interior /litoral estabelece grandes divergências. Temos um interior rural, envelhecido e economicamente deprimido, sendo que a pobreza é consequência directa de fortes carências de desenvolvimento, e um litoral urbano e

industrial, mais dinâmico, demográfica, económica e socialmente. Há ainda a clivagem entre as duas grandes metrópoles Porto e Lisboa e o resto do país.

Por último, um oitavo aspecto a ter em conta na conivência entre pobreza e desenvolvimento no nosso país, remete para os processos de modernização e integração europeia. Nos últimos anos, o produto nacional e o investimento têm crescido, assiste-se a dinâmicas de modernização no aparelho produtivo e a um clima de maior desafogo económico, o que não quer dizer que haja uma superação das vulnerabilidades do tecido económico. No entanto, os problemas continuam a existir, além de que outros acrescem como é o exemplo do aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos, os desajustamentos entre sistema de expectativas e condições para lhes responder, entre outros.

Com políticas como o Rendimento Mínimo Garantido, o crescimento do salário mínimo acima dos níveis de inflação, o aumento das pensões mais baixas e o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, Portugal conheceu uma diminuição da taxa de pobreza na segunda metade da década de 90: em 1995, 23% de portugueses tinham um rendimento inferior ao limiar de pobreza (cerca de 350 euros); desde 1998 até 2000 (o dado mais recente) estacionou nos 21%. Ainda assim, seis pontos acima da média europeia, indicam os dados do Eurostat publicados no ano de 2003. Portugal é o país da U.E. onde se regista maior desigualdade entre ricos e pobres, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003: os indivíduos que se incluem nos 10% mais ricos auferem um rendimento 15 vezes superiores aos 10% mais pobres, sendo as mulheres as mais penalizadas. É o país onde se verifica as maiores assimetrias de rendimentos, o salário mínimo nacional é mais baixo, assim como o salário médio e as pensões de reforma e, por conseguinte, tem o poder aquisitivo mais baixo.

Em suma, como vemos, as causas explicativas da pobreza e exclusão social em Portugal podem-se encontrar em vários domínios e, particularmente, na conivência entre pobreza e desenvolvimento, um atraso estrutural do país que se traduz nas pensões de reforma baixas, baixa escolaridade da população, empregos de baixos salários, transformações nos quadros da família (por exemplo, as mulheres em situações de monoparentalidade que são uma das categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social), factores demográficos com as novas vagas de Imigração, a população envelhecida, entre outras.

Categorias Vulneráveis

No nosso país, um em cada cinco portugueses (cerca de 21% da população) é pobre e os idosos pensionistas continuam a ser o grosso do problema, constituindo cerca de 30% dos pobres portugueses. Destacam-se, também, os empregados de baixos rendimentos, pequenos agricultores e camponeses, os desempregados. Os imigrantes e as minorias étnicas são novas categorias de pobres em forte expansão, assim como as famílias em monoparentalidade e os desempregados de longa duração. A visibilidade dos novos pobres aumentou, mas é a pobreza tradicional que continua a marcar a sociedade portuguesa. A pobreza em Portugal tem rosto

feminino, especialmente quando esta condição se associa à situação familiar monoparental, principalmente quando se fazem acompanhar por filhos menores.

Destacando as categorias que têm uma maior visibilidade na nossa sociedade (Almeida *et al*., 1994), passo a uma breve caracterização das mesmas:

a) Idosos pensionistas: o problema social dos idosos é um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa. O envelhecimento, coexistindo com a pobreza, revela-se ainda mais preocupante: os idosos são uma fracção da população com um peso significativo de vulnerabilidade à pobreza. A solidão é um dos sentimentos mais comuns na velhice e, em grande parte, deve-se às mudanças que ocorreram ao nível da estrutura familiar. Antes eram bastantes as famílias numerosas, chegando mesmo a coabitar três gerações; na sociedade hodierna predomina o modelo de família nuclear, composto por duas gerações, pais e filhos e, hoje, já não há tempo para o idoso, homem e mulher estão inseridos no mercado de trabalho. Donde, é cada vez mais frequente o recurso aos lares, centros de dia, entre outras valências para idosos.

Portugal tem uma população envelhecida, o que provoca um aumento do número de pensionistas e diminui aqueles que tem capacidade de inovar. Devido aos baixos subsídios que esta camada da população aufere coloca-os numa situação de vulnerabilidade à pobreza, sendo que muitos desses subsídios não chegam a atingir o valor do ordenado mínimo nacional, e são poucos aqueles que o ultrapassam. Ora, aqueles que dependem somente destas pensões, vivem persistentemente na situação de pobreza, da qual dificilmente conseguem sair. Não obstante, a permanência dos idosos em actividade é praticamente nula devido à sua idade, e também devido às baixas qualificações escolares e profissionais, tornando-se, as suas capacidades produtivas, desactualizadas com o passar do tempo.

A situação dos idosos agrava-se ainda mais quando vemos ser uma categoria que está muito dependente de assistência médica e medicamentosa, o que faz com que uma grande parte das suas despesas seja com este tipo de serviços, despesas estas só parcialmente cobertas pelos esquemas de apoio estatal.

Quanto ao género dentro desta categoria, as mulheres são as mais expostas à precariedade, porque também são as que auferem os subsídios mais baixos.

b) Os agricultores de baixos rendimentos: constituem uma categoria típica de pobreza tradicional. Trata-se sobretudo de pequenos proprietários e rendeiros que têm como principal fonte de rendimento o trabalho em explorações agrícolas que são economicamente inviáveis e que, por isso, funcionam em regime de auto-subsistência. Devido à falta de equipamentos, investimento e consequente baixa produção não têm possibilidade de competir no mercado. Esta situação de pobreza é daquelas que assume um carácter mais tradicional e que facilmente se repercute de geração em geração. Esta categoria é constituída sobretudo por população envelhecida e o grosso da população activa são mulheres e é entre estas que se encontram as mais altas taxas de analfabetismo. Toda a família participa neste tipo de actividades e os filhos são mais vistos numa óptica de recurso, pelo que a família não tem muito interesse em investir na sua formação para além de que as crianças se deparam com

dificuldades de conciliação da escola com o trabalho, o que justifica as elevadas taxas de insucesso escolar nestes meios. Face ao exposto, é também de esperar que a integração dos indivíduos em idade activa é dificultada devido às baixas qualificações escolares, o que leva a sujeitarem-se a empregos precários, salários baixos, economia informal e mesmo a ficarem desempregados.

c) Assalariados de baixo nível de remuneração: os indivíduos desta categoria inserem-se no mercado de trabalho, mas auferem baixos salários, o que os coloca numa situação de vulnerabilidade à pobreza. Compreende normalmente operários não especializados, assalariados dos serviços pessoais e domésticos e empregados do comércio dos escalões mais desqualificados, auferindo uma fraca remuneração. A agravar a situação, estes indivíduos possuem baixas qualificações escolares e profissionais, num contexto onde existe um jogo articulado entre remunerações e qualificações. Esta categoria é constituída por uma estrutura etária jovem e feminizada.

d) Trabalhadores precários e da economia informal: esta categoria é constituída por assalariados com contratos a prazo, número este que tem vindo a aumentar em Portugal. A vulnerabilidade nesta categoria dá-se para os indivíduos que se confrontam com baixas qualificações e, consequentemente, baixos salários. No entanto, existem outros factores que contribuem para um agravamento da situação como uma maior exposição ao desemprego, uma vez que se encontram com contratos a prazo e, quando este findar, a sua situação é incerta estando, portanto, numa situação instável e, deste modo, não participação de forma regular no sistema de segurança social. Outra parte desta categoria insere-se na economia informal e, na sua maioria, com rendimentos não declarados. No entanto, a economia informal não afecta todos do mesmo modo, afecta sobretudo aqueles que se sujeitam ao trabalho a prazo, em tempo parcial, ou ao subemprego, sem contrato, sem quaisquer garantias de continuidade, ao que se pode designar de clandestinidade, usufruindo de baixos salários e a desvantagem de participação nos esquemas da segurança social.

Relativamente aos trabalhadores por conta própria contam-se indivíduos e famílias que têm como única fonte de recursos uma multiplicidade de frágeis actividades económicas, com um carácter indeterminado e a continuidade não está assegurada.

Esta categoria conhece dos mais altos níveis de analfabetismo e qualificações profissionais, o que os coloca numa situação muito frágil em relação ao mercado de trabalho. Também a nível da habitação deparam-se graves carências, situando-se, na maioria das vezes, em bairros de lata.

e) Desempregados: é nesta categoria que a incidência da pobreza tende a ser máxima, sobretudo quando abrange uma família inteira. A vulnerabilidade existe porque os subsídios de desemprego são baixos e não são aplicados a todos os indivíduos que estejam desempregados, e é limitado no tempo de usufruto. A situação é mais gravosa para os desempregados de longa duração, que corresponde a um conjunto de indivíduos que não têm qualquer trabalho ou actividade remunerada há 12 meses ou mais, e que tem vindo a aumentar de forma exponencial, assim designado como sendo uma situação de nova pobreza. Em

Portugal o desemprego de longa duração ganhou peso e atingiu um máximo histórico desde 1998, passando de 37,8% para 46,3% do total entre 2003 e 2004. Dos 365 mil desempregados em 2004, a maior parte 52% era mulheres. Quanto à faixa etária a mais afectada situa-se entre os 25 e os 34 anos com 29,2% (Jornal de Noticias, 15 de Dezembro de 2005:18). Os indivíduos que se encontram em desemprego de longa duração são indivíduos que têm menos probabilidade de (re)ingressarem no mercado de trabalho, que deixaram de usufruir do subsídio de desemprego, sobretudo no caso dos idosos, que vêem as suas possibilidades de voltar a trabalhar quase nulas, devido à sua idade e às suas capacidades produtivas que com o passar do tempo se tornam desadequadas.

O desemprego de longa duração é apontado como sendo uma das principais explicações para a situação de pobreza, ou seja, um fenómeno de carácter estrutural e de extrema visibilidade.

f) Jovens de baixas qualificações à procura do primeiro emprego: estes jovens vêem prolongada a sua dependência em relação à família. A situação de vulnerabilidade é acrescida quando os jovens possuem qualificações escolares e profissionais muito baixas, dificultando-lhes em muito a entrada no mercado de trabalho e, quando estão inseridos no seio de uma família modesta, que não lhe pode fornecer grandes ajudas e de forma continuada. Estes jovens podem estar numa situação de vulnerabilidade prolongada, uma vez que com o desenvolvimento económico e tecnológico, os requisitos profissionais serão cada vez mais exigentes, pelo que não irão ter capacidade de competir no mercado de trabalho, daí uma forte propensão para vir a sofrer efeitos de exclusão. No início estão protegidos pela esfera familiar mas, no futuro, poderão vir a conhecer situações duradouras de pobreza e de vulnerabilidade à pobreza.

g) Minorias étnico-culturais: o fenómeno do racismo e da xenofobia são duas problemáticas actuais, daí a designação de situação de nova pobreza, numa Europa onde se verificam problemas complexos de convivência entre diversas culturas. A imigração tem, hoje, um carácter massivo, pelo que os problemas de integração não são só relativos a alguns indivíduos ou famílias, mas a comunidades inteiras. «*Comunidades que passaram a ser fonte de alguns medos: de culturas e costumes sociais diferentes; de atitudes religiosas fundamentalistas; de acções terroristas; do tráfico de droga; da delinquência organizada; da disseminação da SIDA*» (Costa, 1998:70). No caso português, as minorias étnicas sofrem sobretudo de três problemas: pobreza, exclusão de tipo territorial e cultural. A categoria das minorias étnicas é uma das categorias onde a vulnerabilidade à pobreza é maior e atinge, de uma forma geral, todas as comunidades étnicas em Portugal, como é o caso dos cabo-verdianos, ciganos, entre outras. Relativamente ao mercado de trabalho, estes indivíduos situam-se nos sectores assalariados desqualificados, nomeadamente na construção civil e obras públicas no que diz respeito aos homens, no que toca às mulheres, serviços domésticos, de limpeza e venda ambulante. Um factor que agrava a situação é a clandestinidade, quando não têm a sua situação de imigrante legalmente conhecida.

Também aqui o nível das qualificações escolares e profissionais é reduzido, o que aumenta a precariedade de emprego, sendo que a língua pode ser um entrave ao investimento na

formação e à própria integração social dos indivíduos. Esta categoria apresenta uma estrutura etária jovem. Também a questão da habitação assume um estado grave para as minorias étnicas, sujeitam-se a um alojamento precário, normalmente em bairros de lata ou bairros de habitação social.

Domínios de Vulnerabilidade

«*A perca de direitos de cidadania, carência de bem-estar social, rendimentos no limite da pobreza, falta de habitação condigna, acesso à saúde e educação, sem meios de inserção no mercado de trabalho, denomina-se exclusão social*» (Lopes, 2004:38).

Nos domínios de vulnerabilidade destaca-se sobretudo a habitação, a saúde, a educação e o emprego. No que diz respeito à habitação, as condições de habitação são sem dúvida um indicador que permite detectar o estado de carência de determinadas fracções de população. O elevado custo das habitações conduz a várias alternativas muitas delas precárias como o arrendamento, habitação em bairros sociais, habitações sem condições mínimas, alojamentos móveis, sobrelotação entre outras. As áreas mais afectadas são as áreas urbanas, onde também os custos com a habitação são mais elevados. É de grande preocupação os centros históricos das cidades onde a degradação é mais visível, assim como infra-estruturas de pequena dimensão, habitações ocupadas na maioria por população idosa, destacando-se também os bairros de lata como área problemática. Para além da população idosa, destacam-se as famílias monoparentais, sobretudo quando representada por uma mulher, como uma das categorias mais vulneráveis à precariedade da habitação.

Apesar do forte crescimento do número de alojamentos, Portugal apresenta ainda graves carências habitacionais: de um total de 3551 alojamentos de residência habitual, 978 mil alojamentos que corresponde a um total de 2.787 milhares de residentes, não têm pelo menos uma das cinco infra-estruturas básicas de conforto (electricidade, retrete, água, aquecimento e banho), segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) com base nos Censos de 2001.

No que concerne o domínio da saúde, esta é uma das dimensões que mais afecta o estado de bem-estar das populações. A esperança média de vida bem como a taxa de mortalidade infantil são indicadores que reflectem bem as condições de vida de uma população. No que diz respeito à primeira, no nosso país ainda está abaixo da média da União Europeia, em Portugal 73,5 anos para os homens e 80,3 anos para as mulheres contra 75,3 e 81,4 anos respectivamente no que concerne a média da União Europeia, referente ao ano de 2001. Quanto à taxa de mortalidade infantil, em Portugal, depois de um grande período com uma taxa superior à média na União Europeia, esta decresceu de valores superiores a 20, em 1980, para 5, em 2002, aproximando-se desta forma dos padrões europeus. Isto deve-se sobretudo à melhoria das condições de acompanhamento da gravidez, do parto e assistência, pois verificou-se uma evolução favorável da assistência ao parto, passando de 15% de todos os nascimentos, em 1960, para 99%, em 2001.

Relativamente à toxicodependência e nas doenças sexualmente transmissíveis (DST), em 2001 registaram-se 55% de toxicodependentes no conjunto de casos com diagnóstico de SIDA, apesar da tendência decrescente ao longo dos anos. Portugal apresentava, nesse ano, a maior taxa de incidência de SIDA da União Europeia.

No que toca à oferta de serviços de saúde, é o Estado que desempenha o principal papel com estabelecimentos de saúde destinados a cuidados primários (centros de saúde e extensões, hospitais concelhios, centros de saúde mental e hospitais psiquiátricos) e a cuidados diferenciados (hospitais gerais, hospitais especializados onde se incluem as maternidades). No entanto, subsistem, ainda, alguns obstáculos no acesso de todas as pessoas aos cuidados de saúde, que se reflectem em lista de espera não só para atribuição do médico de família, como também para intervenções cirúrgicas e/ou para consultas. O acesso à saúde não está única e exclusivamente dependente do factor económico, mas também da desigual distribuição territorial das instituições e pessoal de saúde, que penaliza as populações que se encontram nas zonas mais recuadas e isoladas. De facto, apesar das melhorias qualitativas e quantitativas registadas nos últimos anos, continuam a verificar-se carências relevantes em termos de garantia de acesso à saúde por parte dos grupos sociais mais desfavorecidos, especialmente dos que se encontram em situação de privação da sua autonomia, daqueles que apresentam uma maior distância em relação à cultura médica e dos que, não podendo recorrer a soluções alternativas, se vêem confrontados com um sistema de prestação de serviços nem sempre acessível e de qualidade.

Embora o serviço nacional de saúde seja praticamente gratuito, as falhas, demoras, deslocações implícitas ao seu uso conduzem frequentemente ao recurso da medicina privada como alternativa, mas que não é acessível a todos os cidadãos, devido às capacidades financeiras, pelo que as condições de saúde continuam ainda muito dependentes dos recursos económicos disponíveis das famílias.

Respeitante ao domínio da Educação, o analfabetismo em Portugal atinge níveis superiores, quando comparado com a média dos outros países europeus. Na população activa portuguesa 77,7% tem apenas o 9º ano de escolaridade, quando a média da União Europeia é de 26,5% (Público, 15 de Novembro de 2005). Em 2001 a taxa de analfabetismo no nosso país era de 9%.

«*A incidência do analfabetismo intensifica-se particularmente em algumas fracções de população rural onde a subsistência da família se apoiava também no trabalho dos membros mais jovens*» (Almeida *et al*., 1994: 56). Nestes contextos, muitas das vezes, as crianças são vistas mais na óptica de recurso adicional ao trabalho familiar, e não tanto em termos de projecto. São vários os factores que levam a esta maior incidência do analfabetismo em alguma fracções de população rural: desvalorização da escola; a distância em relação ao estabelecimento de ensino; menores recursos económicos para investir na educação dos filhos; dificuldades das crianças conciliarem o trabalho familiar com os estudos, revelando-se como uma das principais causas de insucesso escolar; é onde as taxas de reincidência são maiores assim como o abandono escolar, que leva a que as crianças ingressem precocemente

no mundo do trabalho, daí que, o trabalho infantil seja uma prática muito corrente nestes meios, funcionando como um suplemento ao rendimento familiar. Nos meios rurais o analfabetismo pode ser visto como uma característica que passa de geração em geração. Nos centros urbanos a situação já é mais favorável, no entanto, o êxodo rural para estes centros leva ao aumento de população analfabeta. Vemos, assim, que um grosso de famílias para além de se deparar com carências culturais sofre também de carências económicas, quando este último factor é dos que mais condiciona a educação e sobretudo o prosseguimento dos estudos.

Em Portugal, apesar do ensino obrigatório abranger nove anos de escolaridade, na prática isso não se revela, sendo muitos aqueles que o abandonam precocemente. A taxa de analfabetismo elevada deve-se também ao facto da estrutura etária do nosso país ser caracterizada por uma população envelhecida.

Por último, no que respeita ao domínio do emprego, o desemprego pode ser uma forma de exclusão social, pois nas sociedades europeias contemporâneas, o emprego constitui o principal mecanismo de integração social. Estar desempregado implica não só falta de rendimentos, mas uma cadeia de consequências, desde a limitação da rede das relações interpessoais, contacto com a sociedade, participação da economia do país e toda uma série de efeitos psíquicos para o individuo, aspirações limitadas, desmotivação, conformismo, entre outros.

O fenómeno do desemprego assume-se, hoje, como uma das mais graves problemáticas da União Europeia. Assistimos, actualmente, a uma modificação profunda da natureza e das "condições de exercício" do trabalho. Por um lado, há uma sociedade da informação que se afirma cada vez mais, e de forma acelerada, em relação à sociedade industrial, levando consequentemente ao primado do trabalho inteligente, assim o conhecimento é considerado factor último e essencial do processo produtivo, e que requerem mais exigências a nível da especialização por parte dos trabalhadores. Por outro lado, temos a noção que os postos de trabalho conhecem uma diminuição sistemática como consequência do aumento da pressão no sentido de maiores ganhos de produtividade e de automação/mecanização dos processos produtivos, criando novas formas de trabalho e consequente flexibilização do mercado de trabalho, assistindo cada vez mais a contratos temporários, a curto prazo, a tempo parcial.

Hoje, as gerações mais jovens, ao olharem para as gerações precedentes, vêem como principal diferença a existência de empregos. Para estes últimos esbateu-se a ideia de "emprego para toda a vida" (Smithson *et al*., 1998) porque: por um lado, há um maior potencial de recursos humanos na procura de emprego, já que as mulheres também ingressaram no mercado de trabalho; por outro, devido às já referidas novas formas de trabalho - trabalho a tempo parcial, temporário, a curto prazo - colocam os indivíduos em situação incerta e de vulnerabilidade em relação ao emprego. A insegurança incide sobretudo nas camadas mais jovens e nas mais velhas da sociedade, porque para os primeiros há a dificuldade de encontrar o primeiro emprego e de se manter nele, e para os segundos, estes já se encontram numa idade em que a empregabilidade é precária e são vistos vulgarmente com capacidades

produtivas não adequadas às novas funções. Hoje exigem-se novos requisitos aos trabalhadores: responsabilidade, autonomia, iniciativa, flexibilidade, capacidade de lidar com o imprevisto, entre outras que, de certa forma, coloca aqueles que não compreendem estes requisitos numa situação de inferioridade e claramente numa situação de excluídos.
Estas novas formas de trabalho que se traduzem num emprego precário podem dar origem a situações de exclusão social ou, pelo menos, ao risco de exclusão social.
Redução dos custos, encurtamento dos tempos e melhoria da qualidade de produção são, segundo Costa (1998), os três factores particularmente valorizados pela economia contemporânea. E isto dá-se essencialmente pela introdução de novas tecnologias.

Acção Social: Programas, Respostas e Formas de Luta

A acção social corresponde a um dos subsistemas de Segurança Social e visa proteger e apoiar as pessoas dos estratos sociais mais vulneráveis, perante as dificuldades económicas e sociais, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência social, e tem como principal fonte de financiamento as transferências do orçamento de Estado.
No combate à exclusão social devem estar presentes, na óptica de Estivill (2003), alguns princípios-chave como integralidade, parceria, participação e aproximação territorial, que ainda segundo o autor, constituem as estratégias aplicadas actualmente com os melhores resultados. Relativamente à integralidade, situações como insuficiência de rendimentos, emprego precário, problemas de saúde, baixa escolarização, entre outros, exigem acções para os minimizar, como também a consciência dos efeitos negativos das políticas compartimentadas, daí a importância da sua coordenação e, no passo seguinte, a sua integração. Relativamente à parceria, já que a exclusão afecta todos, embora em contornos diferenciados, o seu combate passa por uma colaboração entre os actores do sector económico, social e político, ou seja, está intimamente ligada com a ideia de associativismo. No que concerne ao conceito de participação, o cidadão deve participar no todo, ser um cidadão consciente e voluntarioso, participação esta que tem dimensões económicas, sociais, políticas e culturais, participação que requer vários níveis como informação, qualificação, organização, consulta, pedagogia de participação. «*(…) a principal tarefa dos grupos afectados pela exclusão é, muitas vezes, sobreviver a fazer frente à sua situação* (…)» (Estivill, 2003:117). A globalização incita ao reforço das identidades e respostas locais; por isso, o princípio da aproximação ao território advém, em grande parte, devido à necessidade de intervir à escala local, porque muitas das vezes o que se vê não é só alguns indivíduos excluídos mas todo um território.
Na óptica de Silva (2003:3): «*(…) por exclusão entende-se a situação de não inclusão, de não inserção e ou de não integração de determinados indivíduos ou grupos sociais no acesso ao gozo de terminados direitos, desde os cívico-políticos, passando pelos sociais, até aos direitos económicos*». Assim, o combate à exclusão e de encontro à ideia mencionada passa pela articulação de medidas que visem o indivíduo, a sociedade e seus valores e modelos de

organização, e corresponde a três processos (Amaro 2001): a inserção, como processo de reforços de competências e capacidades ao nível do individuo, viabilizando a sua ligação à sociedade; a inclusão, como processo de aumento das oportunidades, por parte da sociedade, e da sua disponibilização equitativa para todos os cidadãos e, por último, a integração, como articulação sistémica dos dois processos anteriores, permitindo a interacção positiva entre indivíduo e a sociedade nos dois sentidos.

Os primeiros estudos acerca da pobreza e exclusão social em Portugal datam nos anos 80 e são várias as condições que explicam o seu surgimento nesta década (OIT, 2003): a abertura política permitida pela Revolução de 1974 favoreceu uma maior sensibilidade às questões sociais, às desigualdades e às injustiças provocadas pelo regime político anterior; o agravamento das situações de desemprego, pobreza e exclusão social verificadas em determinadas regiões de Portugal, nos finais da década 70, primeira metade da década de 80, devido aos efeitos da crise económica internacional, das rupturas políticas e económicas ocorridas em Portugal após 1974 e das medidas de austeridade impostas pelo FMI, que pelo seu impacto, tornou imprescindível a sua análise e explicação bem como soluções e, por último, a entrada de Portugal para a CEE que levou a uma maior sensibilização em relação a princípios e filosofias de intervenção já adoptadas ao nível europeu no âmbito da luta contra a pobreza.

São vários os programas e estratégias implantados no nosso país na área da acção social de forma a combater e atenuar as grandes problemáticas que o afectam, destacando alguns como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLCP); o Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE); o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI); o programa Operações de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS); o programa das Redes Sociais Locais; o Rendimento Mínimo Garantido (RMG); o programa de Apoio e Integração a Idosos (PAII). A parceria consiste numa modalidade/estratégia de luta contra a exclusão social, e está presente no âmbito dos vários programas enunciados.

O Programa de Luta Contra a Pobreza (PLCP) foi criado em Portugal em 1990, com maior destaque sobretudo a partir de 1996, altura em que o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social publicou o regulamento do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza, definindo quais poderiam ser as entidades promotoras e as condições de parceria. «*O Programa de Luta contra a Pobreza em Portugal, baseia-se e fundamenta-se na experiência vivida no âmbito do III Programa Europeu de Luta contra Pobreza e a Exclusão Social, onde a parceria foi um dos princípios fundamentais. O Programa português tem por objectivo a eliminação dos mecanismos de pobreza e exclusão através da cooperação do sector público e privado, da acção intersectorial a partir de uma perspectiva integrada, da participação e responsabilização de grupos e de comunidades locais e, sobretudo, da sua capacidade para sair de forma sustentável de situação de pobreza e exclusão social*» (Chambel *in* Estivill, 2003:90).

Os principais objectivos deste programa resumem-se a dois: um primeiro que diz respeito ao desenvolvimento de um conjunto de acções eficazes através do apoio a projectos de âmbito

comunitário, ou de temática específica, que contribuam para a resolução de problemas que impedem as pessoas, grupos e comunidades de participarem na sociedade e usufruírem do seu desenvolvimento e um segundo que visa a colaboração com serviços, instituições e outras entidades para que, de forma articulada, se constituam em agentes de desenvolvimento, promovendo acções integradas e planeadas com vista à mudança da situação de exclusão e marginalização social das populações a que se dirigem.

A criação do PNLCP, em Portugal, deveu-se a factores externos e internos. Os primeiros remetem para o sucesso das experiências do Programa Europeu de Luta contra a Pobreza (PELCP), tornando-se atractivo e fortemente recomendatório para a criação do PNLCP em Portugal. Quanto aos factores internos, eles respeitam à constatação de graves problemas sociais da primeira metade da década de 80, nomeadamente as situações de ruptura social, às quais era urgente dar resposta e, posteriormente, nos anos 90, a algumas fragilidades estruturais, como a fraca modernização do tecido produtivo, a baixa produtividade, a deficiente qualificação dos trabalhadores, a precarização do mercado de trabalho, as insuficiências do sistema de saúde, habitação, educação, fazendo aumentar as desigualdades sociais e registando a pobreza, em termos absolutos, um agravamento, a par de estudos publicados nesta época que vieram dar conta da realidade portuguesa em matéria de pobreza e exclusão social.

O partenariado consiste numa modalidade/estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social e surgiu por via de programas europeus, constituindo um dos princípios chave do III Programa Europeu de Luta contra a Pobreza e Exclusão (1989-1994), que lhe conferiu legitimidade. Deste então, e devido aos grandes avanços que o partenariado conheceu neste programa, tem sido incrementado em vários programas nacionais e europeus (LEADER, LEDA, PESP, etc.) para fomentar a coesão social e combater a pobreza, o desemprego e a exclusão. O partenariado consiste num encontro entre o público e o privado, o económico e o social e é uma das formas mais em voga de enfrentar a pobreza e a exclusão social. Autarquias, associações de municípios, instituições de solidariedade social, Organizações Não Governamentais entre outros organismos, numa coordenação ampla, juntos por uma mesma estratégia de luta contra a pobreza. O seu trabalho é normalmente dirigido a uma localização específica - uma área urbana deprimida, uma região rural subdesenvolvida, um bairro degradado.

A pobreza e a exclusão social são fenómenos plurais nas suas causas, pluridimensionais, que afectam várias pessoas, comunidades inteiras, territórios, ou seja, são problemáticas com um cariz cada vez mais global e que, por isso, requerem respostas por parte de uma multiplicidade e diversidade de entidades, assim o partenariado «*(…) em primeiro lugar, pode ser um reconhecimento de responsabilidade institucional e global, de todos os actores, na luta contra a precariedade e exclusão. Em segundo lugar, oferece a possibilidade de romper os mecanismos tradicionais da política social, da sua compartimentação, do seu paternalismo e hierarquização, da sua simplificação e da sua lentidão. Em terceiro lugar, dá a oportunidade de expressão, ao mesmo tempo das necessidades e procuras emergentes e das novas afinidades colectivas e*

das formas que surgem de compreender e fazer no campo social (…) em quarto lugar, é a conjugação dos diferentes actores (os mais excluídos, os voluntários e as suas organizações, os profissionais, os políticos, a administração pública, os sindicatos, os empresários, os cidadãos, etc.), das diversas dimensões (social, económica, politica), dos sectores (educativo, sanitário, habitação, etc.), em torno de planos integrados de desenvolvimento dos recursos existentes num território. Em quinto lugar, e em termos de actuação dos projectos, o partenariado salvaguarda a transversalidade das acções, a sua horizontalidade territorial, atrai e multiplica os recursos humanos e financeiros provenientes de uma variedade de instâncias e fontes exteriores» (Estivill, 1997:39-40).

O Partenariado é de alcance multidimensional, que pode incluir acções de âmbito de desenvolvimento económico e a criação de ocupação, a formação e a educação, a renovação física, ambiental e da habitação, a provisão de serviços públicos, o apoio assistencial e económico, a segurança comunitária e a prevenção de delinquência, a saúde, o desenvolvimento comunitário.

A partir do PNLCP foram surgindo outros programas de luta contra as várias problemáticas que afectam o nosso país. Pode mesmo afirmar-se que este programa foi o motor de arranque para a implementação de programas e projectos a nível nacional.

Em Portugal, com a criação do Programa de Luta contra a Pobreza, foi possível apoiar o desenvolvimento de iniciativas integradas que têm vindo a contribuir para a atenuação de pobreza e exclusão social, através da cooperação entre o sector público e o sector privado, da acção intersectorial numa perspectiva integrada, da participação e responsabilização de grupos e comunidades locais. Contudo, ao longo dos últimos anos, as políticas sociais têm sofrido alguns ajustamentos cada vez mais direccionados para os públicos e comunidades mais desfavorecidos, tornando-se assim necessário adequar a intervenção que o Programa de Luta contra a Pobreza tem vindo a desenvolver. Então, tornou-se prioridade desenvolver medidas que visassem uma área/território/grupos mais específicos, onde é urgente intervir. Assim, distingue-se a criação do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento (PROGRIDE). Este possui, na sua génese, um pressuposto de intervenção direccionada, no âmbito das medidas relacionadas, respectivamente a territórios e grupos populacionais prioritários e tem por objectivos, promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combater o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas e intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes. Os projectos, no âmbito deste programa, devem obedecer aos princípios da parceria, de forma a integrar elementos para as áreas mais relevantes de actuação do projecto, numa perspectiva de garantir quer o desenvolvimento quer a sustentabilidade da intervenção; ao principio da territorialização: os projectos devem traduzir intervenções integradas e planeadas, em função das perspectivas de desenvolvimento sustentado dos territórios nos quais operam; ao principio da transversalidade, de forma a responderem à dimensão múltipla dos problemas, integrando e articulando as intervenções sectoriais; ao principio da flexibilidade e inovação, de forma a promover metodologias de trabalho inovadoras, numa perspectiva de aumento dos níveis de

adequação das respostas sociais às especificidades das realidades locais e, por último, o principio da participação, os projectos devem prever a participação dos seus destinatários, bem como integrar actividades que incentivem a sua participação (www.portugal.gov.pt).

A intervenção destes Projectos deve visar o acesso de todos os cidadãos abrangidos pelos projectos e acções, sobretudo os mais vulneráveis, aos serviços públicos e à divulgação dos direitos, deveres e benefícios sociais, apoio à requalificação dos espaços, à protecção ambiental e à melhoria das condições de habitação e das acessibilidades, a qualificação das populações através da melhoria das competências pessoais, sociais e profissionais dos indivíduos e das famílias, fomentar iniciativas económicas das populações ou das instituições locais, em particular, no âmbito da economia social, bem como reanimação de actividades económicas tradicionais, de modo a promover a inclusão pelo emprego e a fixação das populações (www.portugal.gov.pt).

Ainda no âmbito de uma acção mais localizada foi criado o Programa Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI). Procurar-se-á, com este Programa, promover o desenvolvimento de projectos direccionados para territórios onde a gravidade dos fenómenos de pobreza e exclusão social justifica intervir prioritariamente e para grupos específicos particularmente confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistente, assentes na participação de todos os actores locais e na congregação das várias sinergias locais. Tendo existido já entre o período de 2001-2003, encontra-se agora em vigor pelo período de 2003-2005. O PNAI assume como grande finalidade a inclusão de todas as pessoas, com destaque para as mais vulneráveis, por via da promoção do seu acesso ao emprego, aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços, promovendo a igualdade de oportunidades e a participação social.

Destaca-se, também, o novo Programa Operações de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, lançado recentemente no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio para os anos 2000-2006, cujos principais objectivos visam promover uma transição adequada dos jovens para a vida activa, promover a inserção sócio profissional e combater o desemprego de longa duração e a exclusão e melhorar a qualificação de base profissional da população activa, numa perspectiva de formação ao longo da vida, como forma de prevenção dos fenómenos de desemprego. Este programa desenvolve-se em três linhas de estratégias: actuação preventiva dos fenómenos de desemprego, actuação precoce de resposta aos problemas de desemprego, actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração.

Em Novembro de 1997 foi criado um outro programa de âmbito nacional e muito recente, o das Redes Sociais Locais, criado através da Resolução do Conselho de Ministros, nas quais as autarquias assumem um papel de dinamização fulcral e da promoção do desenvolvimento social local, pela introdução de dinâmicas de planeamento estratégico participado. Este programa reconhece e incentiva a actuação das redes de solidariedade local na criação de planos de desenvolvimento socio-económico à escala local, no combate às situações de pobreza e exclusão social, gerido pelo Instituo de Desenvolvimento Social (IDS). Neste tipo de programa, são de destacar as actuações associativas, desde as misericórdias, a acção social

das paróquias, a acção da Caritas e sobretudo das IPSS. É, portanto, uma medida assente no princípio do desenvolvimento de base territorial, cujo modelo de intervenção privilegia a dinamização de parcerias sociais, através do trabalho interinstitucional, em convergência de esforços, com vista à rentabilização dos recursos existentes e à sua qualificação. Assim, os principais objectivos prendem-se com uma implementação de processos de planeamento participados partindo da realização de diagnósticos sociais actualizáveis, na promoção de intervenções coordenadas nos concelhos e freguesias, na procura de soluções para problemas/necessidades das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social, na promoção de coberturas adequadas em termos de serviços e equipamentos nos respectivos concelhos e na promoção e divulgação do conhecimento sobre as realidades concelhias (www.cm-guimaraes.pt, acedido em 25/11/2005). A parceria e a participação constituem as ideias centrais de todo o processo de implementação da Rede Social

Neste programa participa a chamada Comunidade Local de Acção Social (CLAS). É um órgão plenário de decisão, articulação e congregação de esforços, onde têm acento entidades públicas e privadas, que desenvolvem actividade a nível concelhio, e que tem por função planear e coordenar a intervenção social ao nível municipal. Tem por objectivo promover um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local, garantir uma maior eficácia, ao nível do concelho e freguesias, do conjunto das respostas sociais e fomentar e qualificar, no âmbito da Rede Social, agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local.

O Rendimento Mínimo Garantido (RMG), também hoje conhecido como Rendimento Social de Inserção (RSI), é um programa criado há já algum tempo em vários países, sendo instituído em 1996 em Portugal, numa fase experimental e oficializado em Julho de 1997, generalizado a todo o território nacional. Este sistema visa cobrir as necessidades essenciais dos indivíduos e das famílias que estão em situação de extrema privação, para que possam viver em conformidade com a dignidade humana, permitindo a estas pessoas aliviar as suas privações, nomeadamente no que respeita às necessidades mínimas, como o são os bens alimentares, e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional destes indivíduos. Este programa visa duas componentes: «*uma prestação pecuniária e um programa de inserção. Através deste último, os beneficiários deviam desenvolver acções que os lavassem à "autonomização", isto é, à sua saída de condição de pobres e de "excluídos*"» (Diogo, 2004:38).

Por fim, um outro programa a destacar no âmbito nacional consiste no Programa Apoio Integrado a Idosos (PAII), promovido pelo Ministério da Saúde e Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Este tem por objectivos assegurar a oferta de cuidados com carácter urgente e permanente que visam primordialmente manter a autonomia da pessoa idosa no domicílio e no seu ambiente habitual de vida, estabelecer medidas destinadas a assegurar a mobilidade das pessoas idosas e a acessibilidade a benefícios e serviços, implementar respostas de apoio às famílias que tenham de assegurar cuidados e acompanhamento adequados a familiares que se encontrem em situação de dependência, nomeadamente pessoas idosas, promover e apoiar iniciativas destinadas à formação inicial e em exercício, de

profissionais, voluntários, familiares e outras pessoas da comunidade, promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência, contribuir para a solidariedade intergerações e contribuir para a criação de postos de trabalho. Este programa destina-se a pessoas com 65 e mais anos, famílias, vizinhos, voluntários, profissionais e comunidade em geral e promove vários projectos: apoio domiciliário, centro de apoio a dependentes/centro pluridisciplinar de recursos, formação de centro de recursos humanos, serviço telealarme, saúde e termalismo sénior, passes terceira idade.

Em suma, a exclusão social não é um fenómeno uniforme, não é redutível apenas à ausência de rendimentos, mas é um fenómeno que se expressa a partir de diversas causas, formas e dimensões. Por isso, as formas de intervenção requerem versatilidade, diversidade, adaptação, dinamismo e inovação, por forma a combater a problemática da exclusão social, disso são exemplo os programas mencionados, que procuram integrar um conjunto de medidas, quer a nível de emprego, saúde, habitação, educação/formação, entre outras, com o intuito de promover a inclusão, inserção e integração dos indivíduos/grupos/territórios mais vulneráveis e debilitados à escala nacional.

3 - Hipóteses de Trabalho

«*Uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos*» (Quivy e Campenhoudt, 2003:136). É, portanto, uma resposta provisória à questão de partida e que deve ser verificada. Tendo como ponto de partida a exploração de aspectos de destaque na revisão da literatura efectuada acerca do tema em estudo, o objectivo global do mesmo é o de contribuir para um conhecimento das características e dinâmica das entidades particulares de solidariedade social sem fins lucrativos no distrito de Braga e, neste caso em concreto dos concelhos de Guimarães e Vizela. Na sequência dessa leitura bibliográfica que permitiu a construção de um quadro teórico de referência e que dá fundamento à presente investigação, enuncio como hipóteses de trabalho:

Hipótese N.º 1 - A exclusão social é, em parte, resultante, da insuficiência de meios e de respostas das instituições que, apesar dos seus esforços, não conseguem ultrapassar certos constrangimentos estruturais.

Hipótese N.º 2 - Os diversos tipos de recursos, nomeadamente económicos, humanos e técnicos condicionam o grau de dinamismo das instituições no que concerne a participação e o desenvolvimento de projectos.

Hipótese N.º 3 - O facto de o desemprego ser considerado como um dos principais problemas sociais gera projectos desenvolvidos pelas instituições, cuja eficácia, ainda que limitada, é socialmente visível.

No que concerne a primeira hipótese, a situação de exclusão social em que determinados grupos sociais se encontram pode prolongar-se e até agravar-se, se não forem direccionadas respostas sociais para os mesmos. Assim, numa sociedade onde os riscos sociais são cada vez maiores e diversificados, são várias as entidades que procuram e se esforçam para combater as problemáticas da pobreza e exclusão social. No entanto, não há uma cobertura generalizada e igualitária a todos os grupos sociais carentes de assistência, que pode ser devido a diversos factores, tais como os recursos financeiros das instituições que por sua vez, podem condicionar os recursos humanos e materiais disponíveis, sendo que estes se revelam imprescindíveis para o desenvolvimento das acções.

No que diz respeito à segunda hipótese, o facto de determinadas instituições se encontrarem limitadas em termos de recursos, nomeadamente, económicos, técnicos e humanos constitui, por si só, um condicionamento para que estas possam desenvolver ou participar em projectos de intervenção social, uma vez que a sua realização implica recursos humanos qualificados e determinados meios e equipamentos. Desta forma, as instituições que se encontram limitadas em relação aos recursos referidos têm *a priori* uma actuação também ela limitada.

Na actual conjuntura económica, os índices de desemprego aumentaram significativamente na Região Norte do país, em particular no litoral, inclusive no Vale do Ave (onde se integra Vizela e Guimarães). Sendo esta região marcada por uma forte base económica de carácter industrial, a globalização, a liberalização dos mercados, a concorrência de países com mão-de-obra mais barata e consequentemente o encerramento, falências e a deslocalização de empresas estão na origem do agravamento do desemprego. Partindo deste pressuposto, como também do facto, que cada vez mais os vários Programas e projectos desenvolvidos têm um âmbito de intervenção local e dirigido prioritariamente aos grupos mais vulneráveis é de esperar, que o desemprego sendo uma problemática com bastante visibilidade nos concelhos em análise, condicione os projectos desenvolvidos pelas instituições. Assim, se justifica a introdução da terceira hipótese.

Capitulo II - Breve Caracterização Demográfica, Social e Económica dos Concelhos em análise

Nesta fase do relatório é apresentada uma caracterização demográfica, social e económica dos dois concelhos em análise, por forma a enquadrar territorialmente o objecto do nosso estudo. Este capítulo integra um conjunto de informações de carácter qualitativo e estatístico referentes às seguintes dimensões: Enquadramento Geográfico; População, Área e Freguesias; Indicadores Demográficos; Educação; Saúde; Habitação; Tecido Económico, Emprego/Desemprego; Protecção Social e Cultura e Recreio.

Para a elaboração deste capítulo recorreu-se à análise de dados estatísticos provenientes de fontes oficiais, em particular, do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Enquadramento Geográfico

Distrito de Braga

Figura N.º 1 - Mapa Distrito de Braga

O Distrito de Braga encontra-se localizado na Região de Entre Douro e Minho, limita a Norte com o Distrito de Viana do Castelo, a Leste com o Distrito de Vila Real e a Sul com o Distrito do Porto. Está integrado na Região Norte, e abrange três sub-regiões designadas de NUTS III: integra todos os concelhos pertencentes à região NUTS III Cávado que compreende os concelhos Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde; a região NUTS III Ave que é constituído pelos concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela e dois concelhos da região NUTS III Tâmega - Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. É um distrito bastante heterogéneo no que consiste a demografia, o desenvolvimento do tecido económico, as oportunidades de emprego e as problemáticas sociais existentes. É pautado por uma clara dicotomia entre os concelhos de cariz mais rural (Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Terras de Bouro e Vieira do Minho) e os concelhos de carácter mais urbano dos quais se destacam, pelos níveis de urbanização, população residente e tecido económico, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos.

Constituído por 14 concelhos, o distrito integra um total de 514 freguesias, abrangendo uma área total de 2 705,1 km².

Concelho de Guimarães

Figura N.º 2 - Mapa Concelho de Guimarães

Fazendo parte do distrito de Braga e da região do Vale do Ave, o concelho de Guimarães, com 241,3 km², é constituído por 68 freguesias - Figura 2. O Município é limitado a Norte pelo concelho de Póvoa de Lanhoso, a Leste por Fafe, a Sul por Felgueiras, Vizela, Lousada e Santo Tirso, a Oeste por Vila Nova de Famalicão e a Noroeste por Braga. É um concelho densamente povoado, com cerca de 160 000 habitantes, prevendo-se que venha a atingir até ao ano 2010, 188 178 habitantes[1].

No que concerne o tecido económico, o concelho de Guimarães apresenta um forte dinamismo de base industrial, embora saibamos que ultimamente empresas da região do Vale do Ave têm sido alvo de falência e de encerramento. Ao nível do sector secundário, Guimarães é uma das zonas do país com maior índice de industrialização. As indústrias mais representativas do concelho são os têxteis, as confecções, o calçado, a cutelaria, a metalomecânica, a madeira e mobiliário, a indústria química, os curtumes e a construção civil. A indústria assenta, principalmente, em empresas de pequena e média dimensão.

No que respeita o sector primário, podemos referir que, apesar da riqueza do solo, a agricultura e a pecuária baseiam-se no trabalho intensivo das famílias, principalmente para auto-consumo.

[1] *Site* da Câmara Municipal de Guimarães (www.cm-guimaraes.pt) acedido em 11/11/05.

Concelho de Vizela

Figura N.º 3 - Mapa Concelho de Vizela

Com 23,92 km² de área, o concelho de Vizela também integra a região do Vale do Ave e é constituído por 7 freguesias - Figura 3. Tem como sede de município a cidade de Vizela, na qual se verifica uma maior concentração habitacional. O concelho é limitado a Norte e a Oeste pelo Município de Guimarães, a Leste por Felgueiras e a Sul por Lousada. De constituição recente o Município data de 1998 pela Lei n.º 63/98 de 1 de Setembro.

Quanto ao tecido económico, Vizela possui actualmente uma forte componente industrial, destacando-se os Sectores têxtil e do vestuário, e o sector do calçado. O comércio e os serviços também integram uma parte significativa da mão-de-obra, em parte devido ao termalismo existente no concelho.

De acordo com o estudo "Tipificação das Situações de Exclusão Social em Portugal Continental" (2005), da autoria do Instituto da Segurança Social, I.P., que caracteriza e classifica todos os concelhos do território nacional em seis situações tipo de Inclusão/Exclusão, o Tipo mais representado é o Tipo 1 - Territórios Moderadamente Inclusivos (30,2% dos concelhos) situando-se sobretudo na faixa Litoral entre as áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Segue-se com maior representatividade os Territórios Envelhecidos e Economicamente Deprimidos - Tipo 6 (24,5%); os Territórios Envelhecidos e Desertificados - Tipo 4 (20,1%); os Territórios Industriais com Forte Desqualificação - Tipo 5 (12,9%); os Territórios Ameaçados e Atractivos - Tipo 3 (7,6%) e, por fim, os Territórios de Contraste e Base Turística - Tipo 2 (4,7%).

No que concerne o distrito de Braga, apenas o concelho de Braga é classificado de tipologia1, uma vez que apresenta níveis de inclusão muito positivos nos domínios da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e de integração no mercado de trabalho (baixo desemprego). Todos os outros concelhos do distrito são classificados como pertencentes à tipologia 5 -Territórios Industriais com forte Desqualificação. Os concelhos com esta tipologia caracterizam-se quanto às condições mais favoráveis à inclusão, por uma baixa institucionalização, percentagens reduzidas de pessoas com deficiência, baixas taxas de analfabetismo, grande peso das famílias numerosas e forte peso da população jovem. Quanto aos potenciais riscos de exclusão destacam-se o acentuado défice de integração escolar e de qualificações (baixo capital escolar)[2] e o facto de os rendimentos e as prestações de serviços de Acção Social (idosos e crianças) se situarem abaixo dos valores médios nacionais. A

[2] No caso concreto de Guimarães e Vizela destaca-se grande peso da população residente com apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico - 38,7% e 42,9% respectivamente - ver *item* Níveis de Escolaridade da População Residente.

tipologia 5 classifica quase exclusivamente os concelhos do Norte Litoral sobretudo do Vale do Ave, Tâmega e Cávado.

Ainda segundo o mesmo estudo, no que respeita a tipologia urbano/rural, todos os concelhos do distrito integram a tipologia 4 (à excepção do concelho de Braga). Estes concelhos caracterizam-se, quanto aos traços mais urbanos, por um forte dinamismo demográfico expresso através do maior peso da população entre os 0 e os 14 anos e uma forte dinâmica económica assente sobretudo na indústria. Os traços mais rurais que caracterizam estes concelhos devem-se ao facto de a grande maioria da população viver em centros com menos de 5000 mil habitantes, com níveis de infra-estruturas deficientes, nomeadamente em termos de saneamento básico, elevado número de famílias numerosas, população muito pouco escolarizada e que tende a abandonar precocemente o ensino.

Área, Freguesias e População

Quadro N.º I - Área Total, Freguesias, Estimativas da População Residente e da Densidade Populacional

Concelhos	Área total em 2003 (km2)	Freguesias 2003	População Residente em 2002 (nº)			Densidade Populacional Hab/Km² 2002
			Total	Homens	Mulheres	
Amares	82,0	24	18 820	9 182	9 638	229,6
Barcelos	378,9	89	122 508	59 620	62 888	323,3
Braga	183,2	62	166 803	80 219	86 584	910,6
Cabeceiras de Basto	241,8	17	17 760	8 764	8 996	73,4
Celorico de Basto	181,1	22	20 229	9 839	10 390	111,7
Esposende	95,4	15	33 863	16 310	17 553	354,9
Fafe	219,1	36	52 976	25 502	27 474	241,8
Guimarães	241,3	68	160 190	78 782 49,2%	81 408 50,8%	663,9
Póvoa de Lanhoso	132,5	29	23 080	11 241	11 839	174,1
Terras de Bouro	277,5	17	8 127	3 949	4 178	29,3
Vieira do Minho	218,5	21	14 525	7 188	7 337	66,5
Vila Nova de Famalicão	201,7	49	128 967	63 150	65 817	639,4
Vila Verde	228,7	58	47 125	22 872	24 253	206,1
Vizela	24,7	7	22 894	11 328 49,5%	11 566 50,5%	926,9
Distrito de Braga	**2 706,3**	**514**	**837 867**	**407 946 48,7%**	**429 921 51,3%**	**309,6**
Região Norte	**21 280,0**	**2 026**	**3 691 922**	**1 785 931 48,4%**	**1 905 991 51,6%**	**173,5**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 2003

Segundo o Anuário Estatístico da Região Norte de 2003, o distrito de Braga apresenta uma área total de 2 706,3 km² e uma densidade populacional de 309,6 habitantes por km² - quadro I. Em 2002 residiam no distrito 837 867 indivíduos, dos quais 48,7% do sexo masculino e 51,3% do sexo feminino.

Enquanto que Guimarães apresenta uma área de 241,3 km² (4ºconcelho do distrito com maior área) e 68 freguesias (2º concelho com maior número de freguesias), Vizela afigura-se o concelho do distrito com menor área territorial (24,7 km²) e menor número de freguesias (7). Em contrapartida, regista a maior densidade populacional de entre os concelhos do distrito (926,9 H/km²). Residiam em 2002, em Vizela, 22 894 habitantes, sendo, à semelhança do panorama distrital, maioritariamente do sexo feminino (50,5%). Por sua vez Guimarães, num

total de 160 190 habitantes, apresenta um ligeiro maior peso da população residente do sexo feminino (50,8%).

A título de contextualização, podemos ainda assinalar, segundo os dados expostos no quadro anteriormente referido, que os concelhos de carácter mais rural (Vieira do Minho, Terras de Bouro, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) registam os índices de menor densidade populacional, facto que se contrapõe à densidade populacional nos concelhos de cariz mais urbano.

Quadro N.º II - Estimativas da População Residente segundo os Grupos Etários em 2002

	Grupos Etários					
Concelhos	**0 a14 anos**	**15 a 24 anos**	**25 a 49 anos**	**50 a 64 anos**	**65 ou mais anos**	**Total**
Amares	3 472	3 086	6 825	2 629	2 798	18 820
Barcelos	23 821	19 458	48 637	16 915	13 675	122 508
Braga	30 979	24 919	67 771	24 362	18 768	166 803
Cabeceiras de Basto	3 394	2 914	6 197	2 171	3 075	17 760
Celorico de Basto	3 650	3 451	7 068	2 526	3 531	20 229
Esposende	6 628	5 425	12 879	4 760	4 177	33 863
Fafe	9 655	8 174	20 183	7 723	7 240	52 976
Guimarães	30 377 19%	24 739 15,5%	64 932 40,5%	22 940 14,3%	17 200 10,7%	160 190
Póvoa de Lanhoso	4 310	4 008	8 337	2 916	3 506	23 080
Terras de Bouro	1 284	1 260	2 657	1 228	1 699	8 127
Vieira do Minho	2 362	2 347	4 990	2 107	2 716	14 525
Vila Nova de Famalicão	23 655	18 509	52 494	19 766	14 553	128 967
Vila Verde	9 073	7 684	16 728	6 586	7 058	47 125
Vizela	4 685 20,5%	3 452 15%	9 479 41,5%	3 145 13,7%	2 132 9,3%	22 894
Distrito de Braga	**157 345 18,8%**	**129 426 15,4%**	**329 177 39,3%**	**119 774 14,3%**	**102 128 12,2%**	**837 867 100%**
Portugal	**1 645 753 15,8%**	**1 390 999 13,4%**	**3 838 387 36,8%**	**1 796 784 17,3%**	**1 735 542 16,7%**	**10 407 465**
Norte	**630 886 17%**	**526 627 14,3%**	**1 410 652 38,2%**	**592 460 16%**	**531 293 14,5%**	**3 691 922**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Comparando os dados apresentados no quadro II referentes à população residente segundo os grupos etários, verifica-se que o distrito de Braga apresenta uma população mais jovem em relação à Região Norte e ao território nacional. Com efeito, nas camadas etárias mais jovens (ou seja, até aos 49 anos - 73,5%) o distrito apresenta valores mais elevados, comparativamente aos dados referentes a Portugal (66%) e à Região Norte (69,5%). Para além disso, o número de pessoas residentes no distrito com 50 ou mais anos (faixas etárias mais velhas) é inferior - 26,5% - aos registados em Portugal (34%) e na Região Norte (30,5%).

Seguindo a tendência do distrito, tanto o concelho de Guimarães como o concelho de Vizela apresentam, em relação às médias do território nacional e da Região Norte, uma população relativamente mais jovem.

Quadro N.º III - População e Variação da População Residente entre 1991 e 2001

Concelhos	População residente em 1991 (M+F)	População residente em 2001 (M+F)	Variação da população entre 1991 e 2001 (%)
Amares	16 715	18 521	10,8
Barcelos	111 733	122 096	9,3
Braga	141 256	164 192	16,2
Cabeceiras de Basto	16 368	17 846	9
Celorico de Basto	21 477	20 466	-4,7
Esposende	30 101	33 325	10,7
Fafe	47 862	52 757	10,2
Guimarães	143 984	159 576	10,8
Povoa de Lanhoso	21 516	22 772	5,8
Terras de Bouro	9 406	8 350	-11,2
Vieira do Minho	15 775	14 724	-6,7
Vila Nova de Famalicão	114 338	127 567	11,6
Vila Verde	44 056	46 579	5,7
Vizela	20 006	22 595	12,9
Total Distrito	**754 593**	**831 366**	**(média) 6,5**

Fonte: INE, Censos 2001

Segundo o INE, o distrito de Braga registou um aumento de 6,5% da população residente entre 1991 e 2001, ou seja, passando de 754 593 para 831 366 habitantes - quadro III. O aumento da população verificou-se em todos os concelhos do distrito à excepção dos concelhos de Celorico de Basto (- 4,7%), Terras de Bouro (- 11,2%) e Vieira do Minho (- 6,7%) que apresentam uma dinâmica regressiva da população.

Os concelhos objecto da nossa análise - Guimarães e Vizela - viram a população residente aumentar entre 1991 e 2001, respectivamente, 10,8% e 12,9%. Este facto revela que se trata de concelhos atractivos nomeadamente no que concerne o acesso a determinados equipamentos e serviços e às oportunidades de emprego.

Indicadores Demográficos

Quadro N.º IV - Indicadores Demográficos

Concelhos	Indicadores							
	Taxa de Natalidade em 2002 (‰)	Taxa de Mortalidade em 2002 (‰)	Índice de Envelhecimento 2002 (%)	Taxa de Nupcialidade em 2002 (‰)	Proporção Casamentos Católicos em 2002 (%)	Taxa de Divórcio em 2002 (‰)	Taxa Média de Mortalidade Infantil em 2000 (‰)	Esperança Média de Vida à Nascença em 1998 (anos)
Amares	12,2	8,2	80,6	7,3	67,6	,6	6,9	72,19
Barcelos	11,7	6,9	57,4	6,6	80,9	1,5	8,3	72,51
Braga	13,5	6,3	60,6	6,5	71,2	3,0	7,3	74,06
Cabeceiras de Basto	12,5	12,1	90,6	6,6	81,2	0,9	2,6	73,56
Celorico de Basto	11,3	11,7	96,7	7,0	83,7	1,0	9,9	72,83
Esposende	13,2	7,4	63,0	6,8	75,5	1,5	7,8	74,08
Fafe	11,6	8,6	75,0	6,7	78,5	2,5	9,4	73,17
Guimarães	11,3	6,5	56,6	6,3	83,0	1,9	7,5	73,66
Póvoa de Lanhoso	12,4	8,6	81,3	7,4	74,7	1,0	7,6	72,71
Terras de Bouro	8,9	14,9	132,3	6,1	70,0	0,6	11,2	71,94
Vieira do Minho	10,5	15,5	115,0	5,8	66,7	1,0	11,6	71,85
Vila Nova Famalicão	12,3	7,0	61,5	6,1	78,9	1,7	6,6	73,04
Vila Verde	12,9	8,7	77,8	7,3	75,4	0,7	7,2	73,51
Vizela	11,2	5,0	45,5	6,0	84,6	0,9	3,3	----*
Distrito (média)	**11,8**	**9,1**	**78,1**	**6,6**	**76,6**	**1,3**	**7,7**	**73,06**
Região Norte	**11,3**	**8,7**	**84,2**	**5,9**	**73,7**	**2,2**	**----**	**----**
Portugal	**11,0**	**10,2**	**105,5**	**5,4**	**62,5**	**2,7**	**5,5**	**72,3**

*Os dados de Vizela não se encontram presentes uma vez que, só em 1998 assume o estatuto de concelho.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003; INE, Estatísticas Demográficas 2000; Vanessa Almeida, "Natalidade, mortalidade e esperança de vida à nascença nos concelhos portugueses: uma correcção pela estrutura etária", in INE, Cadernos Regionais, Nº 12, 2001, p.2.

Analisando o quadro IV, relativo a alguns indicadores demográficos verifica-se que, comparando os dados referentes ao distrito de Braga, à Região Norte e ao território nacional, alguns indicadores registam valores muito semelhantes (é o caso da taxa de natalidade - nº de nados vivos por 1000 habitantes durante o ano; da mortalidade - nº de óbitos por mil habitantes durante o ano e, da esperança média de vida à nascença). Em contrapartida, os restantes indicadores apresentados no quadro supracitado registam valores diferenciados.

Corroborando a ideia anteriormente referida de que o distrito apresenta uma população relativamente mais jovem que a de Portugal e da Região Norte, o índice de envelhecimento (relação entre o nº de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos) em 2002 era no distrito de 78,1 pontos percentuais (ou seja, mais baixo que os índices verificáveis na Região Norte e no território nacional), o que significa que por cada 100 jovens com menos de 15 anos, havia em 2002, no distrito de Braga cerca de 78 idosos.

O elevado peso da igreja católica na região evidencia-se pela taxa de nupcialidade - nº de casamentos por 1000 habitantes - (superior às médias da Região Norte e de Portugal), à proporção de casamentos católicos (superior às médias da Região Norte e de Portugal) e taxa de divórcio (inferior às taxas registadas na Região Norte e Portugal).

Em 2000 o distrito apresentava uma taxa de mortalidade infantil (número de óbitos com menos de um ano por mil nados vivos ocorridos no mesmo ano) - 7‰, superior à média nacional (5,5‰).

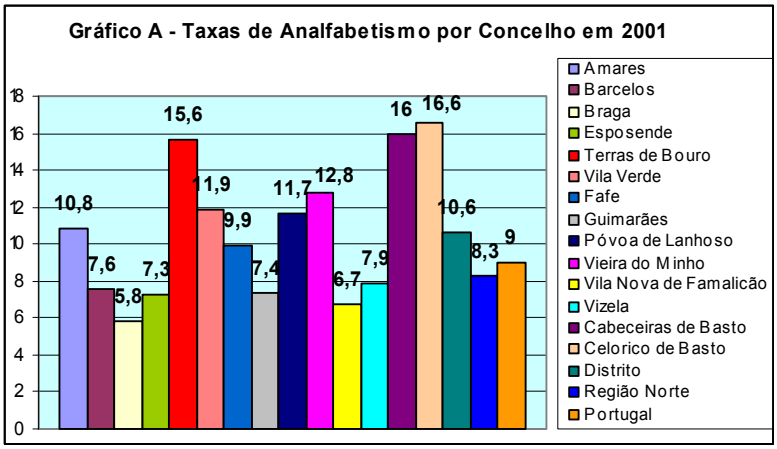
Centrando a nossa análise nos concelhos de Guimarães e Vizela, verificamos que, comparativamente ao distrito, estes apresentam taxas de mortalidade e índices de envelhecimento com valores bastantes inferiores. Em contrapartida, a proporção de casamentos católicos é superior em ambos os concelhos comparativamente ao distrito. Note-se ainda que a taxa de mortalidade infantil no concelho de Vizela não só é bastante mais baixa que a do distrito como a da registada relativamente ao território nacional.

Educação

A educação é considerada um dos meios fundamentais para adquirir competências, qualificação e especialização para o mundo do trabalho, especialmente, na era em que nos encontramos em que, com uma progressiva introdução de novas tecnologias de comunicação e informação e o surgir de novas formas de trabalho, a competitividade é muito maior, assim como os requisitos exigidos pelas entidades empregadoras.

Analfabetismo

O analfabetismo consiste num dos factores que coloca as pessoas em situação de vulnerabilidade em relação ao mundo do trabalho, à pobreza, à exclusão social, ao acesso a serviços como é o exemplo da saúde, da justiça, entre outras vulnerabilidades.



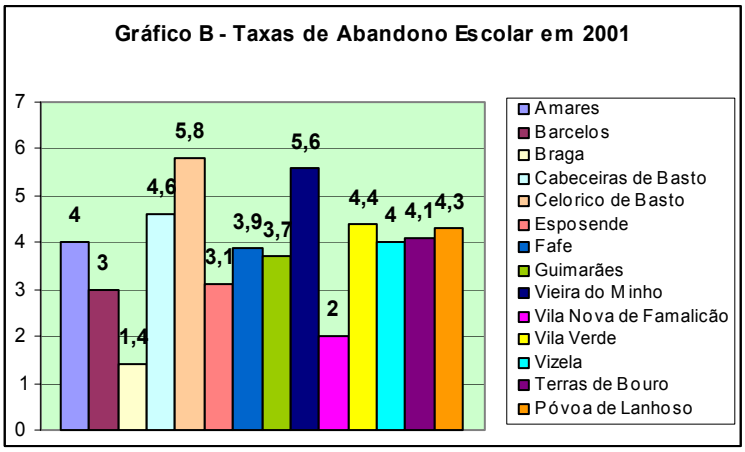
Relativamente às taxas de analfabetismo (gráfico A) segundo dados do INE com base nos censos 2001, o distrito apresenta uma taxa de 10,6%, superior à média nacional (9,0%). Guimarães e Vizela registam taxas de analfabetismo, respectivamente 7,4% e 7,9%, inferiores à média distrital. Do conjunto dos concelhos que constituem o distrito de Braga, o concelho de Braga regista a taxa mais baixa (5,8%) e os concelhos Cabeceiras de Basto (16%), Celorico de Basto (16,6%), Terras de Bouro (15,6%) e Vieira do Minho (12,8%), concelhos de carácter mais rural, apresentam as taxas mais elevadas.

Abandono Escolar

«Existe um conjunto de factores de ordem sócio-familiar associados aos fenómenos de insucesso e abandono escolar tais como o baixo nível socio-económico das famílias, os baixos níveis de escolaridade dos pais/encarregados de educação, as baixas expectativas face ao futuro de ascensão social, e a desvalorização da escola. O aluno em "risco" de abandonar o sistema de ensino tem geralmente um rendimento escolar insuficiente, vive num meio familiar cultural e economicamente desfavorecido e sem apoio, tem professores pouco motivados, sente ausência de empatia, falta de auto-confiança, tem baixas expectativas e vive mal a relação com a escola.

O abandono está intimamente ligado, por um lado, com as oportunidades de integração precoce no mercado de trabalho, ou seja pela forte atractividade exercida por uma actividade profissional ainda acessível aos jovens desqualificados e, por outro lado, com o insucesso escolar, uma vez que este, normalmente, precede o abandono».[3]

[3] Núcleo Distrital de Braga da REAPN, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Conclusões do Seminário "Insucesso e Abandono Escolar", Junho de 2005, p.5



O gráfico B apresenta, segundo a "Cartografia do Insucesso e Abandono Escolar - 2001" da autoria do Ministério da Educação, as taxas de abandono escolar (total de indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola) existentes no distrito. Em média o distrito registava em 2001 uma taxa de abandono escolar de 3,9%, superior à média nacional (2,6%). Celorico de Basto e Vieira do Minho são os que apresentam taxas mais elevadas com, 5,8% e 5,6% respectivamente. Em contrapartida Braga (1,4%) e Vila Nova de Famalicão (2%), concelhos de cariz mais urbano, registavam as taxas mais baixas. Quanto aos concelhos objecto da nossa análise, Guimarães registava uma taxa de 3,7% e Vizela de 4%.

Níveis de Escolaridade da População Residente

Quadro N.º V - População Residente por Nível de Ensino em 2001

Concelhos	Nenhum nível de ensino	1º Ciclo Ensino Básico	2º Ciclo Ensino Básico	3º Ciclo Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Amares	3 047	7 327	3 100	1 847	2 167	49	984	18 521
Barcelos	17 276	45 998	25 370	14 375	12 697	363	6 017	122 096
Braga	20 167	49 342	22 580	18 924	27 898	1 621	23 660	164 192
Cabeceiras de Basto	3 675	6 664	3 330	1 950	1 419	39	769	17 846
Celorico de Basto	4 440	8 080	3 552	1 981	1 593	44	776	20 466
Esposende	4 745	12 027	6 929	3 559	3 628	140	2 297	33 325
Fafe	8 260	20 539	10 447	5 525	4 916	150	2 920	52 757
Guimarães	21 968 13,8%	61 912 38,7%	26 962 16,9%	18 789 11,8%	19 406 12,2%	666 0,4%	9 873 6,2%	159 576
Povoa de Lanhoso	3 892	9 009	4 271	2 569	2 027	50	954	22 772
Terras de Bouro	1 634	3 471	1 419	852	685	18	271	8 350
Vieira do Minho	2 524	6 069	2 581	1 449	1 358	30	713	14 724
Vila Nova Famalicão	17 018	46 308	23 252	14 798	16 873	557	8 761	127 567
Vila Verde	8 234	18 722	8 510	4 922	4 103	129	1 959	46 779
Vizela	3 351 14,8%	9 690 42,9%	3 981 17,6%	2 493 11%	2 137 9,5%	63 0,3%	880 3,9%	22 595
Distrito	**120 231 14,5%**	**305 158 36,7%**	**146 284 17,6%**	**94 033 11,3%**	**100 907 12,1%**	**3 919 0,5%**	**60 834 7,3%**	**831 366 100%**

Fonte: INE, Censos 2001

No que concerne os níveis de escolaridade da população residente (quadro V), o nível de ensino atingido pela maior parte da população do distrito (que contempla os indivíduos que tenham concluído um qualquer nível de ensino, os que não completaram e os que frequentam

determinado nível de ensino), foi o 1º Ciclo do Ensino Básico (36,7%), seguindo-se o 2º Ciclo (17,6%), o Ensino Secundário (12,1%) e o Terceiro Ciclo (11,3%). A percentagem de residentes com ensino superior no distrito (7,3%) era em 2001 inferior à média nacional (10,8%).

Observando os dados referentes aos concelhos objecto do nosso estudo - Guimarães e Vizela - os valores relativamente aos níveis de ensino não variam significativamente à excepção do Ensino Secundário e do Ensino Superior em que, Guimarães apresenta valores mais elevados relativamente a Vizela.

Estabelecimentos de Ensino

Quadro N.º VI - Número de Estabelecimentos de Ensino, Publico/Privado, segundo o Ensino Ministrado em 2002/2003

Concelho	Pré-escolar		Ensino Básico						Ensino Secundário		Escolas Profissionais	Ensino Superior	
			1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo						
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	-	A	B
Guimarães	55	26	98	2	18	-	15	-	4	1	3	-	1
Vizela	8	1	12	-	1	2	2	2	1	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003
Legenda: A - Público / B - Privado

Relativamente aos estabelecimentos de ensino segundo o ensino ministrado em 2002/2003 (ensino público e privado), verifica-se que nos dois concelhos em análise os estabelecimentos de ensino público predominam sobre os privados, sendo mais visível sobretudo ao nível do ensino pré-escolar e 1º Ciclo do ensino básico. No que concerne o ensino superior e o ensino profissional Vizela não contempla nenhum estabelecimento quer do sector público quer do privado, ao passo que Guimarães apresenta um estabelecimento de ensino superior e três escolas profissionais - quadro VI.

Saúde

A saúde é dos valores que mais se preza na sociedade dos nossos dias, mas nem todos têm as mesmas condições de acesso aos serviços, estilos de vida saudáveis, condições de vida, entre outros domínios de vulnerabilidade associados, na maioria dos casos à escassez de recursos económicos para investir na saúde.

Infra-estruturas de Saúde

Tal como seria de esperar, tendo em conta que o concelho de Guimarães é geograficamente muito maior que o de Vizela e, consequentemente, possui um maior número de habitantes, aquele encontra-se mais e melhor apetrechado em termos de infra-estruturas de saúde. Com efeito, Guimarães possui um hospital oficial e um hospital particular, dois centros de saúde sem internamento, nove extensões de saúde e seis farmácias espalhadas pelas 68 freguesias do

concelho. Vizela não possui nenhum hospital, mas regista um centro de saúde sem internamento, uma extensão de saúde e quatro farmácias - quadro VII.

Quadro N.º VII - Hospitais, Centros de Saúde, Extensões de Saúde e Farmácias por Concelho

Concelhos	Hospitais em 2001 (nº)		Centros de saúde em 2002 (nº)		Extensões de saúde 2002	Farmácias em 2002
	Oficiais	Particulares	Com internamento	Sem Internamento		
Amares	-	1	-	1	2	3
Barcelos	1	2	-	2	17	25
Braga	1	3	-	3	11	34
Cabeceiras de Basto	-	-	1	-	2	2
Celorico de Basto	-	-	1	-	4	4
Esposende	-	2	-	1	4	7
Fafe	1	-	-	1	9	6
Guimarães	1	1	-	2	9	26
Povoa de Lanhoso	-	1	-	1	1	3
Terras de Bouro	-	-	-	1	1	3
Vieira do Minho	-	-	1	-	2	2
Vila Nova de Famalicão	1	1	-	2	13	20
Vila Verde	-	-	-	1	7	10
Vizela	-	-	-	1	1	4

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Alguns Indicadores de Saúde

Tendo em conta que Guimarães possui um maior número de infra-estruturas de saúde (hospitais, centros de saúde, inclusive extensões), este também regista, comparativamente a Vizela, um maior número de médicos e de enfermeiros por mil habitantes (quadro VIII). Quanto a farmácias por mil habitantes em 2002, os dois concelhos apresentam valores semelhantes (1,6 em Guimarães e 1,7 em Vizela), ambos inferiores ao valor nacional (2,5) e regional (2,1). Em média cada habitante de Guimarães teve em 2001 quatro consultas enquanto que cada habitante de Vizela teve cinco.

Quadro N.º VIII - Indicadores de Saúde

Concelhos	Médicos por 1000 hab. em 2002 (nº)	Farmácias por 1000 hab. em 2002 (nº)	Pessoal de enfermagem por 1000 hab. em 2001 (nº)	Consultas por habitante em 2001 (nº)
Portugal	**3,2**	**2,5**	**3,9**	**3,6**
Região Norte	**2,9**	**2,1**	**3,5**	**3,5**
Amares	0,6	1,6	0,8	2,4
Barcelos	0,8	2,0	2,3	2,8
Braga	3,9	2,0	4,7	3,5
Cabeceiras de Basto	0,9	1,1	1,1	3,0
Celorico de Basto	0,9	2,0	1,3	3,2
Esposende	1,6	2,1	1,0	2,7
Fafe	0,9	1,1	2,2	2,7
Guimarães	1,7	1,6	3,3	3,5
Povoa de Lanhoso	0,5	1,3	1,6	2,3
Terras de Bouro	0,5	3,7	1,0	4,5
Vieira do Minho	0,6	1,4	1,1	2,7
Vila Nova de Famalicão	1,3	1,6	2,3	3,0
Vila Verde	0,3	2,1	0,8	3,O
Vizela	0,1	1,7	0,9	4,5

Fonte: INE, Anuário estatístico da Região Norte 2003

Habitação

As más condições de habitação e habitabilidade constituem uma problemática social patente no território nacional e distrital, perceptível através de zonas degradadas como, por exemplo, os bairros sociais, as barracas, os bairros de lata, com problemas como a sobrelotação, a falta de condições de habitabilidade e de conforto habitacional.

Quadro N.º IX - Tipologia dos Alojamentos

Unidade Territorial	Tipo de alojamentos			
	Alojamentos Familiares - Clássicos	Alojamentos Familiares - Outros	Alojamentos Colectivos	Edifícios
Continente	**4 832 537**	**26 251**	**7 585**	**2 997 659**
Norte	**1 605 157**	**6 686**	**1 938**	**1 100 329**
Distrito Braga	**328 179**	**1 136**	**340**	**232 010**
Amares	8 153	29	10	7 110
Barcelos	40 209	190	25	31 657
Braga	70 035	233	121	32 668
Cabeceiras de Basto	8 413	18	4	7 720
Celorico de Basto	9 668	20	9	9 104
Esposende	17 144	23	13	12 935
Fafe	22 410	56	19	17 918
Guimarães	57 690	178	46	38 912
Póvoa de Lanhoso	10 402	39	11	8 535
Terras de Bouro	4 656	16	16	4 379
Vieira do Minho	7 098	11	10	6 633
V.N Famalicão	45 750	210	30	32 281
Vila Verde	19 125	89	21	17 023
Vizela	7 426	24	5	5 135

Fonte: INE, Censos 2001

Relativamente à tipologia dos alojamentos, quer a nível nacional, regional e distrital predominam os alojamentos familiares clássicos, em segundo lugar os edifícios, seguindo-se os alojamentos familiares-outros e, por último, os alojamentos colectivos.

Analisando os concelhos objecto de análise - Guimarães e Vizela - em ambos predominam os alojamentos familiares clássicos e os edifícios (Guimarães: 59,6% alojamentos familiares clássicos e 40,2% edifícios; Vizela: 59% alojamentos familiares clássicos e 40,8% edifícios). Com valores idênticos segue-se, em ambos os concelhos, os alojamentos familiares não clássicos, ou seja, barracas, casas rudimentares de madeira, caravanas, celeiros e outros com 0,2% e os alojamentos familiares colectivos com 0,05% - quadro IX.

Os alojamentos clássicos e não clássicos ocupados como residência habitual nos concelhos de Guimarães e Vizela, relativamente às instalações básicas apresentam, na sua maioria, as condições necessárias: electricidade (99,9% e 99,8% respectivamente); água canalizada (98,8% e 99,3% respectivamente); com retrete no alojamento (95,8% e 96,4% respectivamente). Os sistemas de aquecimento registam valores mais baixos, respectivamente 71,4% e 61,8% (ver quadro AI em anexo).

Em relação às instalações sanitárias (sistemas de esgotos), o sistema de esgotos da rede pública é muito deficitário, sendo que em 2001 no distrito apenas 39,5% dos alojamentos familiares ocupados como residência habitual tinham ligação à rede pública de esgotos, destacando-se os centros urbanos. Não tendo ligação à rede pública, 57% das habitações possuíam sistemas particulares de esgotos. Este panorama é também registado ao nível da

realidade dos dois concelhos em análise. Guimarães apresenta 48,2% de habitações ligadas à rede pública de esgotos e 49,2% ligadas ao sistema particular de esgotos. Quanto ao concelho de Vizela tem apenas 30,9% das habitações ligadas à rede pública de esgotos e 66,4% ao sistema particular de esgotos - ver quadro AII em anexo.

Tecido Económico, Emprego e Desemprego

Tecido Económico

Quadro N.º X -Tecido Económico e Empresarial

	Total	A + B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
	N.º											
Portugal	**1 085 004**	**85 789**	**1 896**	**113 446**	**393**	**184 735**	**374 014**	**95 826**	**32 032**	**36 932**	**105 964**	**53 977**
Norte	**334 916**	**20 058**	**660**	**52 607**	**146**	**48 949**	**120 066**	**28 845**	**8 532**	**11 401**	**28 201**	**15 451**
Distrito Braga	**69 317**	**3 522**	**152**	**14 915**	**45**	**9 746**	**24 260**	**6 147**	**1 312**	**2 014**	**4 323**	**2 881**
Amares	1 455	122	9	146	-	331	440	201	40	34	71	61
Barcelos	10 966	1 024	15	3 692	5	1 199	3 319	609	150	234	416	303
Braga	13 603	262	53	1 656	5	1 845	5 316	1 366	199	654	1 521	726
Cabeceiras de Basto	1 333	132	3	125	1	300	430	155	70	26	44	47
Celorico de Basto	1 321	124	1	141	1	305	445	120	64	16	54	50
Esposende	2 972	402	21	487	4	525	883	289	39	55	150	117
Fafe	4 818	126	1	1 340	4	865	1 545	355	117	88	197	180
Guimarães	12 982	288	17	3 384	14	1 272	4 890	1 163	175	402	786	591
Póvoa de Lanhoso	1 803	124	7	362	-	377	557	164	52	30	72	58
Terras de Bouro	559	58	1	31	-	81	163	160	21	10	12	22
Vieira do Minho	1 005	83	-	81	-	221	332	152	31	23	40	42
V. N. de Famalicão	10 712	486	5	2 364	10	1 265	3 932	886	222	330	737	475
Vila Verde	3 634	256	17	533	-	876	1 238	293	96	71	143	111
Vizela	2 154	35	2	573	1	284	770	234	36	41	80	98

Legenda (Segundo Nomenclaturas/ INE):
Classificação das Actividades Económicas – CAE-Rev.2
Secções
Secção A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
Secção B - Pesca
Secção C - Indústrias Extractivas
Secção D - Indústrias Transformadoras
Secção E - Produção e Distribuição de Electricidade
Secção F - Construção
Secção G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
Secção H - Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
Secção I - Transportes, Armazenagem e Comunicações
Secção J - Actividades Financeiras
Secção K - Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
Secção L - Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória
Secção M - Educação
Secção N - Saúde e Acção Social
Secção O - Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
Secção P - Famílias com Empregados Domésticos
Secção Q - Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais

Fazendo uma breve caracterização do tecido económico e empresarial no distrito de Braga e, mais concretamente, nos dois concelhos em análise, através dos dados apresentados no quadro X, é verificável que, na Região Norte e no distrito destaca-se, em primeiro lugar, o sector do comércio por grosso e a retalho (35,8% e 35% respectivamente). Segue-se o sector

das indústrias transformadoras com 15,7% na Região Norte e 21,5% no distrito de Braga e o sector da construção - 14,6% na Região Norte e 14% no distrito de Braga.

Os sectores menos representativos ao nível nacional, regional e distrital são a produção e distribuição de electricidade e as indústrias extractivas.

Os sectores mais representativos em Guimarães e Vizela à semelhança da Região Norte e do distrito, são os sectores do comércio por grosso e a retalho, das indústrias transformadoras e o da construção. O mesmo acontece em relação aos sectores menos representativos, produção e distribuição de electricidade e as indústrias extractivas. No que concerne o sector do comércio por grosso e a retalho, Guimarães (37,7%) e Vizela (35,7%) apresentam percentagens semelhantes, assim como no sector das indústrias transformadoras - 26% e 26,6% respectivamente. Por último, respeitante ao terceiro sector que mais se destaca, o da construção, a diferença já é mais acentuada: 9,8% em Guimarães e 13,2% em Vizela.

Quanto aos sectores com menor representatividade, o sector da produção e distribuição de electricidade regista uma percentagem de 0,11% em Guimarães e 0,05% em Vizela e, relativamente às indústrias extractivas 0,13% e 0,09% respectivamente.

Podemos então depreender que Vizela e Guimarães apresentam um tecido económico com características muito semelhantes.

População Activa

Quadro N.º XI - População Economicamente Activa, Taxa de Actividade total e por género em 2001

Concelhos	População Economicamente Activa MF	População Economicamente Activa e Empregada MF	Taxa de Actividade MF (%)	Taxa de Actividade M (%)	Taxa de Actividade F (%)
Amares	7 962	7 419	43,0	52,3	34,2
Barcelos	61 565	58 934	50,4	56,3	44,9
Braga	85 194	79 298	51,9	56,8	47,4
Cabeceiras de Basto	6 946	6 603	38,9	48,6	29,6
Celorico de Basto	8 059	7 528	39,4	49,6	29,7
Esposende	16 324	15 531	49,0	55,4	43,0
Fafe	25 045	23 414	47,5	53,5	41,9
Guimarães	85 832	81 304	53,8	57,9	49,8
Póvoa de Lanhoso	9 769	9 327	42,9	51,6	34,7
Terras de Bouro	2 988	2 651	35,8	46,6	25,6
Vieira do Minho	5 353	4 858	36,4	46,1	26,8
Vila Nova de Famalicão	67 577	64 043	53,0	57,8	48,4
Vila Verde	19 410	18 357	41,7	51,6	32,3
Vizela	12 360	11 752	54,7	58,3	51,2
Distrito	**414 384**	**391 019**	**49,8**	**55,7**	**43,6**
Região Norte	**1 775 015**	**1 656 103**	**48,1**	**55,4**	**41,4**

Fonte: INE, Censos 2001

De acordo com os Censos de 2001, o distrito de Braga possui uma população economicamente activa de 414 384 indivíduos dos quais 391 019 encontravam-se empregados e 23 365 desempregados - quadro XI - , sendo a taxa de actividade (taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população) de 49,8%, não se distanciando muito da registada ao nível da Região Norte (48,1%). Analisando a taxa de actividade por género, o sexo masculino apresentava, em 2001, uma taxa de 55,7% superior à registada para o sexo feminino (43,6%), tendência esta também registada ao nível da Região Norte.

Guimarães apresentava em 2001 uma população economicamente activa de 85 832 indivíduos, dos quais 81 304 estavam empregados e 4 528 estavam desempregados. Por sua vez, o concelho de Vizela registava um total de 12 360 indivíduos economicamente activos, dos quais 11 752 estavam empregados e 608 desempregados.

População empregada por Sectores de Actividade

Quadro N.º XII - População Empregada por Sectores de Actividade

Área Geográfica	Sectores de Actividade						Total	
	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Amares	568	7,7	3 433	46,3	3 418	46	7 419	100
Barcelos	2 867	4,9	37 594	63,8	18 473	31,3	58 934	100
Braga	893	1,1	31 374	39,6	47 031	59,3	79 298	100
Cabeceiras de Basto	829	12,6	2 918	44,2	2 856	43,2	6 603	100
Celorico de Basto	1 161	15,4	3 529	46,9	2 838	37,7	7 528	100
Esposende	1 266	8,1	8 215	52,9	6 050	39	15 531	100
Fafe	902	3,8	14 092	60,2	8 420	36	23 414	100
Guimarães	1 260	1,5	52 685	64,8	27 359	33,7	81 304	100
Póvoa de Lanhoso	540	5,8	5 224	56	3 563	38,2	9 327	100
Terras de Bouro	394	14,9	876	33	1 381	52,1	2 651	100
Vieira do Minho	374	7,7	2 228	45,9	2 256	46,4	4 858	100
V.N. Famalicão	953	1,5	40 545	63,3	22 545	35,2	64 043	100
Vila Verde	1 346	7,3	9 241	50,4	7 770	42,3	18 357	100
Vizela	141	1,2	8 742	74,4	2 869	24,4	11 752	100
Total (Distrito Braga)	**13 494**	**3,5**	**220 696**	**56,4**	**156 829**	**40,1**	**391 019**	**100**
Norte	**78 726**	**4,8**	**758 079**	**45,7**	**819 298**	**49,5**	**1 656 103**	**100**
Portugal	**231 646**	**5**	**1 632 638**	**35**	**2 786 663**	**60**	**4 650 947**	**100**

Fonte: Elaborado com base nos Censos 2001, do INE

Analisando a população empregada por Sectores de Actividade em 2001 - quadro XII - podemos percepcionar que, ao nível nacional, a maioria da população está afecta ao sector terciário (60%), seguindo-se o sector secundário (35%) e o sector primário com apenas 5%.

Por sua vez, a Região Norte apresenta, comparativamente ao território nacional, uma maior percentagem de população empregada no sector secundário (45,7%) e uma percentagem menor de empregados no sector terciário (49,5%). No que concerne o sector primário, o valor é igual.

O distrito de Braga evidencia-se principalmente pelo peso do sector secundário (56,4%). A população empregada no sector terciário é de 40,1% e no primário 3,5%.

Sendo concelhos bastante industrializados e pertencentes à Região Vale do Ave, percebe-se o grande peso do sector secundário (indústria) nos concelhos de Guimarães e Vizela, em detrimento do peso dos sectores primário e terciário. Com efeito, 64,8% da população empregada em Guimarães e 74,4% empregada em Vizela integram o sector da indústria. São os concelhos do distrito com maior percentagem de população afecta a este sector, seguindo-se Vila Nova de Famalicão (63,3%).

Comparativamente ao território nacional e à Região Norte, os dois concelhos em análise apresentam valores mais baixos de população empregada no sector primário e terciário (Guimarães: 1,5% no sector primário e 33,7% no sector terciário; Vizela: 1,2% no sector primário e 24,4% no sector terciário).

Concelhos de cariz mais rural apresentam percentagens mais elevadas de população empregada no sector primário: Celorico de Basto (15,4%), Terras de Bouro (14,9) e Cabeceiras de Basto (12,6%).

Desemprego

Quadro N.º XIII - População Desempregada Total e por Género em 2001

Concelhos	População Desempregada M+F	População Desempregada M	População Desempregada F
Amares	543	210	333
Barcelos	2 631	1 420	1 211
Braga	5 896	2 494	3 402
Cabeceiras de Basto	343	158	185
Celorico de Basto	531	201	330
Esposende	793	345	448
Fafe	1 631	842	789
Guimarães	4 528	2 239	2 289
Póvoa de Lanhoso	442	192	250
Terras de Bouro	337	125	212
Vieira do Minho	495	184	311
Vila Nova de Famalicão	3 534	1 646	1 888
Vila Verde	1 053	464	589
Vizela	608	305	303
Distrito	**23 365**	**10 825 46,3%**	**12 540 53,7%**
Região Norte	**118912**	**51504 43,3%**	**67408 56,7%**

Fonte: INE, Censos 2001

Observando os dados apresentados no quadro XIII verifica-se que, num total de 23 365 indivíduos desempregados no distrito de Braga, a maioria são mulheres (53,7%). O mesmo verifica-se em relação à Região - 56,7% desempregados do sexo feminino e 43,3% do sexo masculino.

Quadro N.º XIV - Taxas de Desemprego em 1991 e 2001

Concelhos	Taxa de desemprego HM em 1991 (%)	Taxa de Desemprego HM em 2001 (%)
Amares	4,4	6,8
Barcelos	2,6	4,3
Braga	4,9	6,9
Cabeceiras de Basto	8,3	4,9
Celorico de Basto	4,0	6,6
Esposende	3,1	4,9
Fafe	4,5	6,5
Guimarães	3,6	5,3
Póvoa de Lanhoso	4,4	4,5
Terras de Bouro	9,4	11,3
Vieira do Minho	10,7	9,2
Vila Nova de Famalicão	3,2	5,2
Vila Verde	4,0	5,4
Vizela	2,9	4,9
Distrito (média)	**4,7**	**6,2**
Região Norte	**5,0**	**6,7**
Portugal	**6,1**	**6,8**

Fonte: INE, Censos 2001

No que concerne as taxas de desemprego, na última década (1991-2001) verificamos uma tendência de aumento do desemprego em todos os concelhos do distrito à excepção dos concelhos de Vieira do Minho e de Cabeceiras de Basto. Em 1991 o distrito apresentava uma

taxa de 4,7% e, em 2001, de 6,2% aproximando-se da média nacional (6,8%). Em 2001 os concelhos que registavam maiores taxas de desemprego do distrito eram Terras de Bouro (11,3%) e Vieira do Minho (9,2%). Guimarães e Vizela em 2001 registavam taxas de desemprego, respectivamente 5,3% e 4,9%, inferiores à taxa média do distrito - quadro XIV.

Quadro N.º XV - População Desempregada à 12 meses ou mais e Taxas de Desemprego de Longa Duração

Área Geográfica	População desempregada há 12 ou mais meses	Taxas de Desemprego de Longa Duração (em relação ao Desemprego total)
Amares	109	20
Barcelos	646	24,6
Braga	1 658	28,1
Cabeceiras de Basto	81	23,6
Celorico de Basto	154	29
Esposende	172	21,7
Fafe	509	31,2
Guimarães	1 408	31
Póvoa de Lanhoso	89	20,1
Terras de Bouro	80	23,7
Vieira do Minho	85	17,2
V.N. de Famalicão	989	28
Vila Verde	254	24,1
Vizela	185	30,4
Distrito Braga	**6 419**	**27,5**

Fonte: INE, Censos 2001

O desemprego de longa duração - quadro XV - referente aos indivíduos registados no Centro de Emprego que não têm qualquer trabalho ou actividade remunerada há 12 meses ou mais - tem vindo a aumentar. Em 2001, 6 419 indivíduos residentes no distrito eram desempregados de longa duração, ou seja, a taxa de desemprego de longa duração[4] situa-se nos 27,5%. Concorrem particularmente para este cenário os concelhos de Guimarães e Vizela com taxas de desemprego de longa duração 31% e 30,4% respectivamente.

Como é do nosso conhecimento nos concelhos em estudo, há um forte peso da indústria[5] e, actualmente, o que se verifica é que muitas das unidades fabris "deslocalizam-se" ou declaram processos de falência, contribuindo para aumentar o número de desempregados, na sua maioria com poucas qualificações e uma idade já avançada para procurar novo emprego. Donde, conjugando os factores referidos, Guimarães e Vizela sejam os concelhos com maior taxa de desemprego de longa duração do distrito.

[4] Calculada tendo por referência o total de população desempregada.

[5] Note-se que nos concelhos objecto de análise o grosso da população está empregada no sector secundário - Indústria - ver *item* População Empregada por Sectores de Actividade.

Quadro N.º XVI - Desemprego por concelhos e situação face à procura de emprego em Setembro de 2005 (situação no fim do mês)

Concelhos	Situação face à procura de emprego		Total
	1º Emprego	Novo Emprego	
Amares	71	708	779
Barcelos	276	4 264	4 540
Braga	759	8 972	9 731
Cabeceiras de Basto	206	1 100	1 306
Celorico de Basto	235	1 073	1 308
Esposende	70	1 017	1 087
Fafe	386	3 769	4 155
Guimarães	702 5,5%	12 050 94,5%	12 752
Póvoa de Lanhoso	129	1 205	1 334
Terras de Bouro	35	304	339
Vieira do Minho	96	786	882
Vila Nova de Famalicão	493	9 344	9 837
Vila Verde	208	1 618	1 826
Vizela	105 5,6%	1 767 94,4%	1 872
Distrito	**3 771 7,3%**	**47 977 92,7%**	**51 748**

Fonte: IEFP, Estatísticas mensais, Setembro de 2005

De acordo com dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional relativos à situação face à procura de emprego por parte da população desempregada no distrito de Braga em Setembro de 2005 - quadro XVI - está bem patente em todos os concelhos do distrito que é maior o número de indivíduos na situação de procura de novo emprego do que na situação de procura de primeiro emprego, sendo que do universo dos desempregados corresponde a 92,7% e 7,3% respectivamente. A situação de procura de novo emprego pode prolongar-se para uma situação de desemprego de longa duração, quando os indivíduos possuem uma idade já avançada e baixas ou nenhumas qualificações, situação mais comum no que concerne o sector secundário.

Ainda, segundo a mesma fonte, quanto à população desempregada por grupos etários, no panorama de todos os concelhos o grupo etário dos "35-54 anos" é o mais afectado pelo desemprego, sendo que, no concelho de Guimarães, de um total de 12 752 desempregados 43,2% corresponde a este grupo etário e, em Vizela de um total de 1 872 desempregados corresponde a 44,1% - ver quadro AIII em anexo.

A maior parte dos desempregados do distrito de Braga possui o 1º Ciclo do Ensino Básico (42,3%). Em Guimarães 48,7% da população desempregada possui o 1º Ciclo do Ensino Básico e em Vizela 52,8% - ver quadro AIV em anexo.

O baixo capital escolar está na origem do desempenho de profissões pouco qualificadas e do desemprego, nomeadamente do de longa duração.

Protecção Social

A Acção Social pretende dar respostas a problemas de ruptura económica e social, visando dois objectivos fundamentais: por um lado, a prevenção e a reparação de situações de carência, disfunção e marginalização social e, por outro lado, realização de acções e programas destinados a promover a integração social e comunitária. Visa proteger e apoiar sobretudo as pessoas dos estratos sociais mais vulneráveis, perante as dificuldades económicas e sociais, nomeadamente crianças, jovens, deficientes e idosos, bem como outras pessoas em situação de carência social.

Valências e Público-alvo

Num total de 756 respostas sociais no distrito de Braga, as valências são maioritariamente dirigidas a Crianças e Jovens em Geral (52%) e aos Idosos (36%), destacando-se: Actividades de Ocupação de Tempos Livres (ATL) - 22%; apoio domiciliário (16,7%); jardim (14,9%) e creche (13,9%) - ver Quadro N.º AV em Anexo. Note-se que as valências dirigidas às categorias denominadas de nova pobreza (sem-abrigo, toxicodependentes, portadores de HIV/Sida), totalizam apenas 3,2%.

Analisando os concelhos objecto de estudo verifica-se que, num total de 177 respostas sociais em Guimarães, destinam-se às Crianças e Jovens em Geral/em Risco (64,1%) (jardim, ATL, lar de jovens e creche). Segue-se com 28,2% as valências dirigidas à população idosa: apoio domiciliário, centro de dia, lar de idosos e centro de convívio. As valências dirigidas à população portadora de deficiência totalizam 5,1% - centro de reabilitação de paralisia cerebral, lar residencial, Centro de Actividades Ocupacionais (CAO) e apoio ocupacional domicílio. Estão afectas à família e comunidade 2,6% das valências (centro comunitário, atendimento e acompanhamento social e refeitórios) - ver quadro AVI em anexo.

À semelhança do concelho de Guimarães, Vizela também regista um maior número de valências destinadas às crianças e jovens (62,5%) com respostas tais como: ATL, creche, jardim e lar de jovens. Esta elevada percentagem de valências destinadas às crianças e jovens prende-se, por um lado, com o elevado número de crianças e jovens residentes no concelho e, por outro lado, com a elevada taxa de actividade existente[6], o que implica que os filhos necessitem de equipamentos onde possam permanecer durante o período de trabalho dos pais. Para além disso, tem sido atribuída a estes serviços uma cada vez maior importância por parte dos pais, ao nível do desenvolvimento sócio-educativo.[7]

Apesar do envelhecimento populacional não ser tão expressivo no concelho de Vizela (em comparação com outros concelhos do país e do distrito) - ver ponto 2.3., os idosos reúnem 37,5% das valências registadas (apoio domiciliário, lar de idosos e centro de dia) - ver quadro AVII em anexo.

[6] O concelho de Vizela é o que regista a taxa de actividade mais elevada do conjunto dos concelhos do distrito - ver ponto População Activa.
[7] Concelho Local de Acção Social de Vizela, Diagnóstico Social, Janeiro de 2004.

Pensionistas por concelho

Quadro N.º XVII - Pensionistas por Invalidez, Velhice e Sobrevivência em 2003

Concelhos	Total de Pensionistas	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Amares	4 432	619	2 714	1 099
Barcelos	24 847	4 745	14 158	5 944
Braga	30 947	5 195	18 265	7 487
Cabeceiras de Basto	4 902	593	3 110	1 199
Celorico de Basto	6 422	848	4 106	1 468
Esposende	6 680	1 062	3 972	1 646
Fafe	12 078	2 083	7 081	2 914
Guimarães	34 127	5 290 15,5%	20 047 58,7%	8 790 25,8%
Povoa de Lanhoso	5 235	772	3 196	1 267
Terras de Bouro	2 732	345	1752	635
Vieira do Minho	4 655	688	2 846	1 121
Vila Nova de Famalicão	27 680	4 323	16 251	7 106
Vila Verde	12 503	2 124	7 693	2 686
Vizela	1 214	207 17,1%	644 53%	363 29,9%
Distrito	**178 454**	**28 894 16,2%**	**105 835 59,3%**	**43 725 24,5%**

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Num total de 178 454 pensionistas em 2003 no distrito, a maioria das pensões são atribuídas por velhice (59,3%). Seguem-se os pensionistas por sobrevivência (24,5%) e por invalidez (16,2%). Guimarães é o concelho que apresenta maior número de pensionistas (34 127), sendo 58,7% por velhice, 25,8% por sobrevivência e 15,5% por invalidez. Seguindo a mesma ordem, Vizela, num total de 1 214 pensionistas, 53% são pensionistas por velhice, 30% por sobrevivência e 17,1% por invalidez.

Sendo os concelhos que apresentam as percentagens mais elevadas de população idosa e, consequentemente, maiores índices de envelhecimento, Terras de Bouro (64,1%), Celorico de Basto (63,9%), Cabeceiras de Basto (63,4%) e Vieira do Minho (61,2%), registam as mais elevadas percentagens de pensionistas por velhice - quadro XVII.

Rendimento Mínimo Garantido

Quadro N.º XVIII - Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido por sexo e idade em 2003 (nº)

Concelho	Total	Sexo		Idades			
		Homens	Mulheres	- de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 ou mais anos
Amares	638	298	340	344	106	104	84
Barcelos	1 484	687	797	648	233	267	336
Braga	2 881	1 384	1 497	1 471	649	452	309
Cabeceiras de Basto	1 081	519	562	561	143	197	180
Celorico de Basto	2 165	1 030	1 135	1 083	369	418	295
Esposende	503	234	269	244	98	75	86
Fafe	1 776	846	930	822	295	359	300
Guimarães	3 026	1 472	1 554	1 517	621	554	334
Povoa de Lanhoso	652	298	354	296	97	106	153
Terras de Bouro	477	232	245	230	73	60	114
Vieira do Minho	498	234	264	207	82	95	114
Vila Nova de Famalicão	2 441	1 137	1 304	1 192	491	406	352
Vila Verde	1 744	829	915	900	285	278	281
Vizela *	X	X	X	X	X	X	X

* Os dados de Vizela encontram-se repartidos pelo concelho de origem.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Num total de aproximadamente 19 500 beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) no distrito, 3 026 (ou seja, cerca de 15,5%) residiam em 2003 no concelho de Guimarães, seguindo-se os beneficiários residentes no concelho de Braga (2 881 beneficiários/aprox. 14,8%), no concelho de Vila Nova de Famalicão (2 441 beneficiários/aprox. 12,5%) e no concelho de Celorico de Basto (2 165 beneficiários/aprox. 11,1%) - quadro XVIII. Chamamos à atenção para o facto de, no quadro apresentado, elaborado com base no Anuário Estatístico da Região Norte 2003, não se encontrarem disponíveis dados referentes ao concelho de Vizela.

No que concerne o género dos beneficiários verifica-se que, em todos os concelhos do distrito, são maioritariamente do sexo feminino. Em relação aos grupos etários, por sua vez e novamente, em todos os concelhos constata-se que a maioria tem menos de 24 anos (aproximadamente 49,1%).

Prestações de Desemprego

Quadro N.º XIX - Beneficiários de Prestações de Desemprego em 2003, por sexo e por idades (nº)

Concelhos	Total	Sexo		Idades					
		Homens	Mulheres	- de 24 anos	25-29 Anos	30-39 Anos	40-49 Anos	50-54 Anos	55 ou mais anos
Amares	790	246	544	150	126	210	146	47	111
Barcelos	4 304	1 866	2 438	479	645	958	773	440	1 009
Braga	9 708	3 635	6 073	1 496	1 845	2 611	1 531	808	1 417
Cabeceiras de Basto	626	232	394	131	152	155	100	40	48
Celorico de Basto	657	283	374	140	129	196	104	34	54
Esposende	1 238	418	820	185	238	304	239	102	170
Fafe	2 205	1 009	1 196	312	388	436	361	192	516
Guimarães	10 666 24%	4 875 45,7%	5 791 54,3%	1 113 10,5%	1 253 11,7%	2 137 20%	1 947 18,3%	1 130 10,6%	3 086 28,9%
Povoa de Lanhoso	1 022	414	608	264	209	247	167	50	85
Terras de Bouro	585	163	422	93	89	161	139	45	58
Vieira do Minho	707	284	423	163	150	176	105	40	73
Vila Nova de Famalicão	9 242	3 987	5 255	800	1 067	1 840	1 692	1 215	2 628
Vila Verde	1 532	567	965	273	343	396	210	108	202
Vizela	1 235 2,85	502 40,6%	733 59,4%	104 8,4%	113 9,1%	220 17,8%	222 18%	159 12,9%	417 33,8%
Distrito	**44 517**	**18 481 41,5%**	**26 036 58,5%**	**5 703 12,8%**	**6 747 15,5%**	**10 047 22,5%**	**7 736 17,4%**	**4 410 9,9%2**	**9 874 22%**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

À semelhança do que verificamos para o número de beneficiários do RMG, a maioria dos beneficiários das prestações de desemprego em 2003 no distrito residiam no concelho de Guimarães (10 666 indivíduos/24%), seguindo-se os beneficiários residentes no concelho de Braga (21,8%) e no concelho de Vila Nova de Famalicão (20,8%) - quadro XIX.

É no grupo etário "55 ou mais anos" que se situa a maior parte dos beneficiários das prestações de desemprego de Guimarães (28,9%). O mesmo se verifica em relação aos beneficiários residentes em Vizela (33,8%).

Ao nível do distrito, a maior parte dos beneficiários das prestações de desemprego situa-se na faixa etária dos 30 aos 39 anos inclusive (22,6%), seguindo-se o grupo etário "55 ou mais anos" (22,2%).

Para além de serem sobretudo as mulheres as beneficiárias do RMG, verificamos também que são maioritariamente as mulheres que beneficiam das prestações de desemprego. Estes dois

factos evidenciam que são as mulheres que enfrentam maiores dificuldades na obtenção de um emprego (inserção profissional). Tal se verifica com todos os concelhos do distrito.

Cultura e Recreio

Quadro N.º XX - Espaços de Cultura e Recreio

Concelhos	Bibliotecas	Cinema	Museus	Galerias de Arte e outros espaços
Amares	2	-	-	1
Barcelos	10	1	2	4
Braga	21	3	6	13
Cabeceiras de Basto	1	1	-	1
Celorico de Basto	3	1	-	1
Esposende	4	1	-	1
Fafe	6	1	-	1
Guimarães	15	2	1	4
Póvoa de Lanhoso	2	-	1	1
Terras de Bouro	1	-	-	-
Vieira do Minho	2	-	-	2
Vila Nova de Famalicão	10	1	5	4
Vila Verde	6	-	-	1
Vizela	3	-	-	1
Distrito	**86**	**11**	**15**	**35**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2003

Observando o quadro XX, elaborado com base no Anuário Estatístico da Região Norte 2003, verificamos que os concelhos de carácter urbano (Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos) são aqueles que possuem maior número de equipamentos culturais - bibliotecas, museus, galerias de arte e cinema.

O distrito de Braga possuía, em 2002, 86 bibliotecas. Em todos os concelhos predominam as bibliotecas em detrimento dos outros espaços culturais, sendo maior o número de bibliotecas nos centros urbanos - Braga (21), Guimarães (15), Barcelos (10) e Vila Nova de Famalicão (10).

No que respeita à posse de recintos de cinema, de um total de onze recintos de cinema no distrito, o concelho de Braga é o que abarca maior número (3), seguindo-se Guimarães (2). Alguns concelhos não possuem recintos de cinema, como é o caso de Vizela, Amares, Terras de Bouro, Vila Verde, Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho. No que concerne a existência de Museus, o distrito possui no total 15 museus, situando-se estes, na sua grande maioria, nos concelhos de Braga (6) e Vila Nova de Famalicão (5). O concelho de Guimarães possui um e Vizela nenhum.

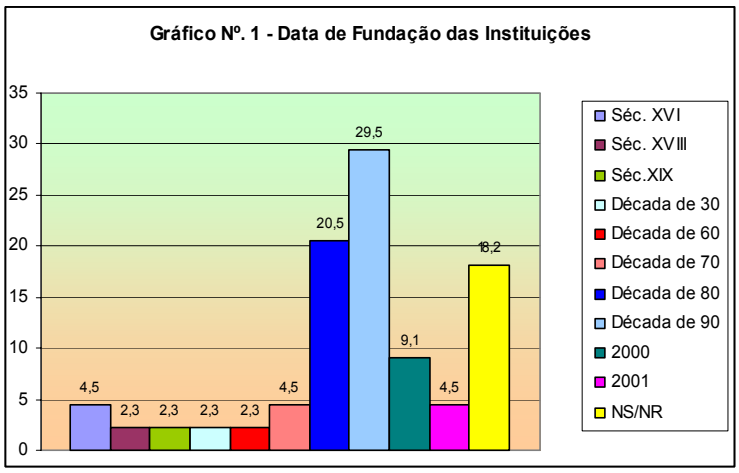
Por fim, num total de 35 galerias de arte no distrito, 13 localizam-se em Braga e 4 respectivamente nos concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos.

Capitulo III - Análise dos dados recolhidos através da aplicação do Inquérito

Caracterização Institucional

Neste *item* são abordados vários aspectos que caracterizam as instituições inquiridas: antiguidade e natureza jurídica, âmbito de intervenção, instalações, objectivos, dimensão, públicos-alvo e valências/actividades desenvolvidas, recursos humanos e integração em organismos.

Antiguidade e Natureza Jurídica



Observando o gráfico 1, referente à data de fundação das instituições objecto do nosso estudo, verificamos que a grande maioria (63,6%) foi fundada a partir dos anos 80. São, portanto, de constituição recente. Este facto poderá estar correlacionado com o surgimento do Estado-Providência em meados dos anos 70/80, que passa a valorizar cada vez mais a intervenção das Organizações Não Lucrativas como forma de complementaridade na prevenção e no combate das problemáticas da pobreza e exclusão social.

As instituições de constituição jurídica mais recente (ano 2000 e 2001) registam 13,6% das respostas. Para além disso, quatro instituições (9,1%) foram fundadas entre os séculos XVI e XIX, designadamente a Irmandade Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos criada em 1594, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco fundada em 1740, o Lar de Santa Estefânia fundado em 1853 e a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães que data de 1594. As Misericórdias são as mais antigas associações assistenciais existentes e de grande tradição em Portugal. As Misericórdias prestam serviços à comunidade na área da acção social e da saúde, tendo sido até à década de 50, as principais instituições na área da assistência social.

Quadro N.º 1- Data de Fundação das Instituições segundo o Concelho

Data de Fundação		Concelhos			
		Guimarães		Vizela	
		V.A	%	V.A	%
Século XVI		2	5,3	-	-
Século XVIII		1	2,6	-	-
Século XIX		1	2,6	-	-
Século XX	Década de 30	1	2,6	-	-
	Década de 60	1	2,6	-	-
	Década de 70	2	5,3	-	-
	Década de 80	7	18,4	2	33,3
	Década de 90	12	31,6	1	16,7
Século XXI	2000	3	8	1	16,7
	2001	1	2,6	1	16,7
NS/NR		7	18,4	1	16,7
TOTAL		**38**	**100**	**6**	**100**

Pelo quadro 1 verificamos que todas as instituições de Vizela que responderam ao nosso inquérito foram constituídas a partir da década de 80. Em contrapartida, as instituições de Guimarães registam uma maior diversidade quanto à data de fundação das suas instituições, variando entre o século XVI e o século XXI, embora a maioria surja a partir dos anos 80.

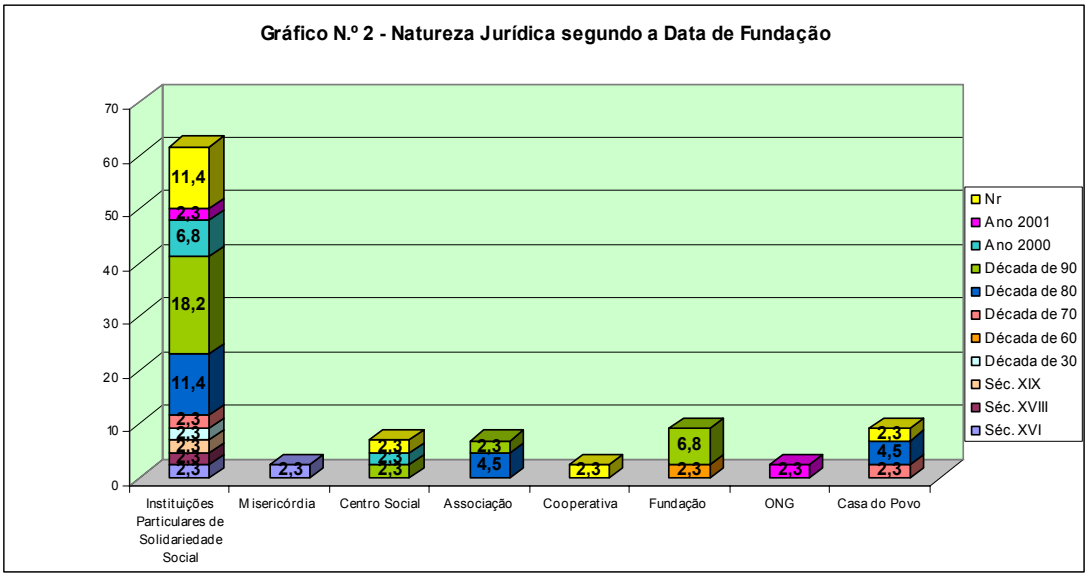
Quadro N.º 2 - Natureza Jurídica das Instituições

Natureza Jurídica das Instituições	V.A	%
Instituição Particular de Solidariedade Social	27	61,3
Misericórdia	1	2,3
Centro Social	3	6,8
Associação	3	6,8
Cooperativa	1	2,3
Fundação	4	9,1
ONG	1	2,3
Casa do povo	4	9,1
Total	**44**	**100**

No quadro 2 observa-se que mais de metade do universo inquirido (61,3%) possui estatuto jurídico de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Seguem-se as Fundações e as Casas do Povo com 9,1% e 9,1% respectivamente. Foram ainda inquiridos três Centros Sociais, três Associações, uma Misericórdia, uma Cooperativa e uma ONG.

Analisando a natureza jurídica das instituições por concelho (ver quadro A2 em anexo), verificamos que se destacam novamente as IPSS em ambos os concelhos.

O Estado-Providência, por si só, não garante a cobertura dos riscos sociais da população, pelo que apela cada vez mais à intervenção das Organizações Não Lucrativas. Face aos vários problemas sociais na nossa sociedade, são várias as instituições que procuram dar resposta ao leque das problemáticas, sendo estas um complemento ao Estado-Providência na área da Acção Social. Entre estas instituições destacam-se as IPSS, que constituem a esmagadora maioria das instituições do Terceiro Sector e «(…) *são responsáveis por cerca de 80% dos equipamentos de protecção social existentes, destinados a crianças, jovens, idosos, famílias, pedintes, deficientes, e todas as categorias de pessoas pobres ou em risco de pobreza*» (Almeida *et al.*, 1994: 114).



O gráfico 2 relaciona as variáveis "natureza jurídica" e "data de fundação". Constatamos que a maioria das IPSS foi fundada a partir dos anos 80, sendo que cerca de 30% destas surgiram nas décadas de 80 e 90. Apenas 11,5% das IPSS foram fundadas antes da década de 80. Como anteriormente referido, a partir desta década deu-se um grande surto de instituições devido, ao surgimento do Estado-Providência, com o intuito de complementar o Estado na área da Acção Social.

Os Centros Sociais, as Casas do Povo e as Associações foram constituídos a partir da década de 70. As quatro Fundações foram criadas nos anos 60 e 90; a Misericórdia como referido anteriormente no século XVI e a ONG em 2001.

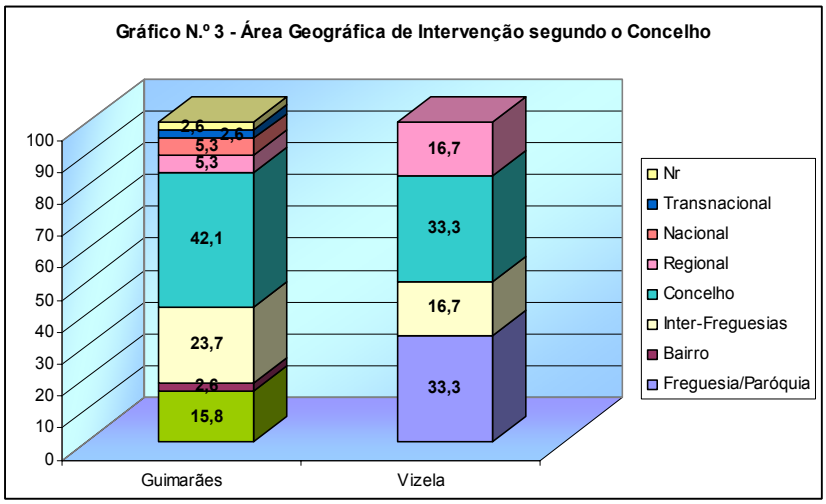
Âmbito de Intervenção

Através dos dados recolhidos relativos ao âmbito de intervenção, verifica-se uma tendência generalizada para as instituições actuarem ao nível micro. Hoje, a Acção Social, ao nível dos Programas, Projectos e a própria actuação das entidades particulares de solidariedade social, remete para uma intervenção dirigida a uma área/território/grupo específico onde é urgente intervir, verificando-se, cada vez mais, o apelo a todos os actores sociais locais e a congregação das várias sinergias locais no âmbito do combate às problemáticas da pobreza e exclusão social.

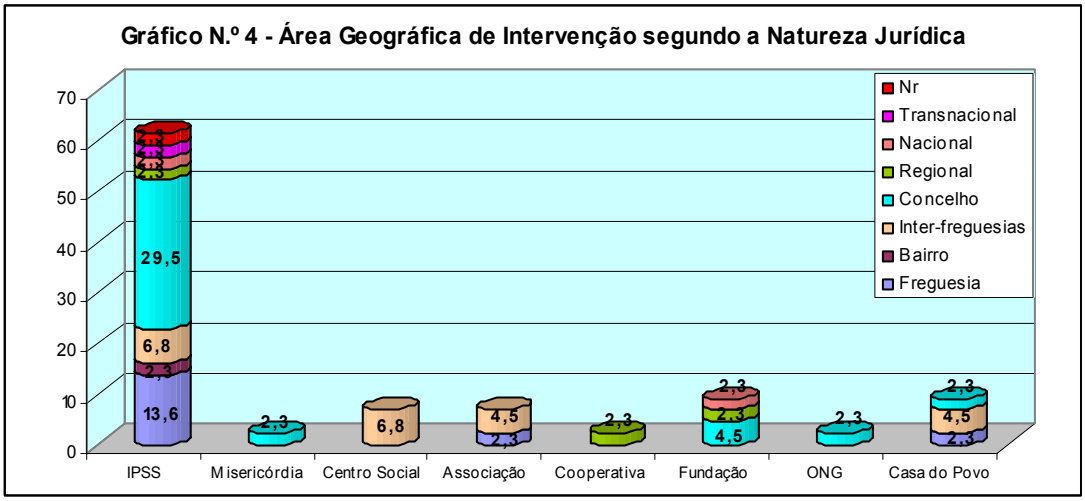
Quadro N.º 3 - Área Geográfica de Intervenção

Área Geográfica de Intervenção	V.A	%
Freguesia/Paróquia	8	18,2
Bairro	1	2,3
Inter-freguesias	10	22,7
Concelho	18	40,9
Regional	3	6,8
Nacional	2	4,5
Transnacional	1	2,3
Nr	1	2,3
Total	**44**	**100**

Com efeito, pelo quadro 3 referente ao âmbito geográfico de intervenção das instituições, verificamos que 40,9% têm o âmbito de intervenção concelhio, 27,7% actuam ao nível inter-freguesias e 18,2% ao nível da freguesia/paróquia, totalizando 86,8%. Apenas 13,6% das instituições actuam para além do âmbito geográfico concelhio, sendo que três instituições actuam ao nível regional, duas ao nível nacional e uma ao nível transnacional.



O mesmo se verifica quando analisamos a área geográfica de intervenção segundo os concelhos - gráfico 3. Tanto as instituições de Guimarães como as de Vizela privilegiam as três áreas geográficas de intervenção local anteriormente referidas (concelho, inter-freguesias, freguesia/paróquia). Apenas uma instituição de Vizela actua para além do concelho. Em contrapartida, cinco instituições de Guimarães actuam ao nível regional, nacional ou transnacional.

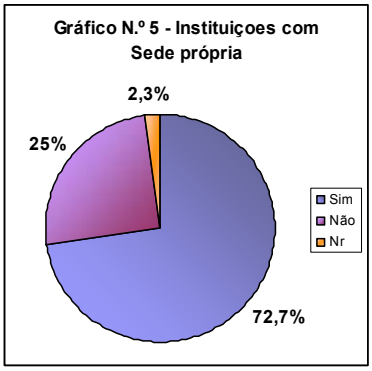


Segundo o gráfico 4, no qual se cruzam as variáveis “área geográfica de intervenção” e “natureza jurídica”, confirma-se uma tendência generalizada para intervir ao nível micro (freguesia, inter-freguesias e concelho). Com efeito, 29,5% das IPSS actuam ao nível concelhio, 13,6% ao nível da freguesia, 6,8% no âmbito inter-freguesias e 2,3% num

determinado bairro. Apenas 6,9% das IPSS intervêm ao nível regional, nacional ou transnacional. Seguindo esta tendência de intervenção local (micro) encontram-se os Centros Sociais, as Associações e as Casas do Povo. A Misericórdia e a ONG inquiridas actuam ao nível concelhio. Apenas as Cooperativas e as Fundações demonstram uma tendência para intervir num âmbito geográfico mais amplo, seja regional ou nacional.

Instalações das Instituições

Dos dados relativos às instalações das instituições, nomeadamente a posse de sede própria, as condições e equipamentos das instituições, obtivemos os seguintes resultados:



No que concerne a posse de instalações, o gráfico 5 demonstra-nos que 72,7% das instituições têm sede própria. Em contrapartida, 25% das instituições funcionam em espaços alugados ou cedidos.

Quadro N.º 4 - Instituições com sede Própria, segundo o Concelho

A Instituição tem Sede própria	Concelho			
	Guimarães		Vizela	
	V.A	%	V.A	%
Sim	29	76,3	3	50
Não	8	21,1	3	50
Nr	1	2,6	-	-
Total	**38**	**100**	**6**	**100**

Pelo quadro 4 verificamos que metade das instituições de Vizela não detém sede própria. Em contrapartida, Guimarães regista 21,1% de instituições que não têm sede própria. Do total das instituições (onze) que referiram não ter sede própria, oito funcionam em instalações cedidas, duas em instalações alugadas ou arrendadas e duas não reponderam (ver quadro A7 em anexo).

Quadro N.º 5 - Regime de abertura da Sede

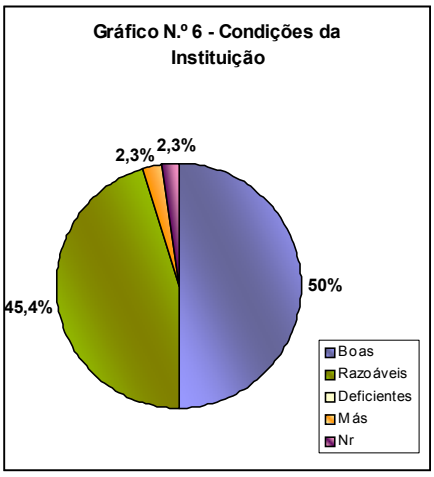
A sede está aberta	V.A	%
Todos os dias	18	41
Alguns dias	-	-
Fim-de-semana	-	-
Só durante a semana	24	54,5
Nr	2	4,5
Total	**44**	**100**

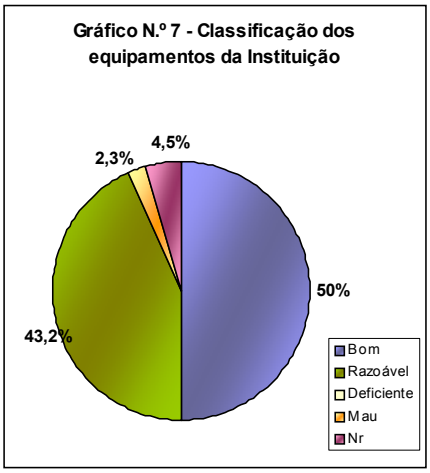
No que diz respeito ao regime de abertura da sede verificámos que 54,5% estão abertas aos utentes de segunda a sexta-feira e 41% estão abertas todos os dias, inclusive fim-de-semana. Nenhuma instituição está aberta apenas alguns dias ou apenas ao fim-de-semana - quadro 5.

Quadro N.º 6 - Regime de abertura da Sede, segundo o Concelho

A Sede está aberta	Concelho			
	Guimarães		Vizela	
	V.A	%	V.A	%
Todos os dias	15	39,5	3	50
Alguns dias	-	-	-	-
Fim-de-semana	-	-	-	-
Só durante a semana	22	57,9	2	33,3
Nr	1	2,6	1	16,7
Total	**38**	**100**	**6**	**100**

Fazendo a mesma análise por concelho - quadro 6 - verificamos que a maior parte das instituições de Guimarães estão abertas só durante a semana (57,9%). Já no concelho de Vizela 33,3% estão abertas só durante a semana e metade das instituições (50%) estão abertas todos os dias.





No que concerne as condições da instituição verificamos que a maior parte considera as suas instalações boas (50%) ou razoáveis (45,4%) - gráfico 6. Apenas 2,3% considera más as suas instalações. O mesmo nível se satisfação se verifica quanto aos equipamentos disponíveis, sendo que 93,2% consideram-nos bons ou razoáveis - gráfico 7.

Objectivos da Instituição

No quadro a seguir apresentado - quadro 7 - podemos observar, na opinião dos representantes das instituições, quais são os seus objectivos. Registam maiores percentagens o apoio social às famílias, nomeadamente, por valências dirigidas a crianças/jovens e idosos (20,9%), proporcionar o bem-estar/apoio social do público-alvo (16,3%) e a promoção da integração social do público-alvo (9,3%).

Quadro N.º 7 - Objectivos da Instituição

Objectivos da Instituição	V.A	%
Apoio Social às Famílias, nomeadamente por valências dirigidas a crianças/jovens e idosos	9	20,9
Fomentar o bem-estar/apoio Social ao público-alvo	7	16,3
Promover a integração social do público-alvo	6	14
Contribuir para o desenvolvimento integral das crianças/jovens	4	9,3
Contribuir para uma melhor qualidade de vida do idoso	4	9,3
Solidariedade Social	1	2,3
Reabilitação Social	1	2,3
Ocupação e Formação Profissional	1	2,3
Atenuar/combater situações de pobreza e exclusão social	1	2,3
Promover actividades culturais e desportivas de apoio a determinados grupos	4	9,3
Dinamizar acções que contribuam para a promoção e desenvolvimento ao nível do concelho/local	2	4,7
Promover autonomia, educação e formação de pessoas com deficiência	1	2,3
Acolher crianças e jovens em risco	2	4,7
Total	**43**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

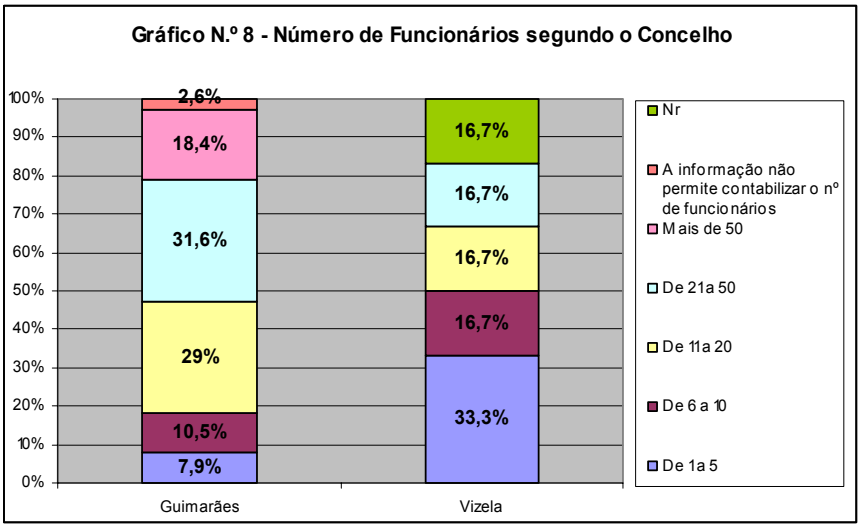
Dimensão

De forma a facilitar a nossa análise quanto ao número de funcionários das instituições, foram criadas três categorias: pequena dimensão (um a dez funcionários), média dimensão (onze a cinquenta funcionários) e grande dimensão (mais de cinquenta funcionários).

Quadro N.º 8 - Número de Funcionários das Instituições

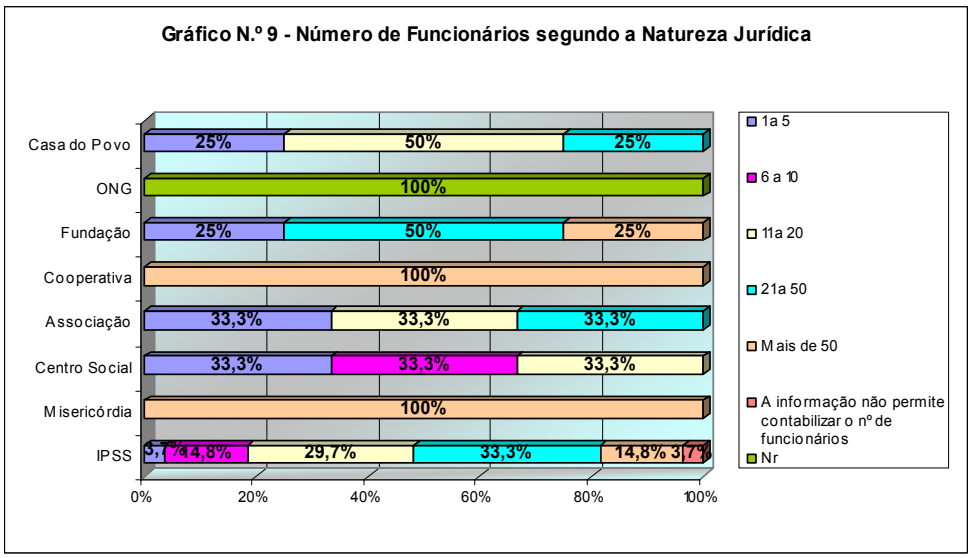
Número de Funcionários		V.A	%
Pequena Dimensão	De 1 a 5	5	11,4
	De 6 a 10	5	11,4
Média Dimensão	De 11 a 20	12	27,3
	De 21 a 50	13	29,5
Grande Dimensão	Mais de 50	7	15,9
A informação não permite contabilizar o nº de funcionários		1	2,3
NS/NR		1	2,3
Total		44	100

Observando o quadro 8, verificamos que a maioria das entidades (56,8%) são de média dimensão. Seguem-se as de pequena dimensão com 22,8% e, por último, as de grande dimensão com 15,9%.



Através do gráfico 8, que nos permite identificar a dimensão das instituições segundo o concelho, evidencia-se uma maior dimensão, portanto, maior número de funcionários, nas instituições de Guimarães, comparativamente, àquilo que se verifica em Vizela. Com efeito, 50% das instituições de Vizela são de pequena dimensão, sendo que em Guimarães o valor registado para esta categoria é de 18,4%. Para além disso, 60,6% das instituições de Guimarães são de média dimensão contra 33,4% verificadas em Vizela. Resta acrescentar ainda, que 7 (18,4%) instituições de Guimarães possuem mais de cinquenta funcionários (grande dimensão).

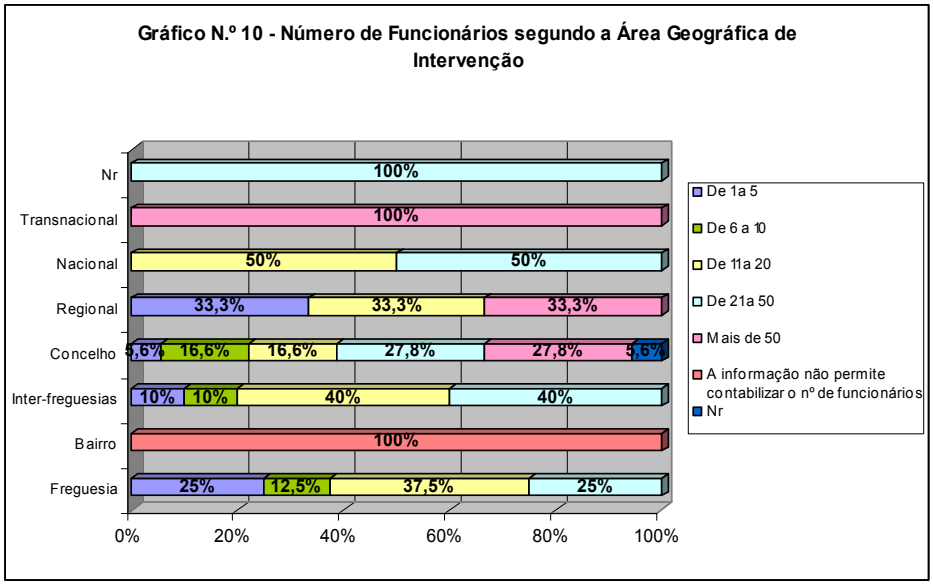
Conclui-se portanto, que as instituições de Guimarães, comparativamente às de Vizela, registam um maior número de funcionários e, por conseguinte, maior dimensão.



Mediante o cruzamento das variáveis “número de funcionários” e “natureza jurídica” (gráfico 9), é possível afirmar que as IPSS são maioritariamente de média dimensão (63%), assim como as Associações (66,6%) e as Casas do Povo (75%).

Os Centros Sociais são, na sua grande maioria, de pequena dimensão (1 a 10 funcionários) - 66,6%. Como seria de esperar, as Misericórdias, pela diversidade de valências/actividades que, normalmente, este tipo de instituições desenvolve, registam mais de cinquenta funcionários, ou seja, são de grande dimensão assim, como as Cooperativas.

Em relação às Fundações, verifica-se que 75% têm mais de 20 funcionários, sendo que 25% possuem mais de 50 funcionários (grande dimensão).

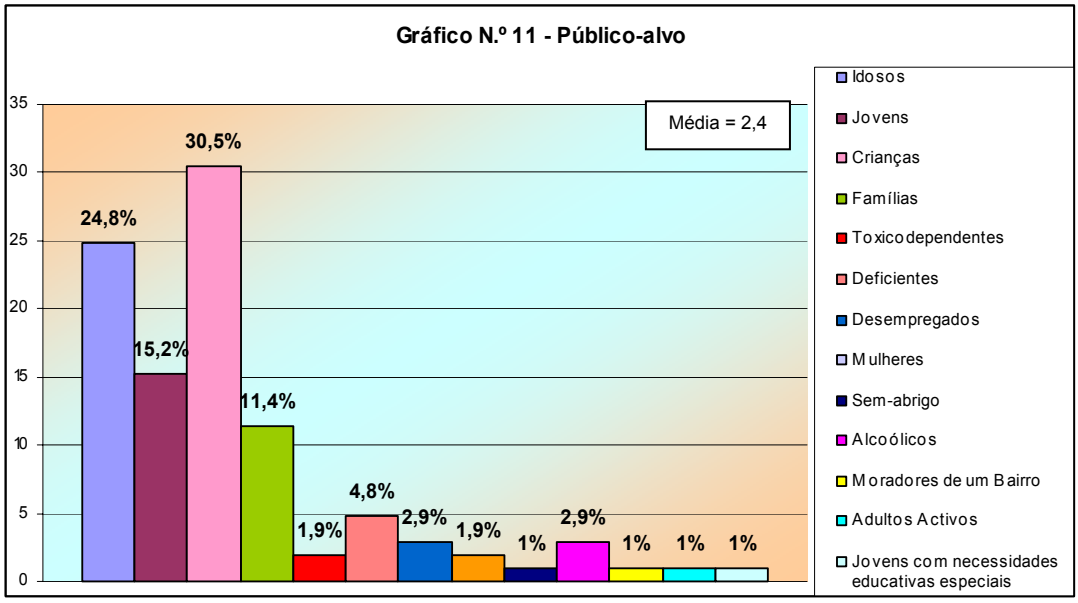


Segundo o gráfico exposto (gráfico 10) referente ao "número de funcionários" segundo a "área geográfica de intervenção" das instituições podemos afirmar que existe, de um modo geral, uma tendência proporcional e directa entre o número de funcionários e a área geográfica de actuação. Verifica-se que as instituições de pequena e média dimensão actuam mais ao nível micro (freguesia/paróquia, inter-freguesias e concelho) e as de grande dimensão actuam mais ao nível supraconcelhio (regional, nacional e transnacional). Apesar desta grande tendência, verificamos que existem cinco instituições de grande dimensão (mais de cinquenta funcionários) que actuam ao nível concelhio (nível micro).

Público-alvo e Valências/Actividades

Passando à análise dos públicos, alvo de intervenção das instituições que constituem a nossa amostra (gráfico 11), percepcionamos que os principais destinatários são as crianças e os jovens perfazendo um total de 45,7%, seguindo-se os idosos com 24,8% e as famílias com 11,4%. Tal vem demonstrar que as respostas das entidades de solidariedade social têm ainda, na sua maioria, um público-alvo preferencial dito tradicional.

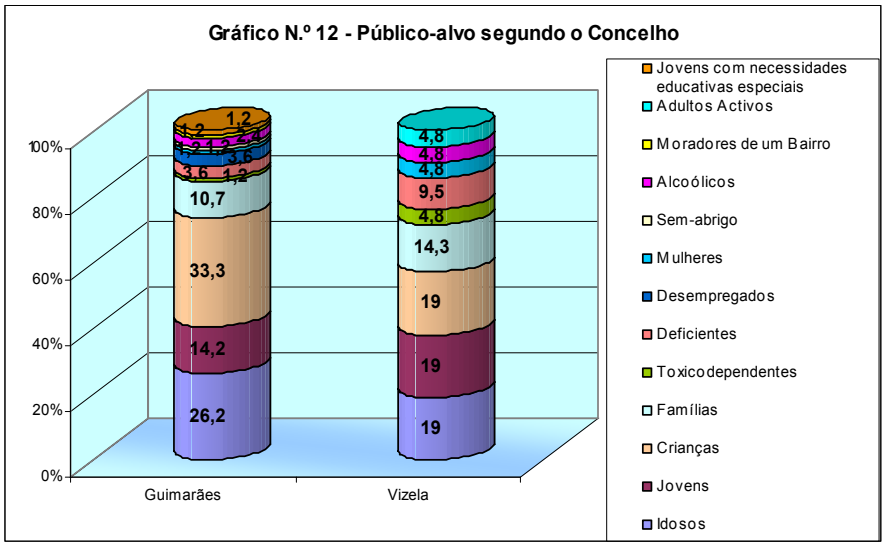
Com percentagens bastantes menores encontram-se as pessoas portadoras de deficiência (4,8%), os alcoólicos e os desempregados com respectivamente 2,9%, os toxicodependentes e as mulheres com 1,9% respectivamente e, por fim, os sem-abrigo, os adultos activos, os moradores de um bairro e jovens com necessidades educativas especiais (registando todos estes um ponto percentual). Alguns destes públicos, estamos a referir-nos às pessoas portadoras de deficiência, aos alcoólicos, aos toxicodependentes, aos sem-abrigo e aos jovens com necessidades educativas especiais, remetem-nos para fenómenos designados de "nova-pobreza" resultantes dos processos de modernização, os quais, por serem grupos sociais de preocupação/vulnerabilidade mais recente, têm um menor número de entidades a intervir junto deles.



Tendo em conta o número de respostas obtidas - ver quadro A16 em anexo - no geral, em média cada instituição intervém junto de dois tipos de público-alvo. Não obstante, importa salientar que as instituições de Vizela registam de acordo com o número total de respostas obtidas, uma média de quatro tipos de público-alvo, sendo que essa média é em Guimarães de dois - ver quadro A17 em anexo.

Tanto as instituições de Guimarães como as de Vizela direccionam a sua intervenção principalmente junto das crianças e jovens, seguindo-se os idosos, as famílias e as pessoas

com deficiência. Note-se que apenas instituições de Guimarães referiram desenvolver acções dirigidas às pessoas desempregadas e aos sem-abrigo - gráfico 12.



Os gráficos a seguir apresentados referem-se às valências/actividades desenvolvidas pelas instituições. Observando o gráfico 13, referente às valências e actividades desenvolvidas no conjunto dos dois concelhos, salienta-se pela seguinte ordem decrescente: o Centro ATL (15,6%), o Apoio Domiciliário (13,6%) a Creche e o Jardim-de-Infância (com respectivamente 11,7%), o Centro de Dia (9%) e o Lar de Terceira Idade (6,6%). Como se pode verificar, trata-se de equipamentos e serviços ditos mais tradicionais. Assim, há uma correlação directa entre os principais destinatários das instituições e as valências/actividades desenvolvidas por estas, uma vez que, as valências dirigidas às crianças e jovens (Creche, Jardim-de-Infância, Lar de Jovens, Centro ATL, Formação Escolar, Apoio a Crianças e Jovens em Risco, Internatos/Centros de Acolhimento, Refeitório Escolar, Centro Educacional e Escola de Música) registam 47,9% do total das valências obtidas e, por sua vez, as valências destinadas à Terceira Idade totalizam 31,1% das valências (Lar de Terceira Idade, Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Centro de Convívio).

As valências dirigidas às pessoas portadoras de deficiência (deficiência física/motora e mental e Centro de Actividades Ocupacionais) totalizam 3,2% das respostas. Para além disso, as valências de apoio a toxicodependentes e alcoólicos registam 1,9% das valências, as valências de apoio a vítimas de maus-tratos registam 0,6% e as valências de orientação e formação profissional 3,9%.

Para finalizar, referimos ainda a existência de outras actividades e valências de carácter mais geral, cujo público-alvo é diversificado, nomeadamente o apoio às famílias: Projectos de Desenvolvimento Local (1,3%), Centro de Refeições (1,3%), Alfabetização (0,6%), Práticas Desportivas (1,9%), Banco Alimentar (0,6%), Biblioteca (0,6%), Práticas Culturais (1,3%), Centro de Recursos em Conhecimento (0,6%), Atendimento e Acompanhamento Social (1,3%) e Rendimento Social de Inserção (0,6%).

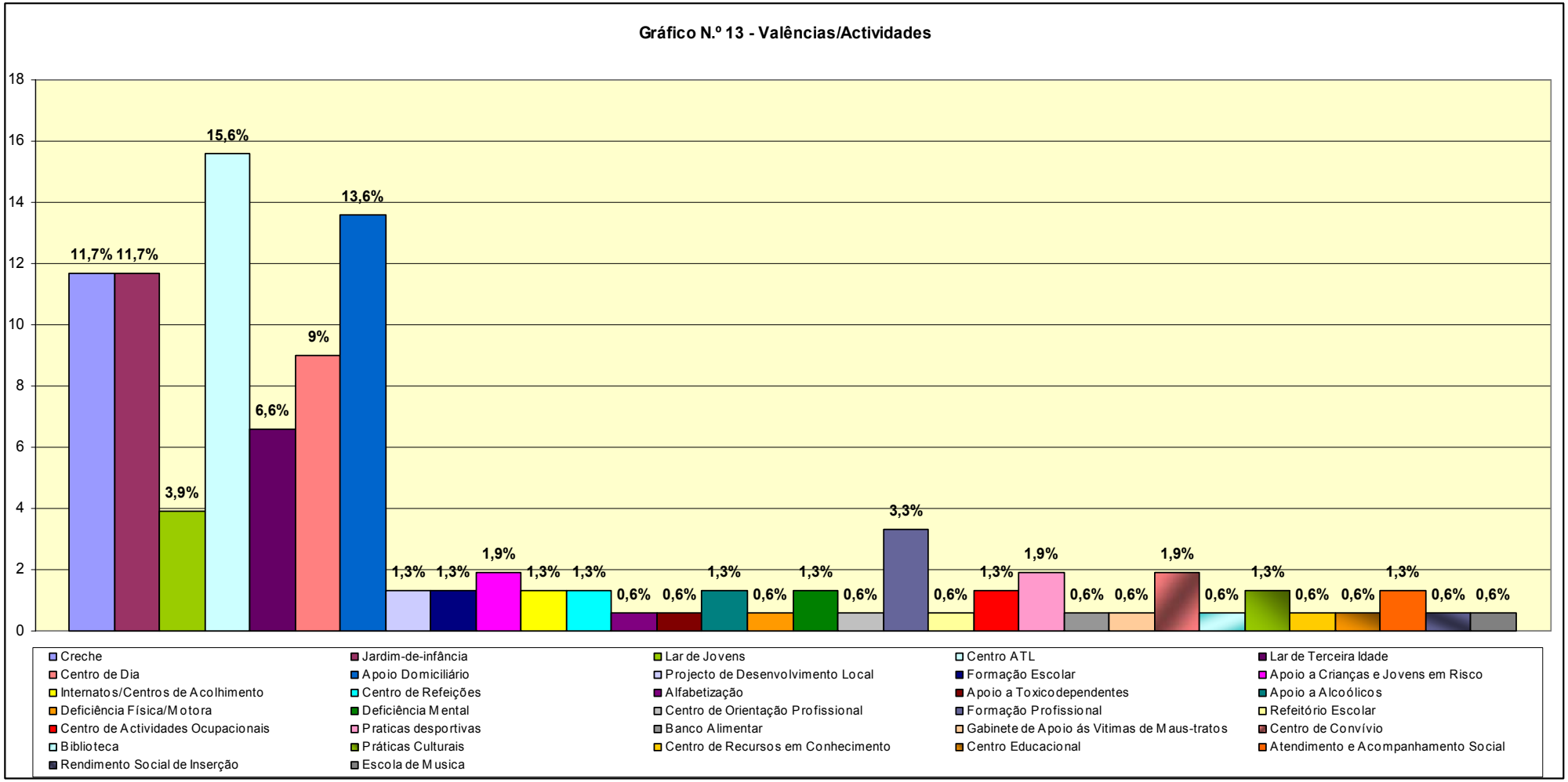


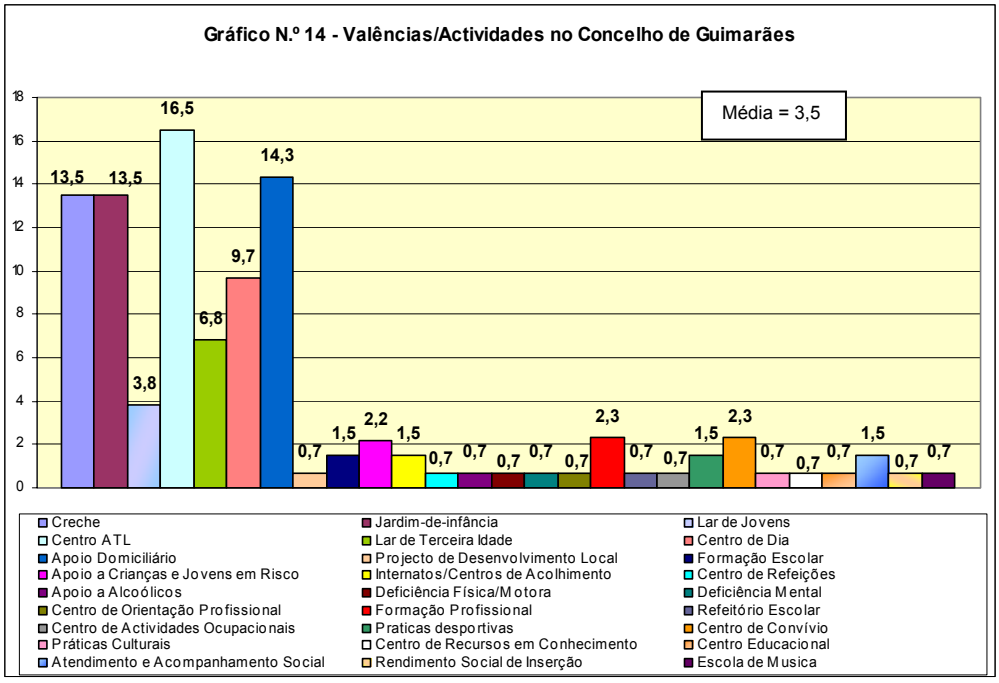
Gráfico N.º 13 - Valências/Actividades
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
11,7%
11,7%
3,9%
15,6%
6,6%
9%
13,6%
1,3%
1,3%
1,9%
1,3%
1,3%
0,6%
0,6%
1,3%
0,6%
1,3%
0,6%
3,3%
0,6%
1,3%
1,9%
0,6%
0,6%
1,9%
0,6%
1,3%
0,6%
0,6%
1,3%
0,6%
0,6%
Creche
Jardim-de-infância
Lar de Jovens
Centro ATL
Lar de Terceira Idade
Centro de Dia
Apoio Domiciliário
Projecto de Desenvolvimento Local
Formação Escolar
Apoio a Crianças e Jovens em Risco
Internatos/Centros de Acolhimento
Centro de Refeições
Alfabetização
Apoio a Toxicodependentes
Apoio a Alcoólicos
Deficiência Física/Motora
Deficiência Mental
Centro de Orientação Profissional
Formação Profissional
Refeitório Escolar
Centro de Actividades Ocupacionais
Praticas desportivas
Banco Alimentar
Gabinete de Apoio ás Vitimas de Maus-tratos
Centro de Convívio
Biblioteca
Práticas Culturais
Centro de Recursos em Conhecimento
Centro Educacional
Atendimento e Acompanhamento Social
Rendimento Social de Inserção
Escola de Musica

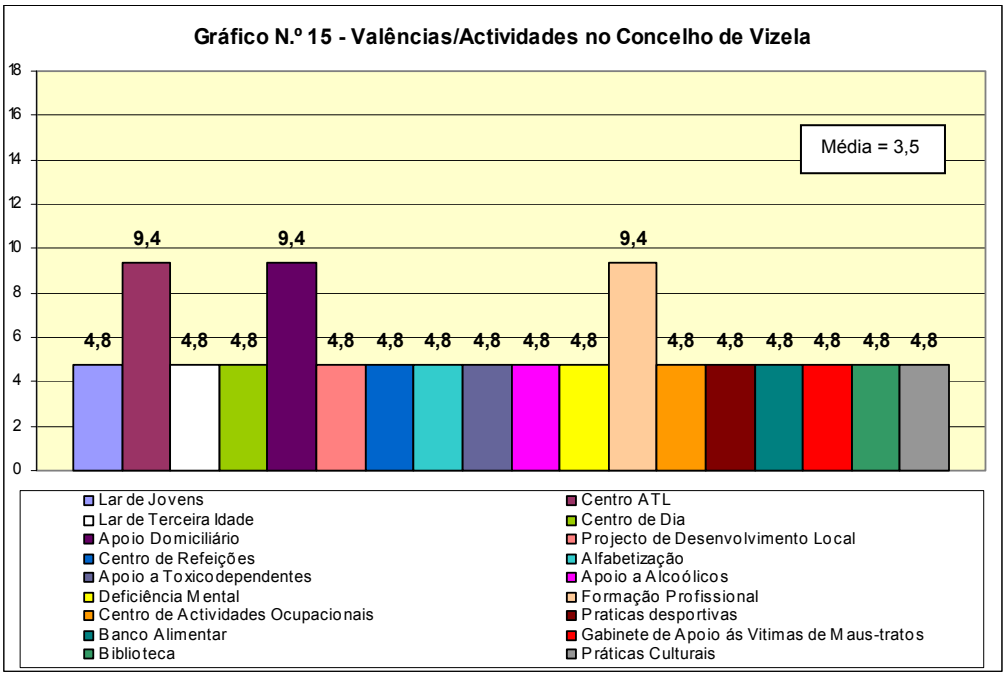
Em média, cada instituição, tanto de Guimarães como de Vizela, desenvolve três tipos de valências/actividades conforme podemos observar nos gráficos 14 e 15, a seguir apresentados, que nos indicam as valências e actividades desenvolvidas por concelho. Verificamos que em ambos as valências dirigem-se principalmente às crianças/jovens e aos idosos. No entanto, para estes dois tipos de público referidos observamos que as instituições localizadas em Guimarães possuem bastante mais valências do que as localizadas em Vizela. Com efeito, 53,9% das valências registadas em Guimarães destinam-se às crianças/jovens, contra 14,2% registado no concelho de Vizela. Por sua vez, Vizela regista 19% de valências dirigidas a idosos, enquanto que em Guimarães este valor é bastante superior - 33,1%.

No que concerne as valências afectas às pessoas portadoras de deficiência, regista-se uma percentagem que ronda os 2% nos dois concelhos.

Se por um lado, as valências desenvolvidas pelas instituições de Guimarães dirigem-se na sua grande maioria às crianças/jovens e aos idosos, por outro lado, e comparativamente a Guimarães, as instituições de Vizela registam mais valências e actividades de apoio aos toxicodependentes e alcoólicos (Vizela = 9,6%; Guimarães = 0,7%), de orientação e formação profissional (Guimarães = 3%; Vizela = 9,4%), de apoio às vítimas de maus-tratos (Vizela = 4,8%; Guimarães = 0) e de valências de carácter mais geral em termos de destinatários (Projecto de Desenvolvimento Local, Centro de Refeições, Alfabetização, Práticas Desportivas, Banco Alimentar, Biblioteca, Práticas Culturais, Centro de Recursos em Conhecimento, Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção) - Guimarães = 6,5%; Vizela = 33,6%.

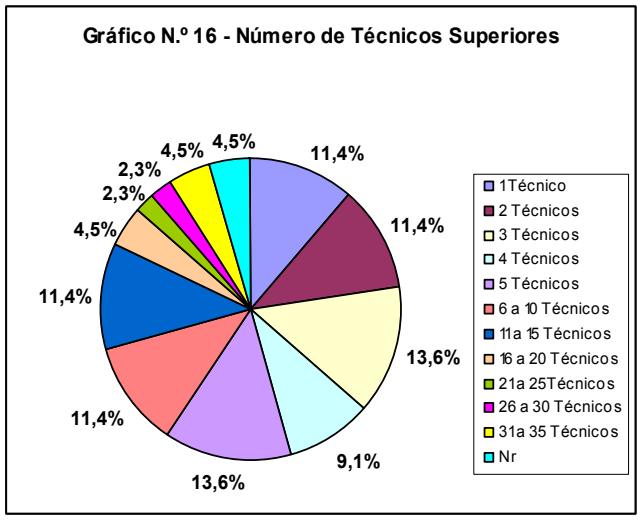
O desenvolvimento de tais valências/actividades trazem, segundo as instituições, benefícios para a comunidade como, por exemplo, o benefício directo para a família e utentes (idosos e crianças/jovens), a melhoria das condições de vida e o apoio às crianças e jovens nos tempos pós-escolares (ver quadro A20 em anexo).



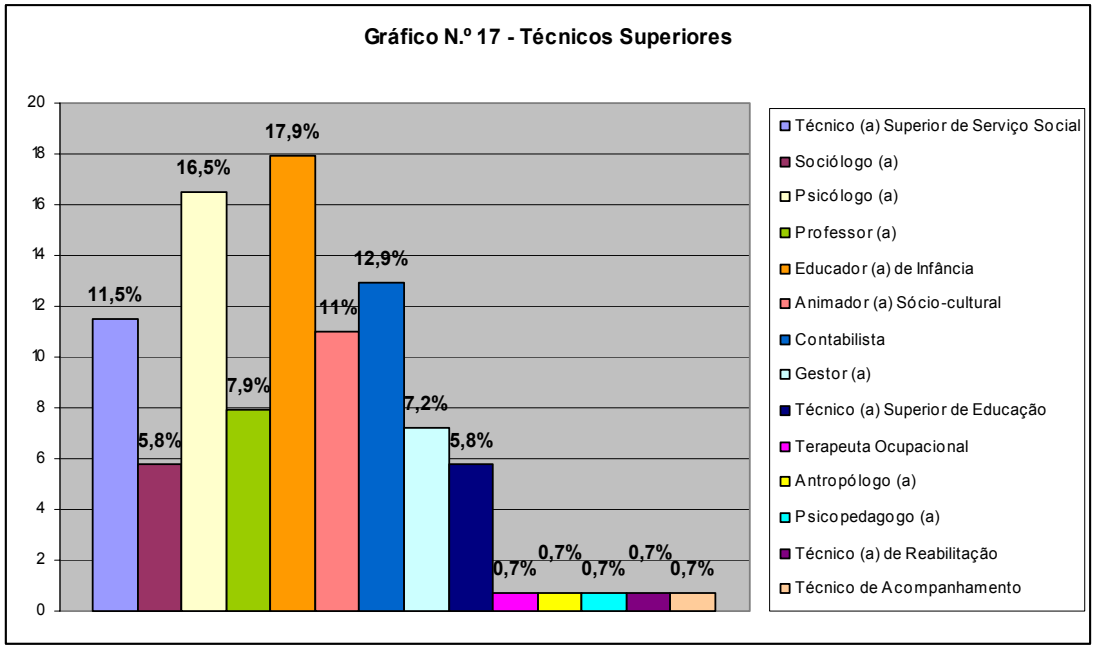


Recursos Humanos

Os dados que a seguir se apresentam referem-se aos recursos humanos existentes nas instituições, mais concretamente, os técnicos superiores e o corpo de voluntários.



O gráfico 16 revela-nos que a maior parte das instituições (cerca de 59%) possui entre um a cinco técnicos superiores. Segue-se a posse de seis a dez técnicos e de onze a quinze técnicos, com respectivamente 11,4% e 11,4%. A partir de 16 técnicos encontra-se um menor número de instituições, sendo que, entre dezasseis a trinta e cinco técnicos há um total de 22,6%.

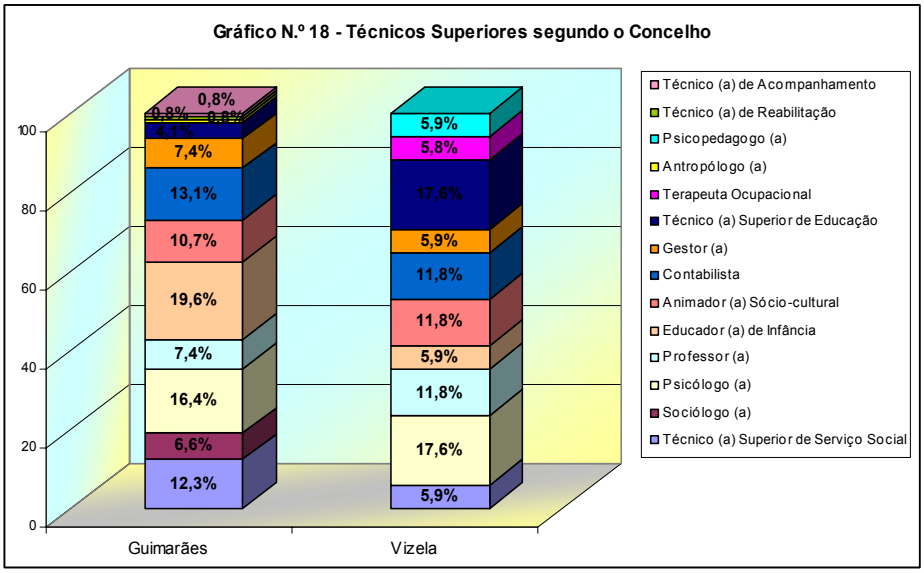


Observando o gráfico 17 verifica-se que a maioria dos técnicos possuem formação na área das Ciências Sociais e da Educação. No geral, 17,9% das instituições possuem, pelo menos, um Educador de Infância, sendo que 7,9% destas possuem mais de quatro Educadores - Ver quadro A22 em anexo.

A seguir surgem com valores mais elevados as categorias profissionais Psicólogo(a) (16,5%), Contabilista (12,9%), Técnico(a) de Serviço Social (11,5%), Animador(a) Sócio-cultural (11%), Professor(a) (7,9%), Gestor(a) (7,2%), Sociólogo(a) e Técnico(a) Superior de Educação (com respectivamente 5,8% e 5,8%) - ver gráfico 17.

Foram ainda referidas outras categorias profissionais, embora com valores percentuais menos significativos, tais como Terapeuta Ocupacional, Antropólogo(a), Psicopedagogo(a), Técnico(a) de Reabilitação, Técnico(a) de Acompanhamento, todos com uma percentagem de 0,7%.

Através da análise é possível concluir que existe uma relação directa entre a área de formação destes profissionais e as valências/Actividades desenvolvidas em contexto institucional.

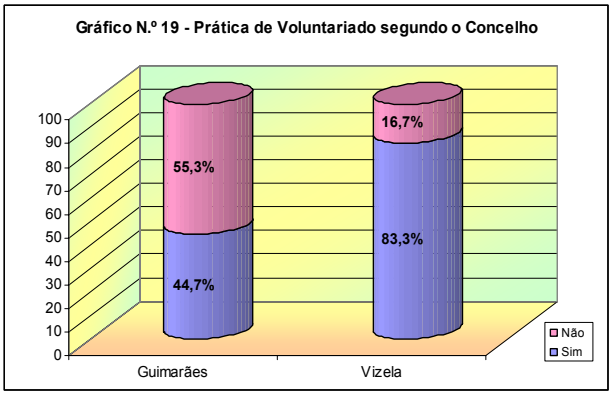


Observando o gráfico 18 constatamos que apenas as instituições de Guimarães referiram ter ao seu serviço licenciados em Sociologia (6,6%), em Antropologia (0,8%) e em Reabilitação (0,8%). Em contrapartida, pelas instituições de Vizela foram referidas as categorias Terapeuta Ocupacional e Psicopedagogo(a), ambos com 5,9%. Além disso, é possível percepcionar que as categorias profissionais mais referidas pelas instituições de Guimarães são: Educador(a) de Infância, Psicólogo(a), Contabilista, Técnico(a) Superior de Serviço Social e Animador(a) Sócio-cultural. Por sua vez, Vizela regista sobretudo Psicólogos, Professores, Animadores Sócio-culturais e Contabilistas.

Quadro N.º 9 - Prática de Voluntariado nas Instituições

Praticas de Voluntariado	V.A	%
Sim	22	50
Não	22	50
Total	**44**	**100**

No que diz respeito ao voluntariado praticado pelas instituições, obtivemos o seguinte resultado: de um modo geral 50% da nossa amostra de instituições possuem trabalhadores voluntários - quadro 9. No entanto, se tivermos em conta as práticas de voluntariado segundo o concelho, observamos que o voluntariado é mais praticado nas instituições de Vizela (83,3%) do que nas instituições de Guimarães (44,7%) - gráfico 19.



Assim, constatamos que uma grande parte da acção das IPSS consiste no corpo voluntário, grande fonte de apoio a estas organizações. O voluntariado tem um papel decisivo ao suportar e garantir as actividades das Organizações Não Governamentais, das associações profissionais, dos sindicatos, das associações cívicas, dos grupos religiosos e, de forma crescente, do sector privado. Este é definido como «*o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e privadas*» (Art.º 2 Lei n.º 71/98 de 3 de Novembro).

Os motivos que levam ao voluntariado «*vão desde a simples ocupação dos tempos livres que permite gerar um sentimento de utilidade e de reconhecimento social, à necessidade de ajudar o próximo para satisfação emocional…enriquecimento humano e cultural, e pela oportunidade profissional e até de empregabilidade futura*» (Leandro e Cardoso 2005: 71).

Quadro N.º 10 - Número de Voluntariados nas Instituições, segundo o género

Numero de Voluntários	Género dos Voluntários					
	Masculino		Feminino		Total	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%
De 1 a 9	16	41	15	38,5	31	79,4
De 10 a 19	1	2,6	1	2,6	2	5,2
De 20 a 29	2	5,1	2	5,1	4	10,2
De 30 a 39	1	2,6	1	2,6	2	5,2
Total	**20**	**51,3**	**19**	**48,8**	**39**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

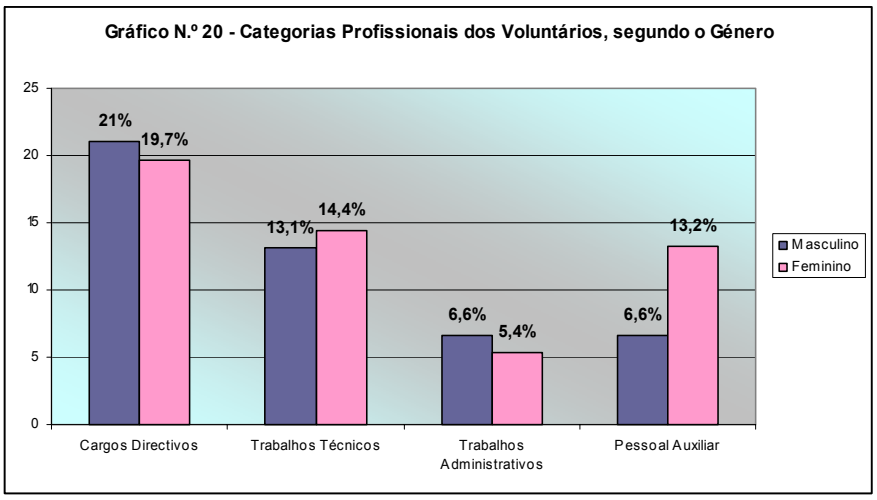
Procurando saber qual o sexo e o número de trabalhadores voluntários o quadro 10, acima apresentado, dá-nos os seguintes resultados: o voluntariado em termos gerais é ligeiramente mais exercido por pessoas do sexo masculino e a grande maioria das instituições possui entre um e nove voluntários (79,4%).

Relativamente ao grupo etário, a grande maioria (78,3%) dos voluntariados possui mais de 35 anos (quadro 11), verificando-se uma ligeira tendência de idades mais avançadas nos voluntários do sexo masculino.

Quadro N.º 11 - Grupo Etário dos Voluntários nas Instituições

Grupo Etário	Género dos Voluntários					
	Masculino		Feminino		Total	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%
[15-25[	3	3,7	5	6	8	9,7
[25-35[	3	3,6	7	8,4	10	12
[35-45[	10	12	8	9,6	18	21,6
[45-55[	13	15,7	10	12	23	27,7
[+ de 55[	13	15,7	11	13,3	24	29
Total	**42**	**50,7**	**41**	**49,3**	**83**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas



Através dos dados relativos aos cargos desempenhados pelos voluntários o gráfico 20 revela-nos, que tanto os voluntários do sexo masculino como do feminino desempenham na sua maioria cargos directivos, perfazendo um total de 40,7%. Segue-se o trabalho técnico desenvolvido por elementos voluntários (27,5%) e o trabalho administrativo (12%). Ao nível dos cargos directivos, do trabalho técnico e trabalho administrativo não se verificam grandes assimetrias em relação ao género. No entanto, no que concerne o trabalho auxiliar, verifica-se uma maior percentagem do género feminino (13,2% exercido por mulheres contra 6,6% exercido por homens), o que reproduz as desigualdades de género, uma vez que se verifica que os homens desempenham funções que requerem uma maior qualificação tais como os trabalhos directivos e administrativos e as mulheres desempenham, sobretudo cargos intermédios (trabalhos técnicos) e menos qualificados (trabalhos auxiliares).

Integração em Organismos Nacionais/Internacionais

Quadro N.º 12 - Organismos em que as Instituições estão integradas

Organismos	V.A	%
Organismos Nacionais		
União das IPSS	34	43
União das Misericórdias	1	1,3
União das Mutualidades	-	-
REAPN	10	12,6
Rede Social	28	35,4
ANIMAR	1	1,3
FENACERCI	1	1,3
FORMEN	1	1,3
Organismos Internacionais	-	-
Em Nenhum	2	2,5
NS/NR	1	1,3
Total	**79**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas
Média = 1,8

Observando o quadro 12 que apresenta o número total de respostas obtidas por parte das instituições quanto à sua integração em organismos nacionais e/ou internacionais verificamos, que em média cada instituição integra dois organismos nacionais. Em contrapartida, nenhuma instituição referiu integrar qualquer organização de carácter internacional.

Em termos gerais, ou seja, tendo em conta os dois concelhos em análise, verificamos que os três organismos que mais se destacam são por ordem decrescente: a União das IPSS (43%), a Rede Social (35,4%) e a REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (12,6%). A explicação para a grande maioria das instituições pertencer à União das IPSS está associado ao facto de, como referido anteriormente, a maioria destas possuir o estatuto jurídico de IPSS ou outro estatuto equiparado a IPSS.

Importa referir que a constituição das Redes Sociais resulta de um programa nacional, não sendo propriamente um organismo. Trata-se de uma medida assente no princípio do desenvolvimento de base territorial, cujo modelo de intervenção privilegia a dinamização de parcerias sociais locais, através do trabalho interinstitucional, em convergência de esforços, com vista à rentabilização dos recursos existentes e à sua qualificação, sendo, portanto, a sua estrutura de âmbito concelhio.

Por sua vez, a REAPN é constituída por um conjunto de associados de carácter individual e colectivo e visa, mediante os princípios do partenariado e subsidiariedade, combater os problemas de pobreza e exclusão social.

Outras instituições de carácter nacional foram também referidas, embora com percentagens menos significativas tais como a União das Misericórdias, a ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, a FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social e a FORMEN - Federação de Centros de Formação Profissional e Emprego com Pessoas com Deficiência.

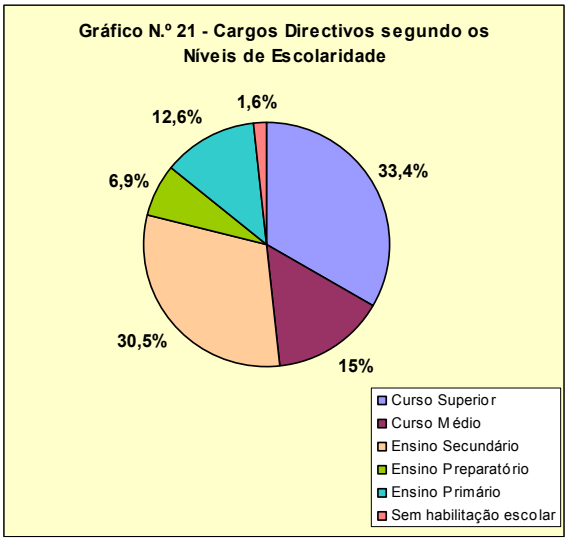
Não se verificam grandes assimetrias entre os concelhos de Guimarães e Vizela no que concerne a integração em organismos (ver quadro A29 em anexo).

Modelo de Gestão e Prioridades de Organização

No que respeita a análise dos modelos de gestão e prioridades de organização são abordados neste *item* os níveis de escolaridade e as profissões dos cargos directivos, bem como as formas de melhoria do desempenho dos recursos humanos.

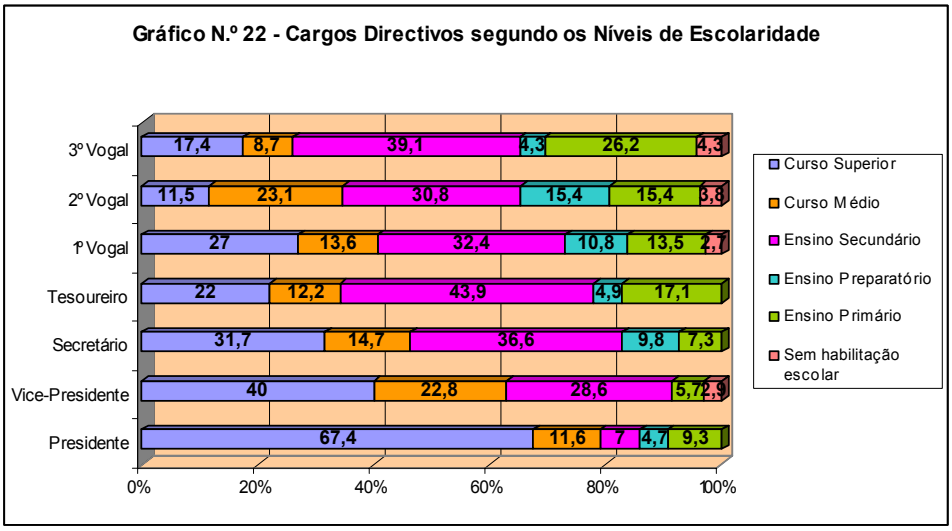
Os Dirigentes

Quanto às habilitações dos dirigentes o gráfico 21 oferece-nos a seguinte distribuição: verificamos que no total 33,4% dos dirigentes (Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, 1º Vogal, 2º Vogal e 3º Vogal) possuem um curso superior. Seguem-se os que possuem habilitações ao nível do ensino secundário (30,5%) e os que possuem curso médio (15%).



Analisando o nível de escolaridade segundo o cargo directivo exercido (gráfico 22), observa-se que existe uma correlação directa e proporcional entre o grau de ensino e o nível do cargo exercido. Com efeito, verificamos que, conforme se vai descendo ao nível da hierarquia dos cargos directivos, o nível de escolaridade também tem tendência a baixar. Assim, a grande maioria dos Presidentes detém um nível de escolaridade superior (67,4%), sendo que as percentagens referentes a este grau de ensino vão diminuindo nos restantes cargos directivos apresentados. Em contrapartida, os níveis de ensino mais baixos (ensino preparatório e ensino primário) apresentam maiores proporções conforme se vai descendo na hierarquia dos cargos directivos.

Conclui-se, portanto, que o trabalho social ao nível das direcções parece atrair sobretudo pessoas com nível de escolaridade superior, para além de ser exercido de forma voluntária como verificamos anteriormente (40,7% dos voluntários exercem cargos directivos[8]), que pode ser explicado, pela posse de mais recursos e tempo disponível.



[8] Ver *item* Recursos Humanos - gráfico 20.

Quadro N.º 13 - Profissões dos Cargos Directivos

Classificação Nacional das Profissões[9]	Profissão dos Cargos Directivos													
	Presidente/ Provedor		Vice - Presidente/ Vice - Provedor		Secretário		Tesoureiro		1º Vogal		2º Vogal		3º Vogal	
	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%	V.A.	%
Quadros Superiores da Administração Publica, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	6	13,6	6	13,6	6	13,6	6	13,6	4	9,1	4	9,1	6	13,6
Especialistas das Profissões Intelectuais e Cientificas	16	36,4	16	36,4	11	25,1	14	31,9	13	29,5	4	9,1	4	9,1
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1	2,3	-	-	2	4,5	-	-	1	2,3	-	-	-	-
Pessoal Administrativo e Similares	1	2,3	2	4,5	7	15,9	2	4,5	-	-	3	6,8	2	4,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	1	2,3	2	4,5	1	2,3	4	9,1	3	6,8	1	2,3	1	2,3
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	2,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	-	-	2	4,5	2	4,5	2	4,5	8	18,2	5	11,4	5	11,4
Operadores de Instalações e Maquinas e Trabalhadores da Montagem	-	-	-	-	-	-	1	2,3	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores Não Qualificados	-	-	1	2,3	-	-	1	2,3	2	4,5	1	2,3	-	-
Outras Classificações														
Clero	15	34	2	4,5	-	-	-	-	1	2,3	-	-	-	-
Estudantes	-	-	1	2,3	1	2,3	1	2,3	1	2,3	-	-	-	-
Aposentados	2	4,5	5	11,4	9	20,5	10	22,7	3	6,8	6	13,6	4	9,1
Desempregado	-	-	-	-	2	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-
NR	1	2,3	-	-	2	4,5	2	4,5	3	6,8	4	9,1	3	6,8
Não possui	-	-	7	15,9	1	2,3	1	2,3	5	11,4	16	36,3	19	43,2
Total	**44**	**100**	**44**	**100**	**44**	**100**	**44**	**100**	**44**	**100**	**44**	**100**	**44**	**100**

[9] Segundo a Classificação Nacional das Profissões - IEFP 1994

O quadro 13 elucida-nos quanto às profissões exercidas pelos dirigentes associativos, segundo a Classificação Nacional das Profissões (IEFP, 1994). Mais uma vez verifica-se uma correlação directa entre os níveis de escolaridade dos cargos directivos e as profissões desempenhadas por estes.

Os especialistas das profissões intelectuais e científicas e o clero, com respectivamente 36,4% e 34%, caracterizam a maior parte dos presidentes de direcção. Desta forma, nota-se uma forte presença do clero na composição dos dirigentes, nomeadamente no que diz respeito ao cargo de presidente. As instituições particulares de solidariedade social são fortemente marcadas por iniciativas da Igreja Católica, que sempre esteve na génese da esmagadora maioria das instituições.

Por sua vez, os vice-presidentes desempenham maioritariamente profissões intelectuais e científicas (36,4%) e funções superiores da Administração Pública, dirigentes de quadros superiores de empresa (13,6%). Para além disso, 11,4% encontram-se aposentados. Os secretários também desempenham, na sua maioria, profissões intelectuais e cientificas (25,1%) e 20,5% encontram-se reformados.

Quanto aos tesoureiros e aos 1º vogais predominam novamente as profissões de carácter intelectual e científico. E quanto aos 2º e 3º vogais predominam os aposentados, os dirigentes e quadros superiores e os operários, artífices e trabalhadores similares.

Formas de melhoria do desempenho dos Recursos Humanos

Quadro N.º 14 - Formas de melhoria do desempenho dos Recursos Humanos

Formas para melhorar o desempenho dos recursos humanos	V.A	%
Possibilitar aos técnicos uma formação adequada e contínua	40	62,5
Possibilitar aos voluntários uma formação adequada e contínua	9	14
Captação de mais voluntários	4	6,3
Captação de mais técnicos	11	17,2
Total	**64**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

Analisando o quadro 14 referente às formas de melhoria do desempenho dos recursos humanos, verificamos que é dada particular importância à formação, especialmente, no que concerne os técnicos. Com efeito, 62,5% das instituições consideram que a forma mais adequada para a melhoria do desempenho dos recursos humanos consiste em possibilitar aos técnicos uma formação adequada e contínua. Por sua vez, 14% das instituições consideram importante possibilitar formação contínua aos voluntários. Estes valores remetem-nos, assim, para a valorização da formação dos recursos humanos. O facto de a realidade social estar em constante mutação implica que as metodologias e técnicas devam ser actualizadas, de forma adequada e contínua, de modo a proporcionar uma permanente adaptação aos diferentes contextos sociais.

A captação de mais recursos humanos (voluntários e técnicos) representa para 23,5% das instituições um aspecto importante.

Quadro N.º 15 - Formas de melhoria do desempenho dos Recursos Humanos, segundo o Concelho

Formas para melhorar os recursos humanos	Concelhos			
	Guimarães		Vizela	
	V.A	%	V.A	%
Possibilitar aos técnicos uma formação adequada e contínua	31	56,4	2	22,2
Possibilitar aos voluntários uma formação adequada e contínua	5	9	4	44,4
Captação de mais voluntários	9	16,4	2	22,2
Captação de mais técnicos	10	18,2	1	11,2
Total	**55**	**100**	**9**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

As opiniões parecem dividir-se no que concerne os concelhos - quadro 15. Se, por um lado, as instituições de Guimarães privilegiam possibilitar aos técnicos uma formação adequada e contínua (56,4%), nas instituições de Vizela prevalece possibilitar esta mesma formação aos voluntários (44,4%). Para além disso, 22,2% das instituições de Vizela referem a captação de mais voluntários. Esta importância atribuída ao corpo de voluntários poderá estar correlacionada com o facto de 83,3% das entidades de Vizela desenvolverem práticas de voluntariado[10].

Identificação e caracterização dos principais problemas sociais na área geográfica de intervenção da instituição

Este *item* contém informação crucial para o nosso estudo na medida em que são apresentados os principais problemas sociais identificados pelas instituições, nas respectivas áreas geográficas de intervenção. Os problemas sociais foram classificados de acordo com uma escala de gravidade. A completar esta análise, serão também referidas as respostas sociais desenvolvidas pelas instituições aos problemas identificados. Podemos, desta forma, analisar até que ponto as instituições desenvolvem respostas direccionadas aos problemas identificados por elas, como mais graves.

Para além disso, este *item* contempla ainda as formas utilizadas pelas instituições para detectar os problemas sociais e a auto-avaliação relativamente à sua actuação.

Problemas Sociais identificados na Área Geográfica de Intervenção

O gráfico 23 demonstra-nos que o desemprego é considerado um problema social muito grave por 46,6% das instituições dos dois concelhos em análise. Como é do nosso conhecimento, a problemática do desemprego é bastante acentuada no Vale do Ave, no qual se integram os dois concelhos objectos da nossa análise. Sendo esta região marcada por um tecido económico de carácter industrial, a globalização, a liberalização dos mercados, a concorrência de países com mão-de-obra mais barata e, consequentemente, o encerramento, as falências e a deslocalização de empresas estão na origem do agravamento do desemprego.

Seguem-se como problemas muito graves o alcoolismo (10,4%) e os problemas relacionados com a terceira idade (8,6%). Em contrapartida, os problemas sociais relacionados com as

[10] Ver *item* Recursos Humanos - gráfico 19.

minorias étnicas e os imigrantes apresentam um baixo nível de gravidade nas áreas geográficas, uma vez que respectivamente 37,2% e 34,8% afirmaram que estes tipos de problemas não existem.

Analisando a gravidade dos problemas sociais por concelhos (ver quadros A38 e A39 em anexo) verifica-se que o desemprego é considerado um problema muito grave tanto em Vizela como em Guimarães, com respectivamente 50% e 45,8%.

Em Guimarães segue-se o alcoolismo (10,4%), os problemas relacionados com a terceira idade, com a violência familiar e com a delinquência (todos com 8,3%). Em Vizela como problema considerado muito grave segue-se, por ordem decrescente: a toxicodependência (20%), os idosos, o alcoolismo e a pobreza (todos com 10%).

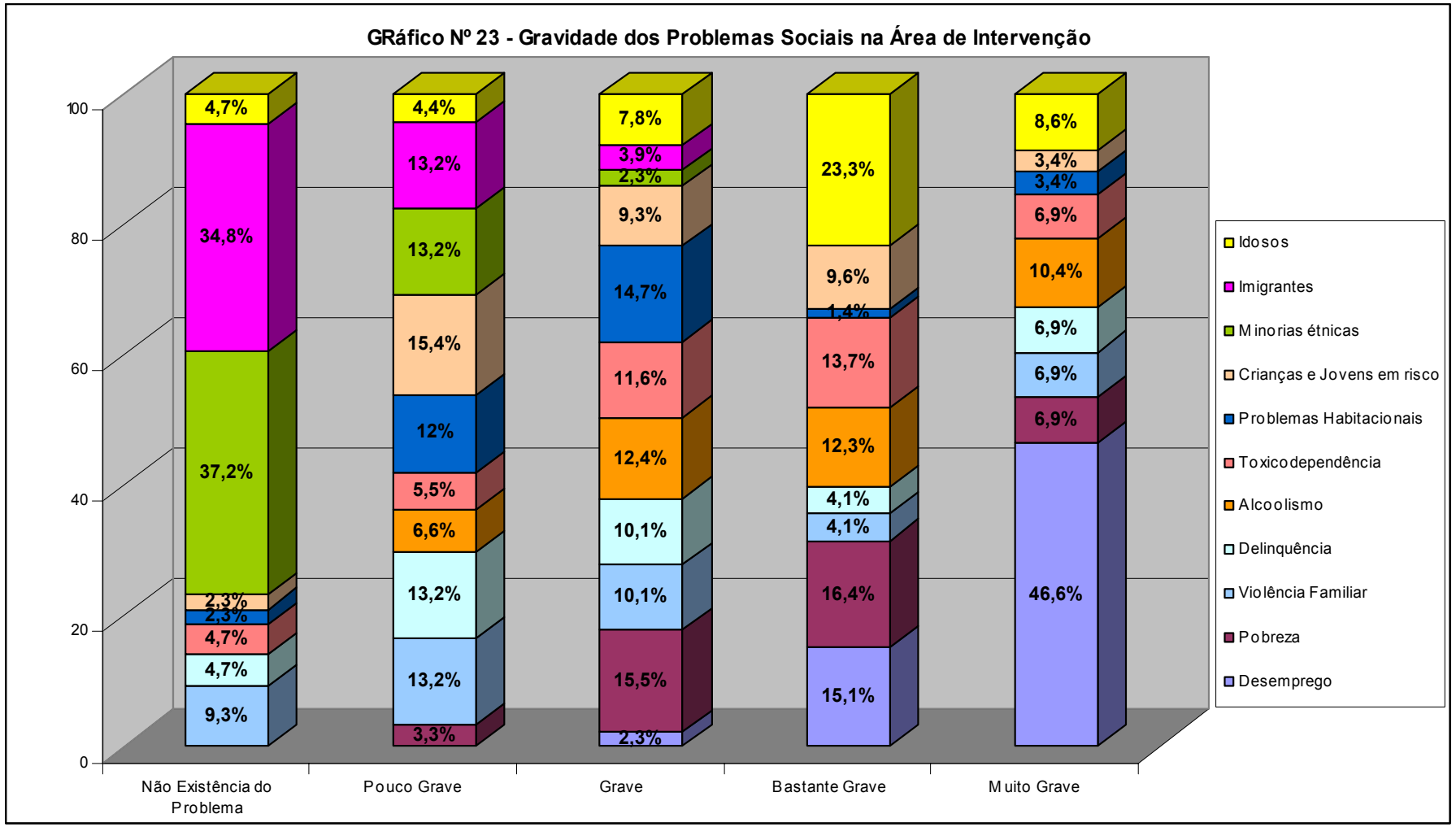
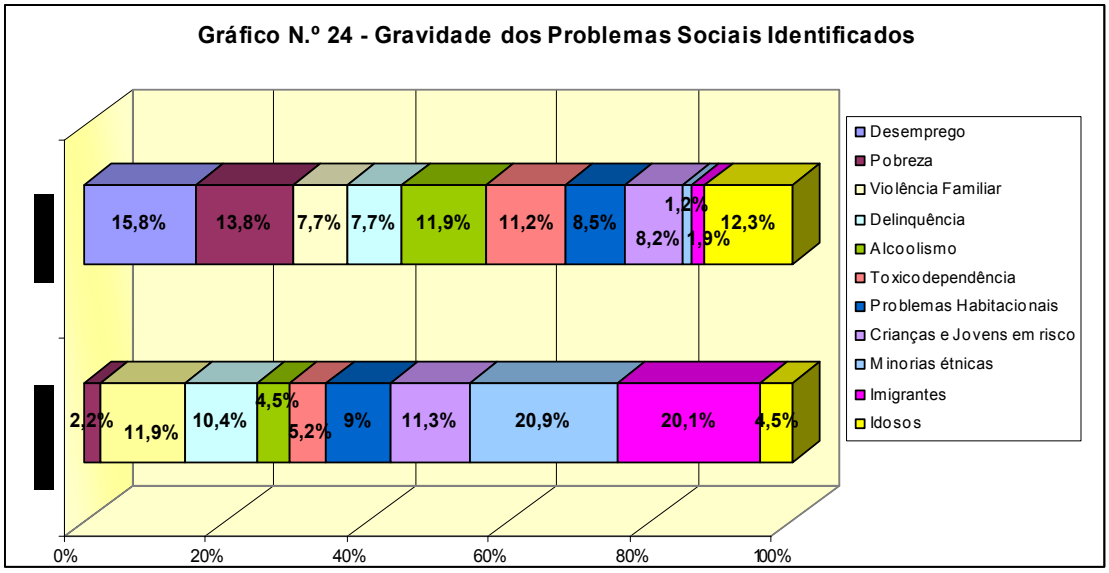


GRáfico Nº 23 - Gravidade dos Problemas Sociais na Área de Intervenção
100
80
60
40
20
0
4,7%
34,8%
37,2%
2,3%
2,3%
4,7%
4,7%
9,3%
4,4%
13,2%
13,2%
15,4%
12%
5,5%
6,6%
13,2%
13,2%
3,3%
7,8%
3,9%
2,3%
9,3%
14,7%
11,6%
12,4%
10,1%
10,1%
15,5%
2,3%
23,3%
9,6%
1,4%
13,7%
12,3%
4,1%
4,1%
16,4%
15,1%
8,6%
3,4%
3,4%
6,9%
10,4%
6,9%
6,9%
6,9%
46,6%
Não Existência do Problema
Pouco Grave
Grave
Bastante Grave
Muito Grave
Idosos
Imigrantes
Minorias étnicas
Crianças e Jovens em risco
Problemas Habitacionais
Toxicodependência
Alcoolismo
Delinquência
Violência Familiar
Pobreza
Desemprego

De forma a melhor percepcionarmos as opiniões emitidas criaram-se duas categorias: “menos grave” (congrega as categorias “não existência do problema” e “pouco grave”) e “mais grave” (que congrega as categorias “grave”, “bastante grave” e “muito grave”). Assim, constata-se, através do gráfico 24, que os problemas considerados “mais graves” são o desemprego (15,8%), a pobreza (13,8), os problemas sociais relacionados com a terceira idade (12,3%), o alcoolismo (11,9%) e a toxicodependência (11,2%).

Pelo contrário, os problemas considerados menos graves referem-se àqueles que estão relacionados com as minorias étnicas (20,9%), os emigrantes (20,1%), a violência familiar (11,9%), as crianças e jovens em risco (11,3%) e a delinquência (10,4%).

Ainda utilizando na análise as categorias “menos grave” e “mais grave” verifica-se que não existem grandes assimetrias quanto às opiniões emitidas pelas instituições de Guimarães e Vizela (ver quadro A41 e A42 em anexo). Com efeito, pelos números apresentados concluímos que os problemas sociais considerados “mais graves” são o desemprego, a pobreza, os problemas relacionados com a terceira idade (embora estes sejam mais referidos pelas instituições de Guimarães), o alcoolismo e a toxicodependência. No entanto, importa salientar que o desemprego é, de facto, o problema social mais grave.



Respostas Sociais

O quadro a seguir apresentado - quadro 16 - revela-nos quais as respostas desenvolvidas pelas instituições aos problemas identificados. No seu conjunto, a maior parte, são direccionados para a terceira idade (22,2%), a educação escolar (20,4%), as crianças e jovens em risco (17,6%) e a pobreza (13,9). Em contrapartida, aquelas que apresentam menor percentagem são as relacionadas com os problemas habitacionais (0,9%), as questões de saúde (1,9%), a toxicodependência (2,8%), a violência familiar (2,8%) e o desemprego (2,8%).

Segundo estes dados verifica-se que apesar dos idosos registarem a maior parte das respostas sociais em ambos os concelhos, esta categoria social permanece ou é identificada

pelas instituições como um dos problemas sociais mais graves, conforme referido anteriormente. Logo, podemos deduzir que, não obstante as respostas desenvolvidas, será necessário promover outras para além destas. Por outro lado, sendo o desemprego o principal problema social em Vizela e Guimarães, as respostas sociais para fazer face a esta problemática são claramente insuficientes, porque apenas 2,8% das instituições afirma desenvolver respostas sociais directas de combate ao desemprego e 6,5% referiram desenvolver cursos de formação profissional (totalizando 9,3%).

Por sua vez, as respostas sociais de combate à toxicodependência e ao alcoolismo também se afiguram insuficientes, uma vez que, embora considerados problemas sociais graves, apenas apresentam respectivamente 2,8% e 4,6% das respostas sociais.

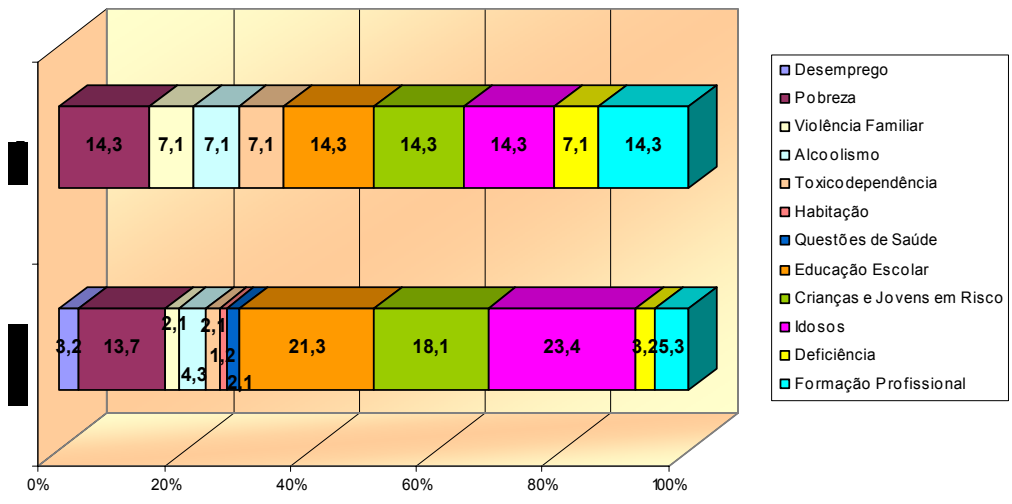
Quadro N.º 16 - Respostas Sociais aos problemas identificados

Respostas Sociais	V.A	%
Idosos	24	22,2
Educação Escolar	22	20,4
Crianças e Jovens em Risco	19	17,6
Pobreza	15	13,9
Formação Profissional	7	6,5
Alcoolismo	5	4,6
Deficiência	4	3,7
Desemprego	3	2,8
Violência Familiar	3	2,8
Toxicodependência	3	2,8
Questões de Saúde	2	1,9
Habitação	1	0,9
Total	**108**	**100**

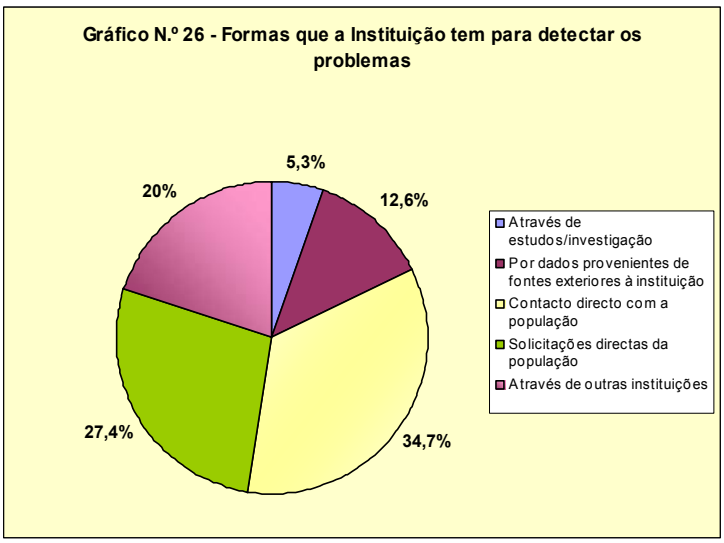
Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

Analisando o gráfico 25 que nos revela as respostas sociais por concelho, verificamos que, de um modo geral, tanto em Guimarães como em Vizela as respostas sociais dirigem-se, principalmente, aos idosos, às crianças e jovens, à educação escolar e à pobreza.

Gráfico N.º 25 - Respostas Sociais aos Problemas identificados, segundo o Concelho



Formas de detectar os Problemas Sociais



Para detectar os problemas sociais, as instituições privilegiam o contacto e as solicitações directas da população (perfazendo um total de 62,1%) - gráfico 26. A detecção dos problemas sociais também é feita através de outras instituições[11] (20%) e através de dados provenientes de fontes exteriores à instituição (12,6%). O recurso a estudos e trabalhos de investigação não se afigura como uma prática tão comum, referida apenas por 5,3% das instituições. Estas formas de detectar os problemas são idênticas tanto no concelho de Guimarães como de Vizela (ver quadro A46 em anexo).

Auto-avaliação da actuação relativamente aos Problemas identificados

Quadro N.º 17 - Auto-avaliação da actuação em relação aos problemas identificados

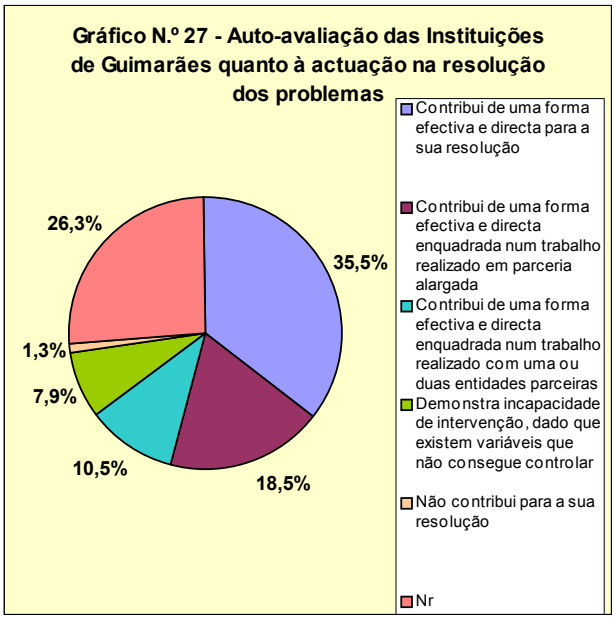
Auto-avaliação da Instituição	V.A	%
Contribui de uma forma efectiva e directa para a sua resolução	29	33
Contribui de uma forma efectiva e directa enquadrada num trabalho realizado em parceria alargada	20	22,7
Contribui de uma forma efectiva e directa enquadrada num trabalho realizado com uma ou duas entidades parceiras	8	9,1
Demonstra incapacidade de intervenção, dado que existem variáveis que não consegue controlar	6	6,8
Não contribui para a sua resolução	1	1,1
Nr	24	27,3
Total	**88**	**100**

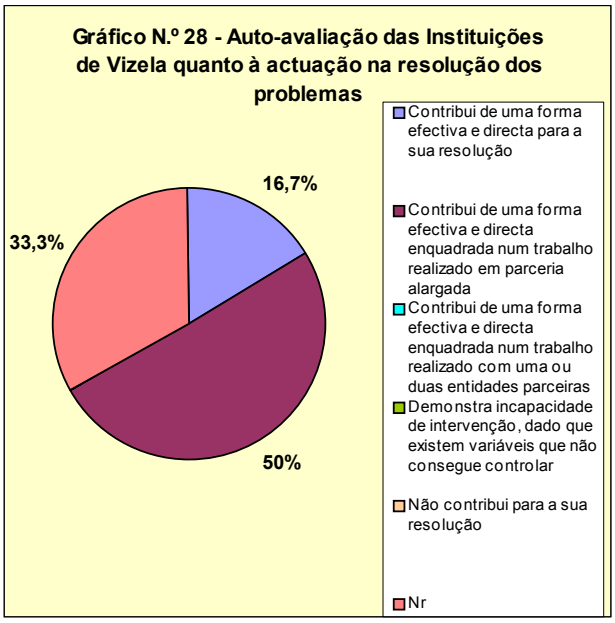
Tendo em conta o total do nosso universo amostral, verificamos que, de um modo geral, as instituições possuem uma opinião favorável e optimista quanto à sua actuação sobre os problemas sociais identificados (quadro 17), uma vez que 64,8% referiram contribuir de uma forma efectiva e directa para a resolução dos problemas (inclusive enquadrada num trabalho

[11] Segurança Social = 7,4%; Hospital = 3,2%; Rede Social Concelhia = 2,1%; Comissão de Protecção de Menores = 2,1%; Tribunal = 2,1%; Junta de Freguesia = 1,1%; Centros de Saúde =1,1% e Escolas = 1,1% - ver quadro A45 em anexo.

realizado em parceria ou com uma ou duas entidades parceiras). Apenas 6,8% das instituições referiram ter incapacidade de intervenção, dado que existem variáveis que não conseguem controlar.

Por fim, 1,1% referiu que não consegue contribuir para a resolução dos problemas.





Observando os gráficos 27 e 28 verifica-se que a auto-avaliação feita pelas instituições de Vizela é muito positiva, uma vez que todas consideram contribuir de uma forma efectiva e directa para a resolução das problemáticas identificadas, particularmente, enquadrada num trabalho realizado em parceria alargada (50%). Em contrapartida, as opiniões emitidas pelas instituições de Guimarães encontram-se mais repartidas, portanto, mais moderadas, embora a maioria tenha uma opinião positiva. Note-se que 7,9% destas instituições referem a ideia de que existem variáveis que não se consegue controlar, ou seja, que não dependem única e exclusivamente do trabalho desenvolvido pela instituição.

Desenvolvimento e formas de Actuação, de Trabalho e Intervenção

Os dados a seguir apresentados referem-se ao trabalho desenvolvido em parceria com outras entidades, entidades que deveriam dar mais apoio às instituições, as principais fontes de financiamento, os recursos financeiros e informáticos e o desenvolvimento/participação em projectos nacionais/comunitários, sendo esta última variável imprescindível para o nosso estudo. Através desta, podemos percepcionar a dinâmica das instituições no que concerne a participação/promoção de projectos e quais os constrangimentos para a não participação, bem como a correlação entre os projectos desenvolvidos e respectiva área.

Trabalho/Colaboração com outras Entidades

Quadro N.º 18 - Trabalho/colaboração com outras instituições/organizações

Instituições/Organizações		V.A	%
A Nível Local	Câmara Municipal	39	9,1
	Junta de Freguesia	27	6,3
	Santa Casa da Misericórdia	9	2,1
	IPSS	25	5,8
	Associações de Desenvolvimento Local	20	4,7
	Outras Associações sem fins lucrativos	16	3,7
	Serviços locais de Segurança Social	33	7,7
	Centros de Saúde	27	6,3
	Centros de Emprego	27	6,3
	Estabelecimentos Educativos	24	5,6
	Rádio	10	2,3
	Particulares	8	1,9
	Empresas Privadas	12	2,8
	Governo Civil	10	2,3
	Outros Organismos Públicos	8	1,9
Soma Parcial		**295**	**68,8**
A Nível Regional/Nacional	INATEL	7	1,6
	Ministérios	8	1,9
	Comissão de Coordenação Regional	1	0,2
	Direcção Regional de Educação	8	1,9
	Centro Regional de Segurança Social	37	8,6
	Administração Regional de Saúde	6	1,4
	Comissário de Luta contra a Pobreza	4	0,9
	IEFP	19	4,4
	Instituto da Juventude	11	2,6
	União das Mutualidades	-	-
	União das Misericórdias	2	0,5
	União das IPSS	24	5,6
Soma Parcial		**127**	**29,6**
A Nível Internacional	Comissão Europeia	3	0,7
	Organização Mundial de Saúde	1	0,2
	Organizações Congéneres	4	0,9
Soma Parcial		**8**	**1,8**
Soma Total		**430**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas
Média = 9,8

O quadro 18 refere-se aos tipos de trabalho/colaboração desenvolvido com outras entidades. Com efeito, verifica-se que o trabalho de colaboração é, sobretudo, desenvolvido ao nível local (68,8%). Isto, poderá estar relacionado com o facto da maior parte das instituições ter uma área geográfica de intervenção micro/local (freguesia, inter-freguesias e concelho), como se constatou anteriormente.

Este tipo de trabalho local, de parceria ou de colaboração, é sobretudo, efectuado com entidades públicas (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Serviços Locais de Segurança Social, Centros de Saúde, Centros de Emprego, Governo Civil e outros Organismos Públicos), totalizando 39,9%. Destas destacam-se ligeiramente pelas maiores percentagens apresentadas, as Autarquias e os Serviços Locais de Segurança Social.

O trabalho desenvolvido com organismos ou entidades de âmbito regional ou nacional apresentam uma percentagem de 29,6%, destacando-se o Centro Regional de Segurança Social, a União das IPSS e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Quanto ao nível internacional, apenas 1,8% referiu desenvolver trabalho de colaboração e parceria. Importa salientar que, tendo em conta o número total de respostas obtidas, em média cada instituição trabalha ou colabora com outras 10.

O trabalho em parceria, como metodologia de trabalho no âmbito da luta contra a exclusão social encontra-se hoje, mais desenvolvido. Como os fenómenos da pobreza e exclusão social são pluricausais e pluridimensionais, estes requerem respostas por parte de uma multiplicidade e diversidade de entidades/actores, visando-se uma convergência de esforços entre as várias entidades parceiras na prossecução dos seus objectivos e práticas. Assim, verifica-se a colaboração entre os diversos serviços, autarquias, instituições de solidariedade social, Organizações Não Governamentais, entre outras entidades e organismos, numa coordenação ampla, juntos por uma mesma estratégia de luta contra a pobreza e exclusão social.

Quadro N.º 19 - Trabalho/colaboração com outras entidades, segundo o Concelho

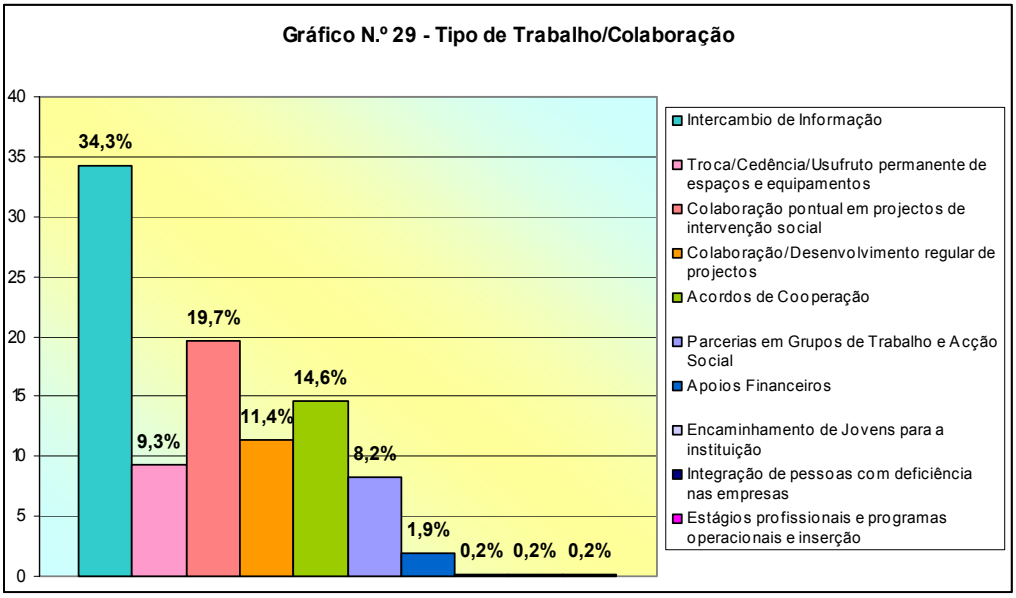
Instituições/Organizações		Concelhos			
		Guimarães		Vizela	
		V.A	%	V.A	%
A Nível Local	Câmara Municipal	33	8,9	6	10,2
	Junta de Freguesia	23	6,2	4	6,8
	Santa Casa da Misericórdia	4	1,1	5	8,5
	IPSS	20	5,4	5	8,5
	Associações de Desenvolvimento Local	19	5,1	1	1,7
	Outras Associações sem fins lucrativos	14	3,8	2	3,4
	Serviços locais de Segurança Social	30	8,1	3	5,1
	Centros de Saúde	23	6,2	4	6,8
	Centros de Emprego	25	6,7	2	3,4
	Estabelecimentos Educativos	20	5,4	4	6,8
	Rádio	5	1,3	5	8,5
	Particulares	6	1,6	2	3,4
	Empresas Privadas	9	2,4	3	5,1
	Governo Civil	9	2,4	1	1,7
	Outros Organismos Públicos	6	1,6	2	3,4
Soma Parcial		**246**	**66,2**	**49**	**83**
A Nível Regional/Nacional	INATEL	7	1,9	-	-
	Ministérios	8	2,2	-	-
	Comissão de Coordenação Regional	1	0,3	-	-
	Direcção Regional de Educação	8	2,2	-	-
	Centro Regional de Segurança Social	34	9,2	3	5,1
	Administração Regional de Saúde	6	1,6	-	-
	Comissário de Luta contra a Pobreza	4	1,1	-	-
	IEFP	17	4,6	2	3,4
	Instituto da Juventude	9	2,4	2	3,4
	União das Mutualidades	-	-	-	-
	União das Misericórdias	2	0,5	-	-
	União das IPSS	21	5,7	3	5,1
Soma Parcial		**117**	**31,6**	**10**	**17**
A Nível Internacional	Comissão Europeia	3	0,8	-	-
	Organização Mundial de Saúde	1	0,3	-	-
	Organizações Congéneres	4	1,1	-	-
Soma Parcial		**8**	**2,2**	**-**	**-**
Soma Total		**371**	**100**	**59**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas
Média Guimarães = 9,8 / Média Vizela = 9,8

Analisando o tipo de trabalho desenvolvido pelas instituições segundo o concelho (quadro 19) observa-se que, ao nível local, as instituições de Guimarães privilegiam a parceria com as entidades públicas (Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Serviços Locais de Segurança Social, Centros de Saúde, Centros de Emprego, Governo Civil e outros Organismos Públicos),

totalizando 40,6%. Em contrapartida, as instituições de Vizela desenvolvem trabalho de colaboração e parceria ao nível local de uma forma mais ou menos equitativa com o sector público e com o sector privado.

No que concerne as parcerias regionais, nacionais ou internacionais, as instituições de Guimarães apresentam maiores percentagens.



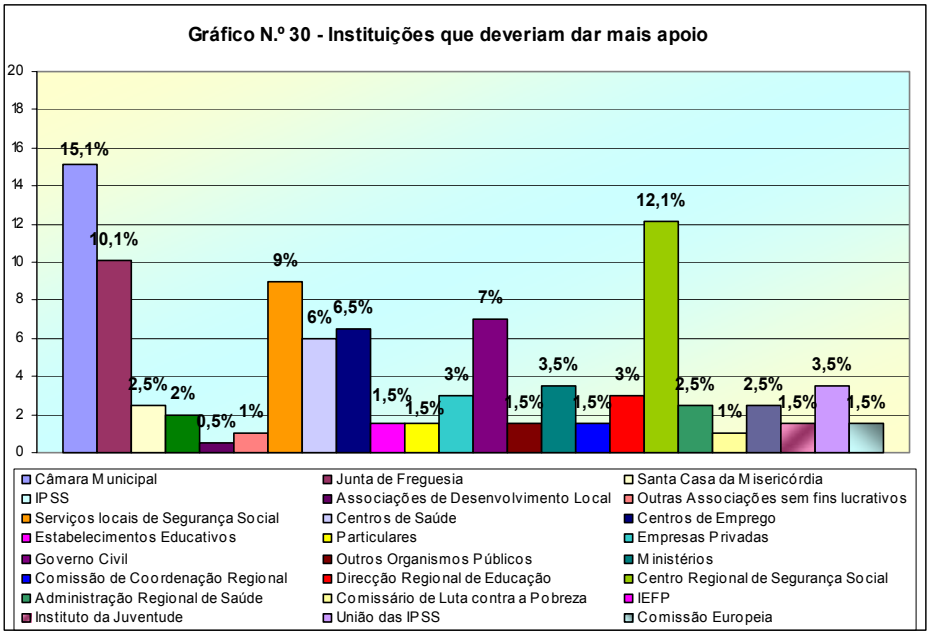
Quanto ao tipo de trabalho/colaboração desenvolvido com outras instituições, o gráfico 29 demonstra-nos que este tipo de trabalho consiste, particularmente, no intercâmbio de informação (34,3%), na colaboração pontual de projectos de intervenção social (19,7%), em acordos de cooperação (14,6%) e na colaboração/desenvolvimento regular de projectos (11,4%). Ao nível dos concelhos, não se verificam grandes diferenças no que concerne o tipo de trabalho desenvolvido (ver quadro A49 em anexo).

Podemos ainda referir que o tipo de trabalho desenvolvido com as Câmaras Municipais baseia-se no intercâmbio de informação, na cedência de espaços e equipamentos e em parcerias em grupos de trabalho de Acção Social. Ao nível do Centro Regional de Segurança Social, destacam-se os acordos de cooperação, assim como ao nível das IPSS salienta-se o intercâmbio de informação. Destaca-se ainda ao nível do IEFP o desenvolvimento regular de projectos - ver quadro A50 em anexo.

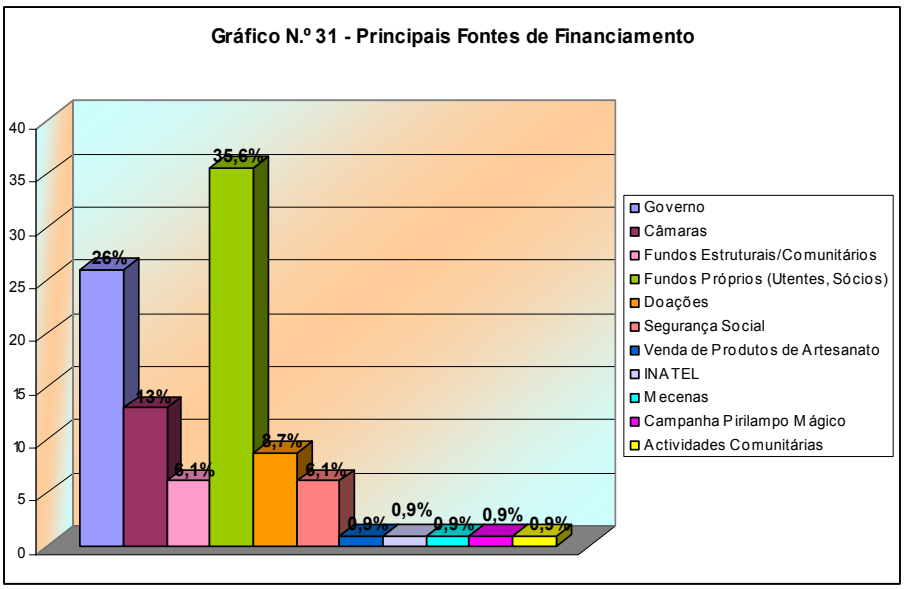
Instituições que deveriam dar mais Apoio

O gráfico a seguir exposto (gráfico 30) refere-se às opiniões emitidas sobre os apoios prestados por outras entidades. Pelos dados constatamos que esperam mais apoios, principalmente por parte das entidades públicas, uma vez que estas registam maiores percentagens, destacando-se a Câmara Municipal (15,1%), o Centro Regional de Segurança Social (12,5%), as Juntas de Freguesia (10,1%), os Serviços Locais de Segurança Social (9%),

o Governo Civil (7%), os Centros de Emprego (6,5%) e os Centros de Saúde (6%). As opiniões não divergem substancialmente nos dois concelhos em análise (ver quadro A52 em anexo).



Fontes de Financiamento



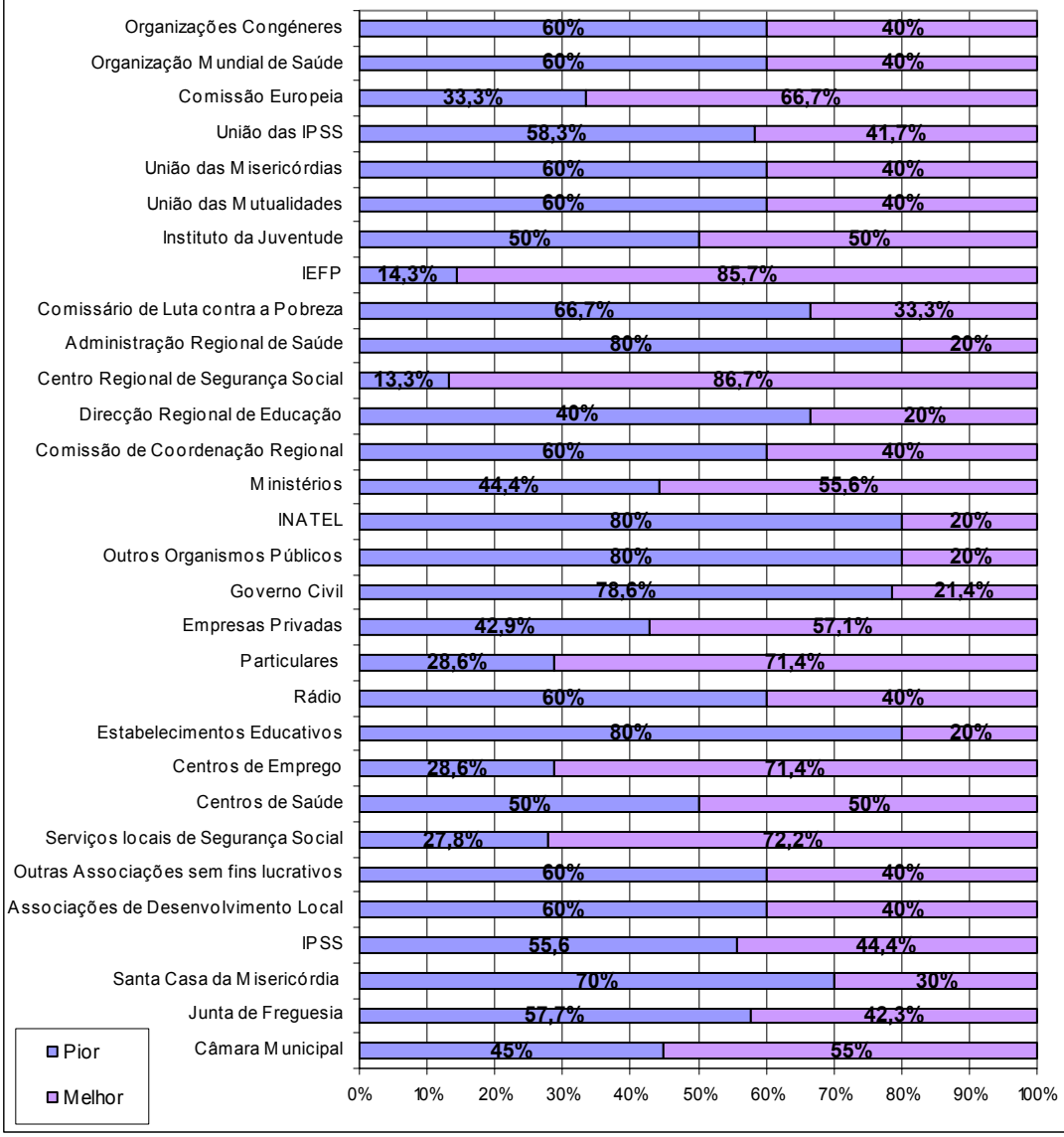
Média = 2,6

Observando o gráfico 31, constata-se que a principal fonte de financiamento das instituições provém do Estado, uma vez que 26% são financiadas pelos Governos, 13% pelas Câmaras Municipais, 6,1% pela Segurança Social e 0,9% pelo INATEL, o que perfaz um total de 46%. Entre o Estado e as instituições de solidariedade social são estabelecidos acordos de cooperação, sendo um deles a comparticipação financeira do Estado, como contrapartida dos serviços que essas entidades prestam à comunidade.

Em média cada instituição possui três fontes de financiamento. A seguir ao financiamento do Estado seguem-se os fundos próprios com 35,6%, receitas obtidas através do pagamento das mensalidades dos utentes e das cotas dos sócios. Para além disso, dez instituições (8,7%) referiram receber doações para o prosseguimento das suas actividades. A promoção e o desenvolvimento de projectos comunitários permitem a 6,1% das instituições receber financiamento por parte dos fundos estruturais/comunitários. Outros tipos de fontes de financiamento foram ainda, referidas embora, com percentagens pouco significativas, tais como a venda de produtos de artesanato, mecenas, campanhas e outras actividades.

Em termos concelhios, não se verificam grandes assimetrias quanto às fontes de financiamento (ver quadro A54 em anexo).

Gráfico N.º 32 - Opinião das Instituições sobre os Apoios Financeiros



O gráfico anteriormente exposto (gráfico 32) demonstra-nos as opiniões das instituições sobre os apoios financeiros prestados por instituições/organizações. Verificamos que existem opiniões mais favoráveis que outras. Por exemplo, o apoio prestado pelos Serviços Locais de Segurança Social, pelos Centros de Emprego, por Particulares, pelo Centro Regional de Segurança Social, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pela Comissão Europeia demonstram elevado nível de satisfação. Em contrapartida, o apoio financeiro prestado pelos Estabelecimentos Educativos, pelo Governo Civil, pelo INATEL e por outros organismos públicos evidenciam uma opinião menos favorável.

Para analisar mais em pormenor as opiniões emitidas, remetemos para a análise dos quadros A55, A56, A57, A59 e A60 em anexo.

Algumas sugestões foram apontadas pelas instituições de forma a melhorar as relações com as outras entidades/organizações. Sugerem um melhor conhecimento das necessidades e trabalho da instituição, maior eficiência no que concerne a troca de informação, entre outras sugestões (ver quadro A61 em anexo).

Relações externas com outras Instituições/Associações

A esmagadora maioria (90,9%) das instituições mantém relações externas com outras associações/instituições - ver quadros A62 e A63 em anexo.

Quadro N.º 20 - Tipo de contactos com outras Associações/Instituições

A Instituição mantém relações externas	V.A	%
Intercambio de Experiências	30	25,6
Informativo	25	21,4
Recreativos	23	19,7
Culturais	23	19,7
Apoio Social	16	13,6
Total	**117**	**100**

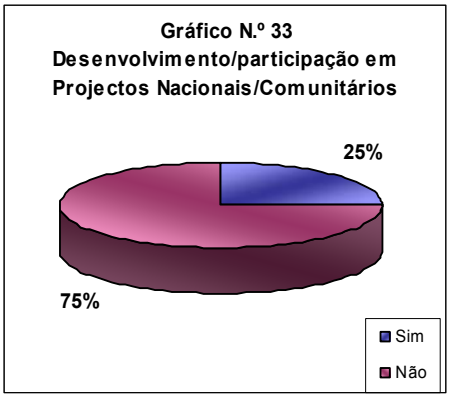
Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas
Média = 2,7

Em média as relações externas são estabelecidas através de três tipos de contactos - quadro 20. Os tipos de contactos estabelecidos referem-se essencialmente ao intercâmbio de experiências (26,6%), ao intercâmbio de informação (21,4%), actividades recreativas (19,7%) e culturais (19,7%).

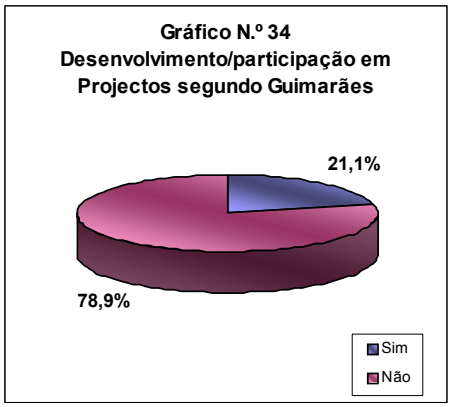
Os tipos de contactos estabelecidos que prevalecem em Guimarães são idênticos aos que prevalecem em Vizela (ver quadro A64 em anexo).

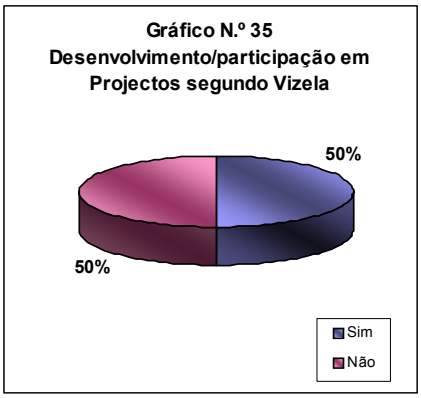
Desenvolvimento/participação em Projectos Nacionais/Comunitários

Através do tratamento dos dados acerca da participação/desenvolvimento de projectos nacionais/comunitários, obtivemos os seguintes resultados:

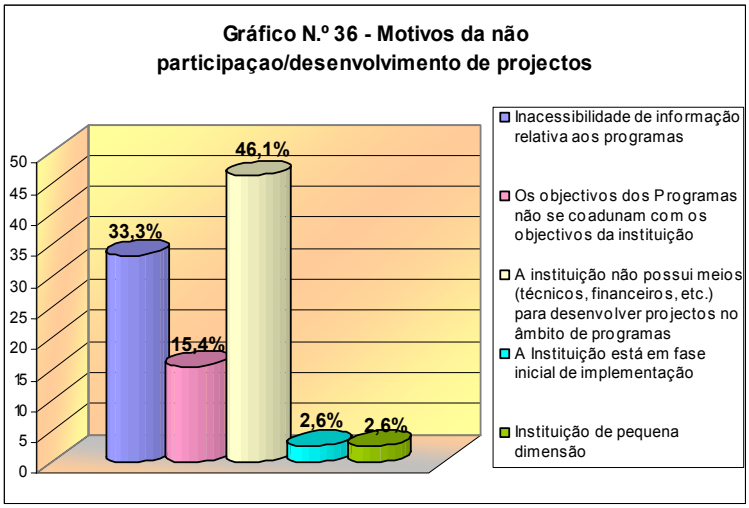


Analisando o gráfico 33 que diz respeito ao desenvolvimento/participação em projectos no âmbito de Programas Nacionais/Comunitários, identifica-se que apenas um quarto (25%) das instituições desenvolve este tipo de projectos.





A promoção e o desenvolvimento de projectos apresenta uma percentagem maior no concelho de Vizela (50%). Em contrapartida, apenas 21,1% das instituições de Guimarães responderam afirmativamente à questão (gráficos 34 e 35).



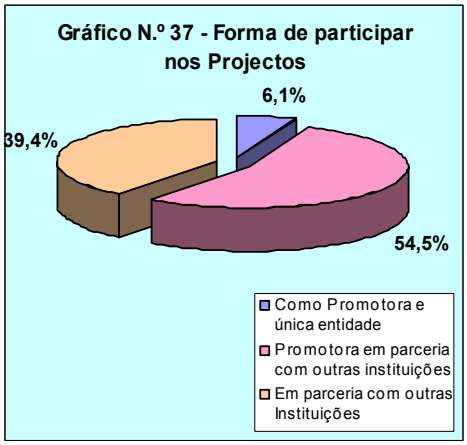
Quanto aos principais motivos de não desenvolvimento/participação de projectos prendem-se essencialmente com o facto de a instituição não possuir meios técnicos e financeiros suficientes (46,1%) e com a inacessibilidade de informação relativa aos programas (33,3%). Referido ainda por 15,4% encontra-se o facto de os objectivos dos programas não se coadunarem com os objectivos da instituição - gráfico 36. Note-se que as opiniões emitidas, a respeito deste *item*, não apresentam diferenças significativas entre os concelhos em análise (ver quadros A68 e A69 em anexo).

Quadro N.º 21 - Interesse em vir a participar em projectos

Interesse em participar em projectos	V.A	%
Sim	33	75
Não	5	11,4
Nr	6	13,6
Total	**44**	**100**

Perguntou-se às instituições (independentemente de desenvolver ou não projectos) se estariam interessadas em participar em projectos - quadro 21. Claramente, a resposta no geral foi afirmativa (75%). Apenas 11,4% referiram não ter interesse em participar em projectos, todas estas localizadas em Guimarães (ver quadro A70 em anexo).[12]

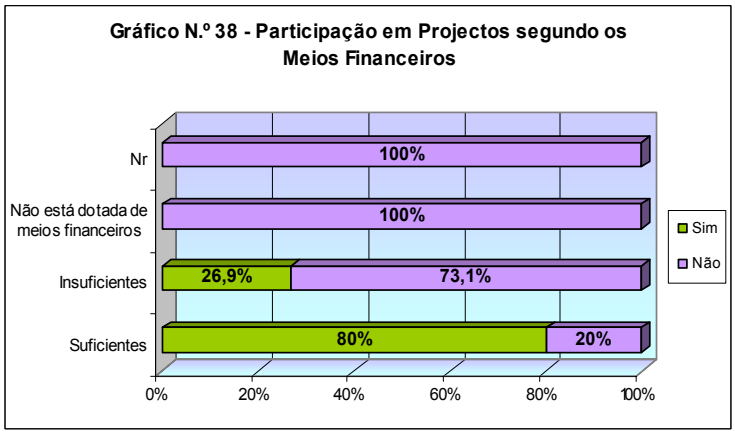
[12] Note-se, que do conjunto das instituições que referiram não desenvolver projectos (ou seja 33), 87,9% referiram que gostariam de vir a desenvolver projectos no âmbito de Programas Nacionais/Comunitários. Apenas quatro instituições, ou seja 12,1% afirmaram não ter interesse em futuramente desenvolver/participar em projectos - ver quadro A71 em anexo.



Relativamente às formas de participar nos projectos, do total das instituições que referiram ter interesse em participar em projectos (33 instituições) evidencia-se claramente uma predisposição para o trabalho de parceria, uma vez que 54,5% responderam que gostariam de ser entidade promotora em parceria com outras instituições e 39,4% em parceria com outras instituições - gráfico 37.

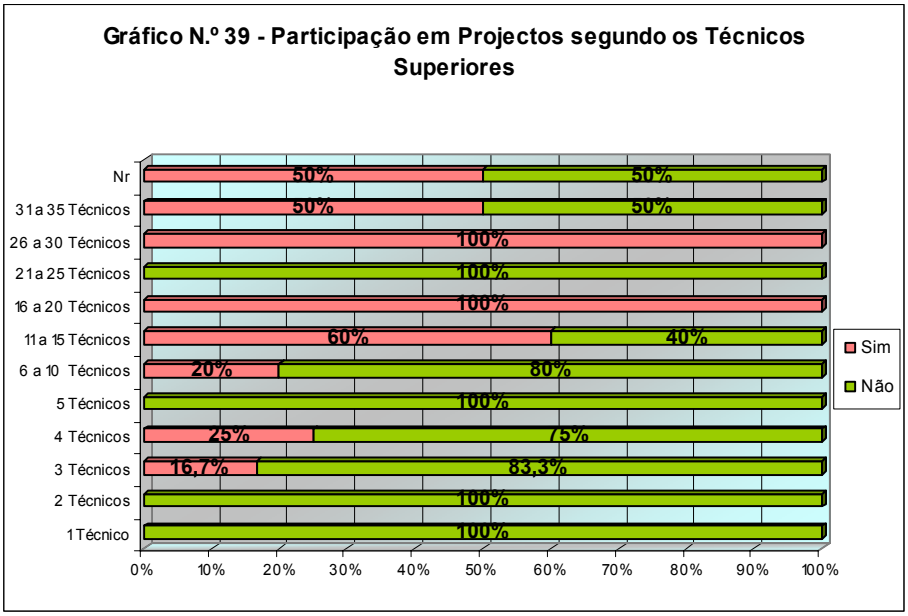
Analisando e comparando os dois concelhos verifica-se que as instituições de Vizela apontam claramente para a preferência de ser a entidade promotora em parceria com outras instituições, enquanto nas instituições de Guimarães as opiniões repartem-se entre ser a entidade promotora e entre ser entidade parceira (50% e 42,9% correspectivamente) - ver quadro A73 em anexo.

Como já foi mencionado, o trabalho em parceria é, hoje, um "método de trabalho" mais preconizado e praticado. Em Portugal é presentemente visível o espírito de parceria, que teve o seu início com o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, no qual o partenariado surgia como um dos princípios fundamentais, princípio este que foi sendo transposto para vários Programas e medidas. Este tipo de trabalho implica uma negociação entre duas ou mais partes, com interesses e objectivos comuns, utilizando as capacidades de cada uma delas na promoção/desenvolvimento de práticas de inclusão social.

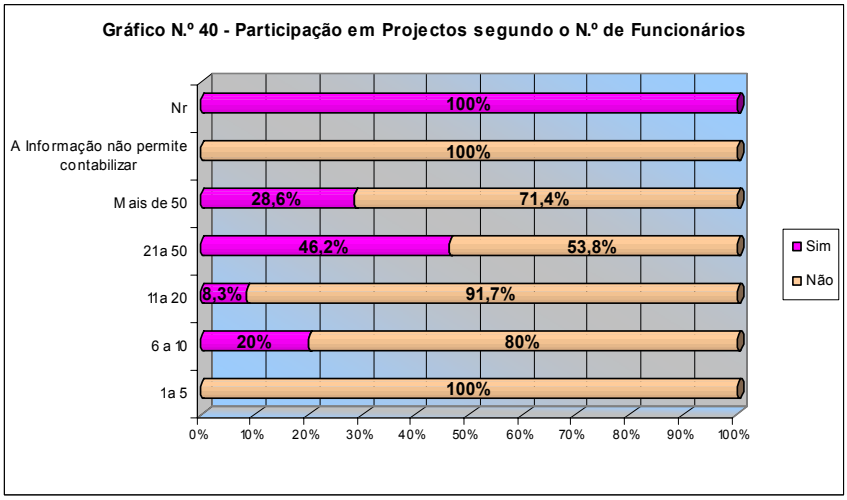


De modo a percepcionarmos de que forma a posse de meios financeiros condiciona a participação/desenvolvimento de projectos, cruzamos as variáveis "posse de meios financeiros" e "participação/desenvolvimento de projectos".

O gráfico 38 demonstra-nos claramente que a posse de meios financeiros condiciona a promoção/participação de projectos, uma vez que 80% das instituições que referiram ter meios financeiros suficientes desenvolvem/participam em projectos nacionais/comunitários. Em contrapartida e por norma, as instituições que não estão dotadas de meios financeiros ou que consideram os seus recursos insuficientes não promovem/participam em projectos.

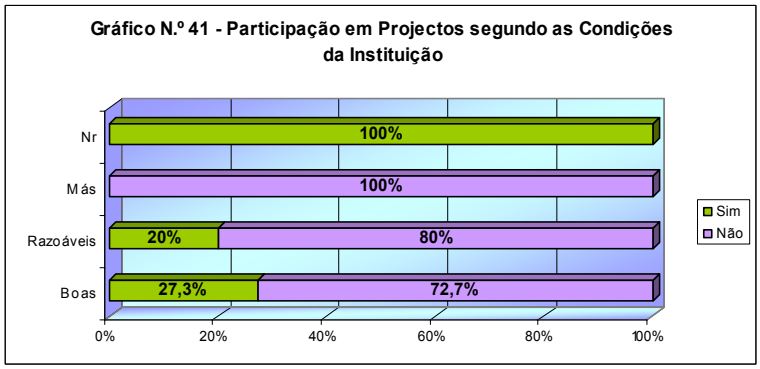


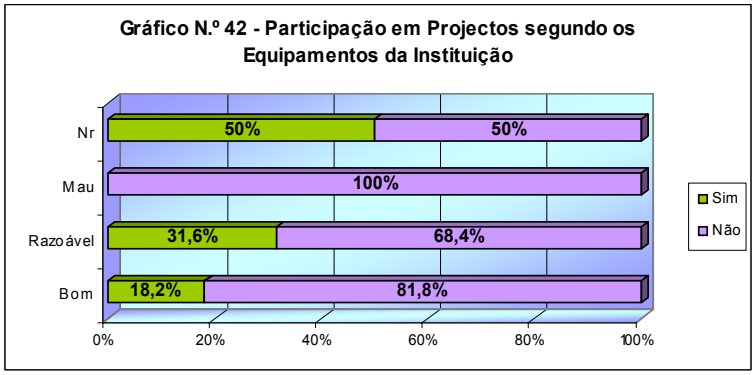
A participação em projectos e a elaboração e apresentação de candidaturas a programas e medidas, quer nacionais, quer comunitários, implicam recursos humanos qualificados. Referimo-nos aos técnicos com habilitações superiores. O gráfico 39 demonstra-nos que existe uma clara tendência para as instituições que possuem mais técnicos desenvolverem ou participarem em mais projectos.



Por sua vez, no que concerne o número de funcionários (gráfico 40) verificamos, que esta variável também condiciona a participação em projectos, ou seja, verifica-se uma tendência das instituições que possuem mais funcionários (maior dimensão) demonstrarem um maior nível de participação em projectos.

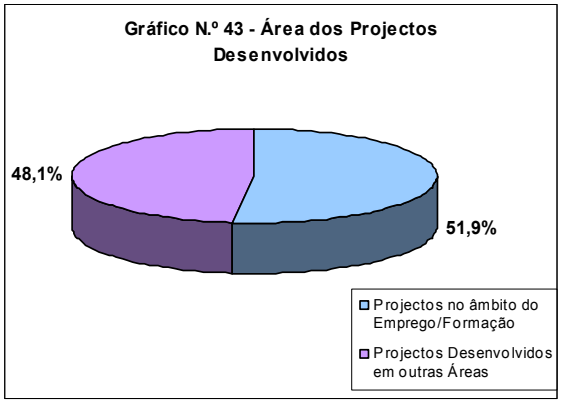
De acordo com o referido anteriormente conclui-se que os meios financeiros disponíveis, assim como os recursos humanos (técnicos superiores e número de funcionários), condicionam de forma directa e proporcional o nível de participação/promoção de projectos.





Observando os gráficos 41 e 42, que cruzam as variáveis "condições da instituição" e "equipamentos da instituição" com "participação em projectos", deduzimos que de alguma forma as condições das instalações e o conjunto de equipamentos disponíveis na instituição condicionam, por sua vez a participação em projectos, embora estas variáveis não tenham tanta influência quanto a posse de meios financeiros e de recursos humanos.

Em suma, podemos concluir que a participação em projectos depende das condições físicas/instalações, equipamentos disponíveis, recursos financeiros e recursos humanos, sendo que estes dois últimos factores evidenciam uma maior significância.



Quadro N.º 22 - Área dos Projectos desenvolvidos, segundo o Concelho

Projectos desenvolvidos	Guimarães		Vizela	
	V.A	%	V.A	%
Projectos no âmbito do Emprego/Formação	11	52,4	3	50
Projectos Desenvolvidos em outras Áreas	10	47,6	3	50
Total	**21**	**100**	**6**	**100**

Tendo em conta que a maioria das instituições considera o desemprego o principal problema social nas respectivas áreas geográficas de intervenção, tentamos perceber de que forma estas canalizam os seus esforços, procurando combater esta problemática, através da promoção e desenvolvimento de projectos.

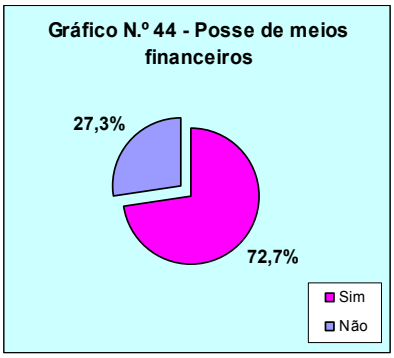
Num conjunto total de 27 projectos identificados (gráfico 43 e quadro 22) foi possível constatar que cerca de metade (51,9%) inserem-se no âmbito da formação/emprego. Estamos a referir-nos essencialmente a projectos desenvolvidos no âmbito do POEFDS (Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social), do POSI (Programa Operacional da Sociedade de Informação), entre outros (consultar anexo 4 - Listagem dos Projectos Desenvolvidos).

Podemos assim concluir que as instituições, tendo percepção do principal problema que atinge a região (o desemprego), procuram, consoante os recursos financeiros e humanos disponíveis, contribuir para a atenuação deste problema social, principalmente no que concerne a promoção de projectos de qualificação escolar e formação profissional. No entanto, convém não esquecer, que de acordo com as análises anteriores, a percentagem de respostas sociais no seu todo direccionadas especificamente para o combate ou atenuação do desemprego, é de apenas 9,3%, ou seja, afiguram-se insuficientes perante o alastrar desta problemática[13].

[13] Ver *item* Respostas Sociais - quadro 16.

Recursos Financeiros

Com o intuito de analisar os recursos financeiros das instituições objecto do nosso estudo, o gráfico e quadros a seguir apresentados permitem-nos retirar os seguintes resultados:



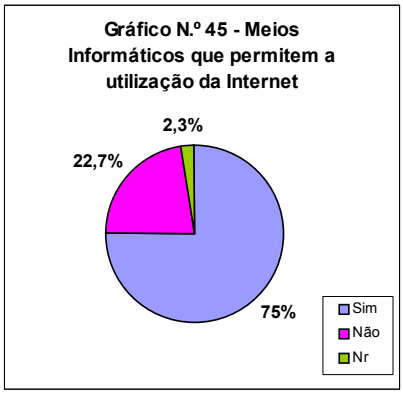
Pelo gráfico 44 verifica-se que a maior parte das instituições está dotada de meios financeiros (72,7%). No entanto, destas 33 instituições, 26 referem que são insuficientes - ver quadros A82, A83 e A84 em anexo. Não podemos deixar de salientar que o facto da maior parte das instituições considerar os seus meios financeiros insuficientes, pode estar directamente relacionado e condicionar o desenvolvimento de determinadas respostas sociais, uma vez que dependentes dos recursos financeiros, encontram-se os recursos humanos, as condições físicas de trabalho e os equipamentos disponíveis, recursos estes indispensáveis para o desenvolvimento de acções.

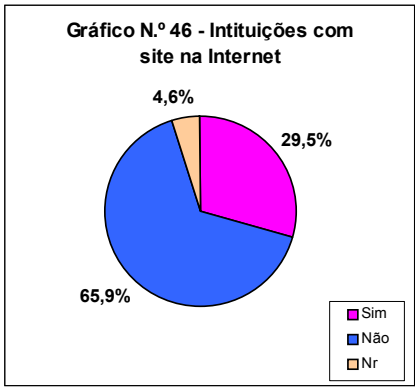
O tipo de despesas efectuadas pelas instituições dizem respeito, sobretudo, a despesas ordinárias (40,9%) e despesas ordinárias e extraordinárias (38,6%). Assim, como as receitas são também na sua maioria ordinárias (50%) - ver quadros A85, A86, A87 e A88 em anexo. As despesas ordinárias compreendem as despesas correntes, ou seja, de manutenção, enquanto que as despesas extraordinárias referem-se àquelas que são excepcionais/extra, fora do orçado.

Recursos Informáticos

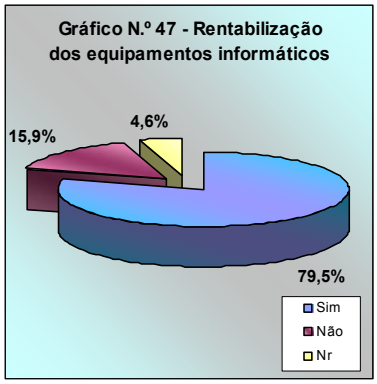
Passando a analisar os recursos disponíveis pelas instituições ao nível informático, deduzimos pelo gráfico 45 que 75% possuem computador que permite a utilização da *Internet*, não se verificando grandes assimetrias, comparando os dois concelhos em análise (ver quadro A90 em anexo).

Cerca de 30% das instituições possuem um *site* institucional na *Internet* - gráfico 46 - sendo que, a este nível, se destacam as instituições de Guimarães com maior percentagem (ver quadro A92 em anexo).





No que concerne a rentabilização dos equipamentos informáticos por parte dos recursos humanos (gráfico 47), a grande maioria (79,5%) das instituições refere que os recursos humanos têm competências para a rentabilização desse tipo de equipamento. Esta opinião verifica-se tanto em Guimarães como em Vizela (ver quadro A94 em anexo).



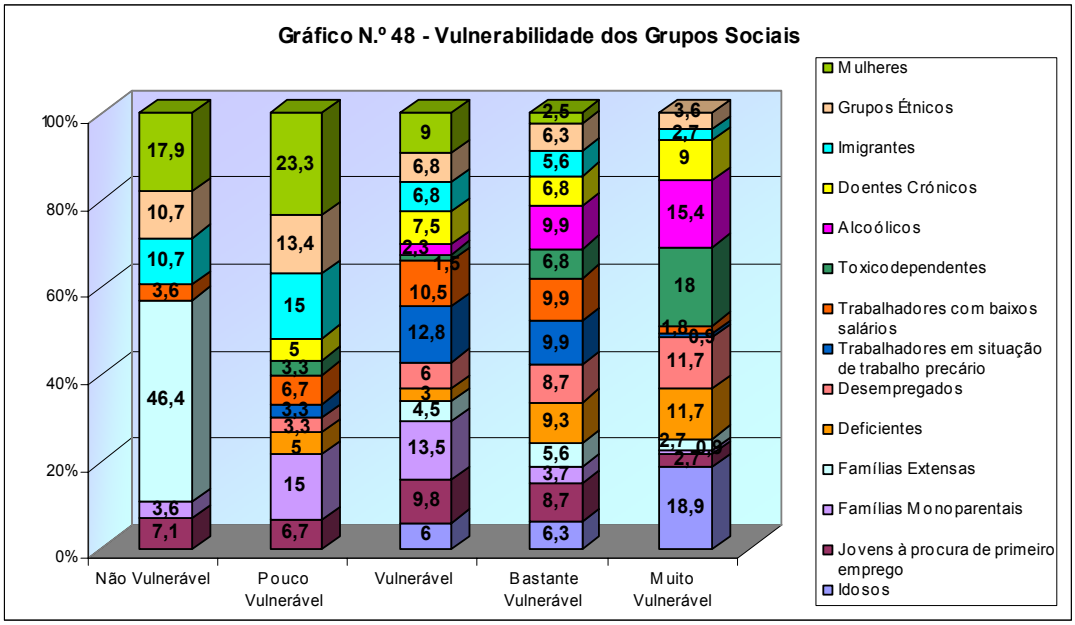
Representações sobre a Exclusão Social e formas de intervenção para a sua atenuação

Neste *item* encontram-se presentes as representações das instituições relativas à exclusão social, sobretudo no que concerne a identificação dos grupos em vulnerabilidade a um nível mais amplo que a área geográfica de intervenção e a responsabilidade pela resolução dos problemas sociais.

Grau de Vulnerabilidade dos Grupos Sociais

Centrando agora a nossa análise na percepção das instituições sobre a vulnerabilidade dos grupos sociais face às situações de pobreza e exclusão social, verificamos que os grupos considerados muito vulneráveis são: os idosos (18,9%), os toxicodependentes (18%), os alcoólicos (15,4%), os deficientes e os desempregados (com respectivamente 11,7%) - quadro 48. Pelo contrário, os grupos sociais considerados menos vulneráveis são as famílias extensas (46,4%), as mulheres (17,9%), os imigrantes e os grupos étnicos (10,7%). Podemos verificar

que, analisando os concelhos, não se verificam grandes diferenças de opinião entre eles (ver quadro A96 e A97 em anexo).

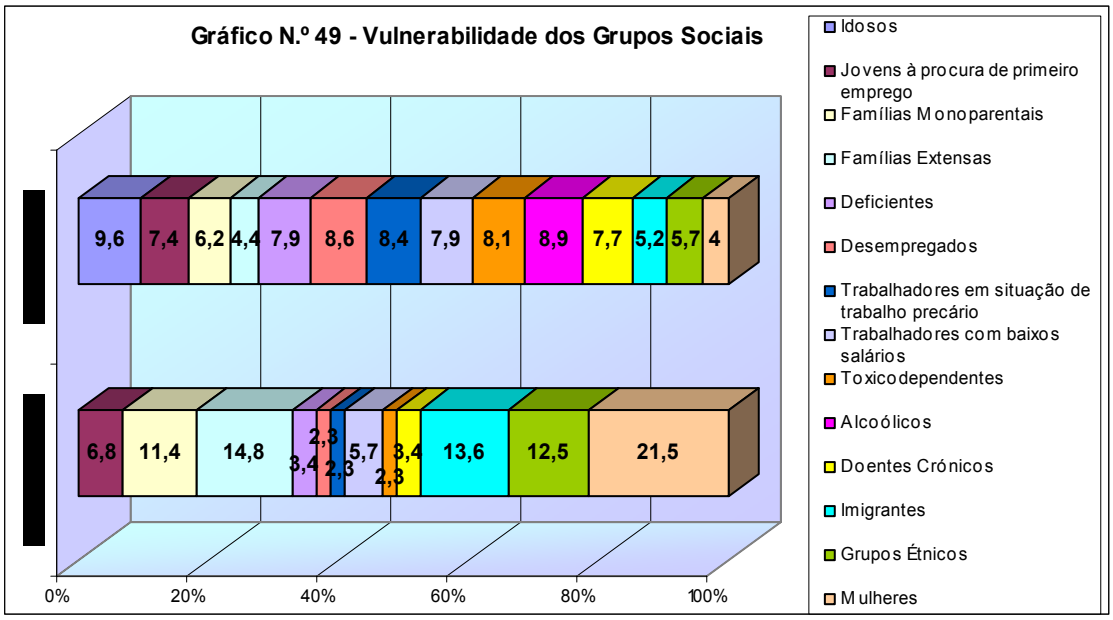


De forma a simplificar a nossa análise e, à semelhança da análise dos problemas sociais identificados pelas instituições na respectiva área de intervenção, foram criadas duas grandes categorias: “menos vulnerável” (que agrega as categorias “não vulnerável” e “pouco vulnerável”) e a categoria “mais vulnerável” (que agrega as categorias “vulnerável”, “bastante vulnerável” e “muito vulnerável”) - gráfico 49.

Em termos gerais, podemos constatar que as opiniões encontram-se bastante repartidas. Verificamos novamente que as categorias sociais “mais vulneráveis” são os idosos, os alcoólicos, os desempregados, os toxicodependentes e os deficientes. Acresce a estas categorias consideradas “mais vulneráveis” os trabalhadores em situação de trabalho precário. Em relação aos grupos considerados “menos vulneráveis” destacam-se as mulheres (21,5%), as famílias extensas (14,8%), os imigrantes (13,6%), os grupos étnicos (12,5%) e as famílias monoparentais (11,4%).

As instituições de Guimarães e Vizela apresentam situações muito semelhantes (ver quadro A99 e A100 em anexo).

Posto isto, podemos deduzir que as problemáticas que afectam a terceira idade continuam a ser dos problemas mais graves da sociedade portuguesa. Como é do nosso conhecimento, o nosso país tem uma estrutura etária visivelmente envelhecida, sendo que a maioria dos idosos aufere pensões inferiores ao valor do salário mínimo nacional e poucos são aqueles que o ultrapassam, encontram-se numa situação de grande venerabilidade a vários níveis como, por exemplo, ao nível da habitação, da saúde ou do isolamento social (nomeadamente abandono familiar). Contudo, outros grupos sociais começam a ganhar visibilidade, como é o exemplo dos toxicodependentes, dos alcoólicos, dos deficientes e desempregados, ou seja, aumentou a visibilidade da chamada “nova pobreza”.



Responsabilidade pela resolução dos Problemas Sociais

Quadro N.º 23 - Responsabilidade pela Resolução dos Problemas Sociais

Responsabilidade pela resolução dos problemas sociais	V.A	%
Governo	39	44,3
Sociedade Civil/Outras formas de Organizações	16	18,2
Família	12	13,6
União Europeia	7	8
Autarquias	7	8
Individuo(s)	3	3,4
Assembleia da Republica	2	2,3
Partidos Políticos	1	1,1
Empresas	1	1,1
Sindicatos	-	-
Igreja(s)/Confissões Religiosas	-	-
Total	**88**	**100**

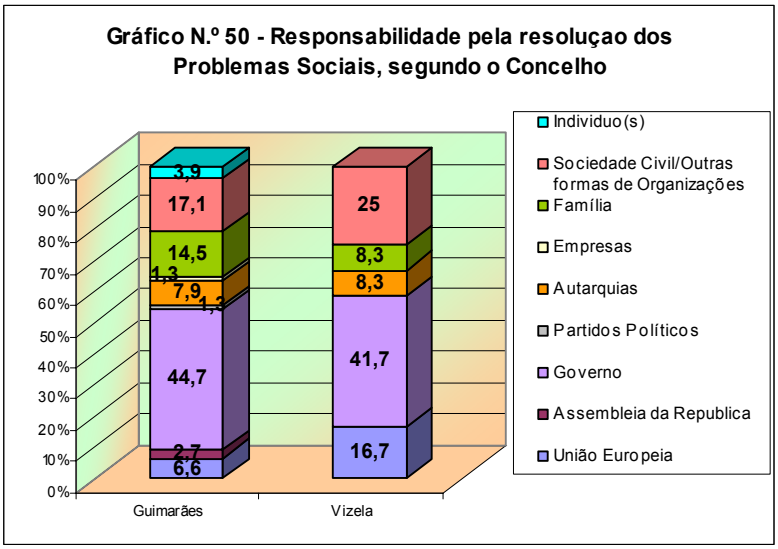
Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas.

A opinião das instituições inquiridas relativamente à responsabilidade pela resolução dos problemas sociais - quadro 23 - demonstra claramente que esta é atribuída essencialmente ao Governo (44,3%). Se somarmos esta percentagem às percentagens afectas à Assembleia da Republica e as Autarquias (que perfaz um total de 54,6%) deduzimos claramente que as instituições atribuem a responsabilidade pela resolução dos problemas sociais ao Estado. Note-se que, apesar da visibilidade que, presentemente, as entidades particulares de solidariedade social demonstram, o Estado continua a ser o principal responsável pela área da promoção da acção social, sendo que é este que delega a tais entidades essa legitimidade. O Estado tem o papel de fiscalizar e financiar estas instituições, e de coadunar os seus objectivos com os da Segurança Social.

Para além disso, 18,2% das instituições atribuem a responsabilidade pela resolução dos problemas à Sociedade Civil/outras formas de organizações, à família (13,6%), e à União Europeia (8%). As percentagens menos significativas dizem respeito ao indivíduo (3,4%), aos partidos políticos e às empresas (com respectivamente 1,1%).

A referência à família pode ser vista na medida em que esta constitui a maior fonte de apoio aos indivíduos, uma vez que é no seio desta que se constituem os laços sociais mais fortes, identificando-se como uma rede de suporte primária. Por sua vez, o indivíduo(s), como responsável pela resolução dos problemas sociais, remete-nos para um conceito bastante actual - *empowerment* (empoderamento). A intervenção social implica hoje adoptar uma óptica de *empowerment*, ou seja, uma partilha de poder com o utente de forma a capacitá-lo de uma certa autonomia para que este seja capaz de solucionar os seus próprios problemas. O *empowerment* visa ainda desenvolver capacidades para fazer escolhas informadas, bem como promover a participação na tomada de decisões. Implica, portanto, a participação do indivíduo no seu processo de inclusão social.

A responsabilidade social das empresas foi também referida, na medida em que estas devem promover um desenvolvimento sustentável e não só centrar-se numa única finalidade - o lucro. As empresas devem contribuir de uma forma positiva para o desenvolvimento social.



Observando o gráfico 50, tanto as instituições de Guimarães como de Vizela atribuem maior responsabilidade ao Governo. Para além disso, verifica-se uma tendência para as instituições de Vizela salientarem a responsabilidade da Sociedade Civil/ outras formas de organizações e da União Europeia para a resolução dos problemas sociais. A par da sociedade civil, as instituições de Guimarães destacam a família e o indivíduo.

Beneficiários da Intervenção Social

Quadro N.º 24 - Beneficiários da Intervenção Social da Instituição

Beneficiários da Intervenção	V.A	%
Os grupos socialmente mais desfavorecidos	36	54,5
Os grupos em situação de risco	22	33,3
Outras Instituições de Solidariedade Social	-	-
A população em geral	8	12,2
Total	**66**	**100**

Os valores absolutos e as percentagens referem-se ao nº total de respostas válidas obtidas

Através da análise dos dados relativos aos beneficiários preferenciais da intervenção social, verificamos que a maioria das instituições (54,5%) considera que os grupos socialmente mais desfavorecidos devem ser os principais beneficiários da intervenção; 33,3% consideram ser os grupos em situação de risco - quadro 24.

Para finalizar, podemos ainda referir que algumas medidas foram apontadas pelas instituições como sendo as mais adequadas no sentido de combater a pobreza e a exclusão social, tais como um maior investimento na Formação e Educação, acompanhamento/apoio das famílias carenciadas, estabelecimento de parcerias, entre outras medidas (ver quadro A103 em anexo).

Conclusão

Uma vez realizadas as várias etapas deste trabalho de investigação, chegamos ao momento de revelar as suas principais conclusões, nas quais constam a confirmação ou refutação das hipóteses de trabalho definidas *a priori*.

As problemáticas da pobreza e exclusão social são múltiplas nas suas causas e pluridimensionais pelo que, para a sua atenuação e resolução, torna-se necessário um conjunto diversificado de respostas dirigidas aos vários grupos sociais em situação ou em risco de vulnerabilidade a estes fenómenos. Tem sido desenvolvido vários tipos de respostas por parte das entidades particulares de solidariedade social, que se têm vindo a destacar no âmbito da acção social no nosso país. Assim, com este estudo procuramos analisar as várias componentes da intervenção social por parte destas entidades nos concelhos de Guimarães e Vizela, nomeadamente no que concerne a sua caracterização institucional, modelo de gestão e prioridades de organização, identificação dos problemas sociais na área geográfica de intervenção, desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e intervenção e representações sobre a exclusão social e formas de intervenção para a sua atenuação.

Uma vez realizada a etapa da verificação empírica, na qual se analisaram os dados recolhidos através da aplicação do inquérito, com o recurso ao programa informático SPSS (Statistical Program for Social Sciences), é então chegado o momento de apresentação dos principais resultados que daí decorreram.

Após o tratamento dos dados relativos à caracterização institucional, chegamos à conclusão que a maior parte (61,3%) das instituições inquiridas tem estatuto jurídico de IPSS, seguindo-se as Fundações e as Casas do Povo, os Centros Sociais e as Associações e, ainda, uma Misericórdia, uma Cooperativa e uma ONG. Estas são, na sua maioria, de constituição recente, ou seja, foram fundadas, sobretudo, a partir dos anos 80, nomeadamente, as IPSS. À excepção das Cooperativas e das Fundações, que registam uma ligeira tendência de intervenção num âmbito geográfico mais amplo (regional ou nacional), todas as outras instituições têm um âmbito de intervenção micro (freguesia, inter-freguesias e concelho).[14]

No que diz respeito às instalações das instituições, estas encontram-se satisfeitas com as suas condições de espaço, assim como com o conjunto dos equipamentos disponíveis[15].

Grande parte das instituições são de média dimensão (11 a 50 funcionários) ou de pequena dimensão (1 a 10 funcionários)[16], sendo que em Guimarães evidencia-se, comparativamente, ao que se observa em Vizela, uma maior dimensão das instituições.[17] As instituições de pequena e média de dimensão têm uma tendência para actuarem mais ao nível micro (freguesia, inter-freguesias e concelho), enquanto as de grande dimensão tendem a actuar a

[14] 40,9% das instituições têm âmbito de intervenção concelhio, 27,7% actuam ao nível inter-freguesias, 18,2% ao nível da freguesia/paróquia, perfazendo um total de 86,8% de instituições que actuam a um nível micro. Apenas 13,6% actuam para além do âmbito geográfico concelhio (nacional, regional e transnacional).

[15] As condições e equipamentos das instituições foram considerados por respectivamente 95,4% e 93,2% das instituições, boas ou razoáveis.

[16] Pequena dimensão = 22,9%; média dimensão = 56,8%; grande dimensão = 15,9%.

[17] 50% das instituições de Vizela são de pequena dimensão, contra 18,4% registadas em Guimarães; 66,6% das instituições de Guimarães são de média dimensão contra 33,4% registadas em Vizela.

um nível supra-concelhio (nacional, regional e transnacional). Podemos, assim, afirmar que se verifica uma correlação proporcional entre o número de funcionários e a área geográfica de intervenção.

As Crianças/Jovens e Idosos constituem o público-alvo por excelência das instituições inquiridas, pelo que se constata que têm um público-alvo de cariz tradicional, seguindo-se as famílias e os deficientes. Com um nível de significância bastante inferior, encontram-se os fenómenos designados de nova pobreza que, por serem alvo de preocupação mais recente, registam um menor número de respostas, tais como os alcoólicos, os toxicodependentes, os sem-abrigo entre outros. Em média cada instituição de Guimarães intervém junto de dois tipos de público-alvo, enquanto em Vizela este número eleva-se para quatro. Assim, deduz-se que as instituições de Vizela evidenciam-se por uma maior diversificação de destinatários.

Em concordância com os principais públicos-alvo (crianças/jovens e idosos), destacam-se as valências Centro ATL, Apoio Domiciliário, Creche, Jardim-de-Infância, Centro de Dia e Lar de Terceira Idade.[18] Contudo, as valências dirigidas a este públicos registam maiores percentagens no concelho de Guimarães do que em Vizela[19], sendo que Vizela se destaca em relação às valências destinadas aos toxicodependentes, aos alcoólicos, apoio às vítimas de maus tratos, formação profissional e de valências de carácter mais geral. Em média, cada instituição de Guimarães e de Vizela desenvolve três tipos de valências.

Relativamente aos recursos humanos, a maioria dos técnicos superiores possui formação nas áreas das Ciências Sociais e Educação, com destaque para os Educadores de Infância, Psicólogos, Técnicos Superiores de Serviço Social e Animadores Sócio-culturais. No geral, a maior parte (59%) das instituições possui entre um a cinco técnicos superiores. O pessoal voluntário constitui também uma componente dos recursos humanos das instituições, pelo que 50% das instituições referiram desenvolver práticas de voluntariado, contudo estas práticas são mais exercidas nas instituições de Vizela[20]. Os cargos directivos constituem os cargos mais desempenhados pelo corpo de voluntários (40,7%), seguindo-se o trabalho técnico (27,5%), não se verificando grandes assimetrias em relação ao género.

Proporcionar formação adequada e contínua aos técnicos é considerada pelas instituições de Guimarães como a melhor forma de melhorar o desempenho dos recursos humanos. As instituições de Vizela, por sua vez, também privilegiam a formação profissional e contínua, mas dirigida aos voluntários.

A integração em organismos revela-se, sobretudo, ao nível da União das IPSS (43%), da Rede Social (35,4%) e da REAPN (12,6%). Em média cada instituição integra dois organismos nacionais. No entanto, nenhuma instituição referiu integrar organismos internacionais.

No que diz respeito aos dirigentes, verifica-se uma correlação directa e proporcional entre o grau de escolaridade e o cargo directivo desempenhado, ou seja, à medida que se vai descendo na hierarquia dos cargos directivos, o nível de escolaridade tem tendência a diminuir.

[18] As valências que se destinam às crianças/jovens totalizam 47,9% e as que se destinam aos idosos totalizam 31,1%.
[19] 53,9% das valências registadas em Guimarães destinam-se a crianças/jovens contra 14,2% registadas em Vizela; 33,1% das valências registas em Guimarães destinam-se aos idosos, contra 19% registadas em Vizela.
[20] 83,3% das instituições de Vizela referiram desenvolver práticas de voluntariado contra 44,7% registadas em Guimarães.

Assim, a maioria dos presidentes e vice-presidentes detém um nível de escolaridade superior, logo, maioritariamente profissões intelectuais e científicas, com destaque do clero no cargo de presidente. As percentagens referentes a este grau de ensino vão diminuindo nos restantes cargos directivos. O mesmo se verifica no inverso, os níveis de ensino mais baixos correspondem aos cargos mais baixos da hierarquia.

No que concerne a gravidade dos problemas sociais, nas respectivas áreas geográficas de intervenção, o desemprego consiste no problema social considerado mais grave por parte das instituições inquiridas, seguindo-se a pobreza, os problemas sociais relacionados com a terceira idade, o alcoolismo e a toxicodependência[21]. Em contrapartida, os problemas sociais relacionados com as minorias étnicas e os imigrantes são aqueles que registam menor gravidade, seguindo-se a violência familiar, as crianças e jovens em risco e a delinquência.[22]

Contudo, podemos deduzir que as respostas destas entidades são insuficientes em relação a alguns dos problemas considerados mais graves. Estamos a referir-nos ao desemprego, ao alcoolismo e à toxicodependência, uma vez que as respostas existentes para fazer face a este tipo de problemas apresentam percentagens muito baixas[23]. Em contrapartida, as respostas direccionadas à Terceira Idade, Educação Escolar, Crianças e Jovens em Risco e à pobreza registam as maiores percentagens. Desta forma, confirma-se a Hipótese N.º 1, na medida em que se verifica uma insuficiência de meios e de respostas sociais por parte das instituições aos problemas considerados mais graves nas áreas geográficas de intervenção, podendo prolongar a situação de exclusão social em que os grupos mais vulneráveis se encontram (ver pág. 55).

Apesar da maioria das instituições (72,7%) referir possuir recursos financeiros próprios, é relevante o número de instituições que refere que estes são insuficientes. Os recursos financeiros limitados podem ser um condicionante na dinâmica das instituições no que concerne o desenvolvimento de determinadas respostas sociais, uma vez que dos recursos financeiros estão dependentes os recursos humanos, as condições físicas de trabalho os equipamentos disponíveis. Assim, a insuficiência de recursos financeiros são um constrangimento para a instituição, limitando, deste modo, a sua acção.

Fazendo uma abordagem aos apoios e às fontes de financiamento, as entidades públicas, nomeadamente, as Autarquias, o Centro Regional de Segurança Social, o Governo Civil, os Centros de Saúde e os Centros de Emprego são as entidades que deveriam dar mais apoio, segundo a opinião da maioria das instituições inquiridas. Por sua vez, o Estado constitui a principal fonte de financiamento, seguindo-se os fundos próprios (mensalidade dos utentes e cotas dos sócios)[24]. Em média cada instituição possui três fontes de financiamento. As opiniões das instituições acerca dos apoios financeiros revelam-se mais positivas em relação aos Serviços Locais de Segurança Social, Centros de Emprego, Particulares, Centro Regional de Segurança Social, IEFP e Comissão Europeia. Um menor nível de satisfação foi demonstrado

[21] Desemprego = 15,8%; pobreza = 13,8%; idosos = 12,3%; alcoolismo = 11,9% e a toxicodependência = 11,2% - estes valores referem-se à categoria "mais grave" (congrega as categorias "grave", "bastante grave" e "muito grave").
[22] Segundo a categoria menos grave (que congrega as "não existência do problema" e "pouco grave").
[23] Desemprego = 2,8%; Formação Profissional = 6,5%; Toxicodependência = 2,8% e Alcoolismo = 4,6%.
[24] 26% das instituições são financiadas pelos Governos, 13% pelas Câmaras Municipais, 6,1% pela Segurança Social e 0,9% pelo INATEL, que perfaz um total de 46% de instituições financiadas pelo Estado. Os fundos próprios correspondem a 35,6%.

relativamente aos Estabelecimentos Educativos, Governo Civil, INATEL e outros organismos públicos.

Para detectar os problemas sociais, as instituições privilegiam o contacto e as solicitações directas da população, seja pelo contacto ou por solicitações directas à população (no total 62,1%), salientando-se ainda o recurso a outras instituições (20%).

No que concerne a auto-avaliação das instituições quanto à sua actuação relativamente aos problemas identificados, no geral a opinião emitida foi favorável e optimista, uma vez que consideram contribuir de uma forma efectiva e directa para a resolução dos problemas. Contudo, foram referidas opiniões menos favoráveis por parte das instituições de Guimarães do que de Vizela.

O trabalho em parceria é hoje um "método de trabalho" bastante praticado, sobretudo, ao nível local. Tal pode constatar-se pelo elevado número de instituições (68,8%) que referiu trabalhar/colaborar com outras entidades a nível local, nomeadamente com entidades públicas com destaque para as Autarquias e os Serviços locais de Segurança Social. Com valores mais baixos (29,6%) surgem as parcerias a nível regional/nacional, com destaque para o Centro Regional de Segurança Social, a União das IPSS e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Apenas uma instituição referiu desenvolver trabalho de colaboração ao nível internacional. Importa salientar, que em média cada uma das instituições trabalha/colabora com outras dez, o que vem demonstrar uma efectiva valorização do trabalho em parceria.

As relações de parceria desenvolvidas concentram-se, sobretudo, no intercâmbio de informação, em acordos de cooperação e na colaboração pontual e regular de projectos de intervenção social.

No que concerne a participação em projectos, apenas 25% das instituições participam/desenvolvem projectos nacionais/comunitários, sendo que em Vizela a percentagem (50%) é mais elevada do que em Guimarães (21,1%). Entre os vários motivos que justificam a não participação, destaca-se a insuficiência de meios técnicos e financeiros (46,1%) e a inacessibilidade de informação relativa aos programas (33,3%). Neste seguimento, verificou-se que os recursos financeiros, os recursos humanos (técnicos superiores e número de funcionários), bem como as condições/instalações e equipamentos disponíveis na instituição (embora estas duas últimas variáveis de forma menos significativa), condicionam de forma directa o nível de participação/promoção de projectos. Quanto mais recursos financeiros e humanos, melhores condições/instalações e equipamentos, maior é o nível de participação/promoção de projectos. Desta forma, confirma-se a Hipótese N.º 2, uma vez que os diversos tipos de recursos referenciados (económicos, humanos e técnicos) condicionam o grau de dinamismo das instituições no que concerne a participação/desenvolvimento de projectos (ver pág. 55).

O interesse das instituições em participar ou desenvolver projectos é bastante significativo (75%), sendo que a maioria está predisposta a trabalhar em parceria.

A área dos projectos desenvolvidos no âmbito do Emprego/Formação é bastante significativa[25], principalmente no que concerne a promoção de projectos de qualificação escolar e formação profissional. Estes, para além de se dirigirem maioritariamente ao problema social considerado mais grave, são na sua maioria desenvolvidos ao nível do concelho, pelo que confirma o que anteriormente foi referido. As políticas sociais são cada vez mais dirigidas para os públicos e comunidades mais desfavorecidos, ou seja, a prioridade junto de uma área/território/grupo específico onde é urgente intervir. Assim, os programas e projectos que actualmente se desenvolvem passam a integrar estas medidas. Face ao exposto, concluímos que as instituições, tendo a percepção de que o desemprego constitui o problema social mais grave na área geográfica de intervenção, canalizam os seus esforços no combate a este problema através, da promoção/desenvolvimento de projectos, consoante os recursos financeiros e humanos disponíveis. Neste entendimento, confirma-se a Hipótese N.º 3 (ver pág. 55).

Contudo, a eficácia destes projectos é algo que fica em aberto, uma vez que não podemos percepcionar até que ponto os projectos desenvolvidos permitem a reinserção social dos indivíduos. Com uma conjuntura económica desfavorável devido ao impacto da globalização, que, entre outras consequências, leva à deslocalização das grandes empresas, em prol de uma mão-de-obra mais barata, o aumento do capital tecnológico que, por sua vez, diminui a força de trabalho e, por conseguinte, o salário pago aos trabalhadores, deparamo-nos com um mercado fortemente marcado por pequenas e médias empresas, as quais se revelam incapazes de dar resposta a estes efeitos. Também, os critérios de diferenciação que vigoram actualmente contribuem para agravar esta problemática, uma vez que cada vez mais são exigidos novos requisitos aos trabalhadores, como qualificação, especialização, experiência e, numa sociedade concorrente e competitiva, coloca aqueles que não possuem estes requisitos numa situação de grande vulnerabilidade ao desemprego. Os indivíduos não têm igual capacidade/oportunidade de controlar e aceder aos recursos. Assim, um dos grandes entraves no combate ao desemprego deve-se à actual conjuntura económica.

Note-se que, apesar de ser significativo o número de projectos desenvolvidos na área do Emprego/Formação, no total das respostas sociais as que são dirigidas especificamente para combater ou atenuar o desemprego é de apenas 9,3%, pelo que se afiguram insuficientes, uma vez que o desemprego é a problemática com maior visibilidade.

Relativamente às representações que estas instituições têm acerca da exclusão social a um nível mais amplo que o da área geográfica de intervenção, estas identificam como grupos mais vulneráveis os idosos, os alcoólicos, os desempregados, os toxicodependentes e os deficientes[26]. Verificamos assim, a visibilidade que adquirem os fenómenos designados de "nova pobreza", apesar das problemáticas que afectam a terceira idade continuarem a ser das que mais afectam a sociedade portuguesa, dada a estrutura etária envelhecida que a caracteriza. Por sua vez, as mulheres, as famílias extensas, os emigrantes, os grupos étnicos e

[25] No total dos 27 projectos desenvolvidos, 51,9% são no âmbito do Emprego/Formação e 48,1% noutras áreas.

[26] Os idosos 9,6%, os alcoólicos 8,9%, os desempregados 8,6%, os toxicodependentes 8,1%, e os deficientes 7,9% são considerados os grupos mais vulneráveis à exclusão social segundo a categoria "mais vulnerável (que agrega as categorias "vulnerável", "bastante vulnerável" e "muito vulnerável").

as famílias monoparentais são os grupos que, na opinião dos representantes das instituições, apresentam menor vulnerabilidade a situações de exclusão social[27].

A responsabilidade pela resolução dos problemas sociais recai sobre o Estado[28]. Segue-se a Sociedade Civil/outras formas de organizações, a família e a União Europeia. Contudo, outros elementos foram referidos como o próprio indivíduo, reforçando a importância de ser ele próprio a empreender a resolução para a sua situação, ou seja, a participação dos indivíduos no seu processo de inclusão social.

Medidas como maior investimento na formação e educação, acompanhamento das famílias carenciadas e o estabelecimento de mais parcerias, foram apontadas como sendo as mais adequadas no combate à pobreza e exclusão social.

Em suma, as instituições inquiridas promovem formas e mecanismos de solidariedade institucional, na medida em que desenvolvem diversos tipos de actividades dirigidas a diferentes tipos de públicos-alvo, canalizam os seus esforços na participação/desenvolvimento de projectos e mostram predisposição para o trabalho em parceria. Todavia, as respostas sociais a determinadas problemáticas consideradas prioritárias (desemprego, alcoolismo e toxicodependência) revelam-se insuficientes, tal como o nível de participação/promoção de projectos, facto que não estará alheio a constrangimentos de ordem económica.

Face ao exposto, e uma vez identificadas as fragilidades e dificuldades de intervenção das instituições em análise, com o intuito de aumentar o nível de participação/desenvolvimento de projectos nacionais/comunitários, as instituições, quando na posse de recursos humanos qualificados, deveriam rentabilizá-los na candidatura a projectos nacionais/comunitários, ou mesmo integrarem-se noutros projectos/grupos de trabalho desenvolvidos por outras entidades. Desta forma, não permaneceriam segregados e isolados dos outros actores sociais e fomentavam o trabalho em parceria, permitindo a troca de experiências, aquisição de novos conhecimentos e metodologias/estratégias de intervenção. Poderiam, também, canalizar para estes grupos de trabalho os trabalhadores voluntários, já que a contratação de técnicos está directamente associada a constrangimentos de ordem económica. Estas entidades deveriam ainda ter em conta estudos/diagnósticos realizados na área geográfica de intervenção, por forma a identificarem os grupos que simultaneamente são mais vulneráveis e menos assistidos, para que não intervenham apenas sobre alguns grupos, e não prolongar ou mesmo agravar a situação de exclusão social em que os mesmos se encontram.

Este estudo contribui para um melhor conhecimento da realidade sócio-institucional de Guimarães e Vizela, procurando, desta forma, contribuir para futuras intervenções a nível local, uma vez que contém uma análise que permite a identificação dos principais actores, públicos-alvo, problemas e respostas sociais, fragilidades, capacidades, entre outros aspectos.

[27] Segundo a categoria “menos vulnerável” (que agregas as categorias “não vulnerável” e “pouco vulnerável”).
[28] O Estado é considerado o principal responsável pela resolução dos problemas sociais por 54,6% das instituições (agrega o Governo, Autarquias e Assembleia da República).

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira, *et al*., *Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 1994.

AMARO, Rogério Roque, *Não à Pobreza - A Inclusão pela Economia*, Lisboa, Comissariado Regional do Norte da Luta Contra a Pobreza, 2001.

Ano Internacional do Voluntariado, Evento sobre Solidariedade Social, Fundação Eugénio d'Almeida, Évora, 2001.

ARAÚJO, Henrique Gomes; SANTOS, Paula Mota; SEIXAS, Paulo Castro (Coords.), *Nós e os Outros: A Exclusão em Portugal e na Europa*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Gradiva Publicações, 1998.

BAPTISTA, Helena, *Pobreza e Exclusão Social: os destinatários do rendimento mínimo Garantido em Vieira do Minho*, Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, 2002, pp. 18-27.

BARROS, Carlos Pestana, "O Sector Não-Lucrativo: uma análise da literatura" *in* BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, José C. Gomes (Orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, José C. Gomes (Orgs.) *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

CABRAL, Manuel Villaverde, "Equidade Social, Estado-Providência e Sistema Fiscal: atitudes e percepções da população portuguesa (1991-1994)" *in Revista de Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 17, Junho 1995.

CAPUCHA, Luís (Coord.) *ONG's de Solidariedade Social - Práticas e Disposições*, *Cadernos REAPN*, N.º 2, Porto, Porto Editora, 1995.

CAPUCHA, Luís, "Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades" *in* VIEGAS, José Manuel; COSTA, Firmino, *Portugal que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998.

CARAPINHEIRO, Graça, "A Globalização do Risco Social", *in* SANTOS, Boaventura de Sousa (Coord.), *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Porto, Editora Afrontamento, 2001.

CARDONA, Maria Celeste e SANTOS, José C. Gomes, "Apoio Fiscal do Estado às Instituições de Solidariedade Social" *in* BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, José C. Gomes (orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

CARREIRA, Henrique Medina, *As Politicas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1996.

Concelho Local de Acção Social de Vizela, *Diagnóstico Social*, 2004.

COSTA, Alfredo Bruto da; BAPTISTA, Isabel; CARDOSO, Ana (Orgs.), *Pobreza e Exclusão Social: Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal*, Actas de Seminário, Centro de Estudos para a Intervenção Social, Lisboa, 2000.

COSTA, Alfredo Bruto da, "Conceito de Pobreza", *in Estudos de Economia*, vol. IV, nº3, Abril - Junho, 1984.

COSTA, Alfredo Bruto da, *Exclusões Sociais*, Fundação Mário Soares, Lisboa, Gradiva Publicações, 1998.

DIOGO, Fernando, "Quando o Estado e os Cidadãos não se entendem: o caso do Programa de Inserção do Rendimento Mínimo Garantido" *in Resumos - V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Acção*, Associação Portuguesa de Sociologia, Maio 2004.

DRUCKER, Peter F., *As Organizações sem Fins Lucrativos*, Lisboa, Difusão Cultural, 1990.

DURKHEIM, Émile, *A Divisão Social do Trabalho*, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

ESTÊVÃO, João, "Causas Micro e Macroeconómicas do crescimento do Terceiro Sector" *in* BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, José C. Gomes (Orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

ESTIVILL, Jordi, *Panorama da Luta Contra a Exclusão Social - Conceitos e Estratégias*, Bureau Internacional do Trabalho, STEP, 1ª edição, Genebra, 2003.

ESTIVILL, Jordi; HIERNAUX, Jean-Pierre; GEDDES, Michael, *O Partenariado Social na Europa: Uma Estratégia Participativa para a Inserção*, Cadernos REAPN, N.º 3, Porto, 1997.

FERNANDES, António Teixeira, "Níveis de Confiança e Sociedade de Risco" *in Sociologia*, Universidade do Porto, 2000.

FERREIRA, Claudino, "Pobreza, Cidadania e Desqualificação Social: Notas de Reflexão Teórica" *in Interacções*, N.º 3, Janeiro-Junho 1996.

FERREIRA, J.M. Carvalho *et al.*, *Sociologia*, Alfragide, Mcgraw-Hill, 1995.

FITOUSSI, Jean-Paul; ROSANVALLON, Pierre, *A Nova Era das Desigualdades*, Lisboa, Celta Editora, 1997.

GENTILI, Pablo (Org.), *Globalização Excludente*, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

GIDDENS, Anthony, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2000.

HESPANHA, Pedro; CARAPINHEIRO, Graça (Orgs.), *Risco Social e Incerteza - Pode o Estado Social recuar mais?*, Porto, Edição Afrontamento, 2001.

HESPANHA, Pedro *et al.*, "Entre o Estado e o Mercado. As fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal", Coimbra, Editora Quarteto, 2000.

HESPANHA, Pedro, "Novas Desigualdades, Novas Solidariedades e Reforma do Estado", *in Revista Critica de Ciências Sociais*, Nº 54, Junho 1999.

IEFP, *Classificação Nacional das Profissões*, 1994.

IEFP, Estatísticas Mensais, Setembro de 2005.

INE, *Anuário Estatístico da Região Norte, 2003*.

INE, *Censos 2001 - IV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação.*

Instituto da Segurança Social, I.P., *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*, Janeiro de 2005.

Jornal de Noticias, *Desemprego de Longa Duração*, Edição Minho, 15 de Dezembro de 2005.

LEANDRO, Maria Engrácia; CARDOSO, Daniela Freire, *Sociologia do Voluntariado, A Seiva Humana - o caso hospitalar flaviense*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2005.

LOPES, Maria Gabriela ”O Estigma da Exclusão Social, Educação, Poder, e a Utopia da Inclusão” *in Resumos - V Congresso Português de Sociologia, Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Acção*, Associação Portuguesa de Sociologia, Maio 2004.

MISHRA, Ramesh, *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*, Oeiras, Celta Editora, 1995.

MOZZICAFREDDO, Juan, *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Lisboa, Celta Editora, 2ª Edição, 2000.

MOZZICAFREDDO, Juan, “O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias” *in Revista de Sociologia Problemas e Práticas*, Nº12, Outubro 1992.

Núcleo Distrital de Braga da REAPN, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, Conclusões do Seminário “Insucesso e Abandono Escolar”, Junho de 2005, p.5.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP), *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal – Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza*, Genebra, 2003.

PARDAL, Luís; CORREIA, Eugénia, *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores, 1995.

PEREIRINHA, José A., “A Pobreza e Exclusão Social” *in* J.M.FERREIRA *et al.*, *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

PERISTA, Heloisa; PIMENTA, Manuel, “A Pobreza Urbana - algumas situações tipo” *in Mediterrâneo*, N.º 4, Janeiro-Julho, 1994.

PINTO, Segismundo, *O Exercício do Voluntariado, dos Pressupostos Espirituais às Motivações e Acção Prática*, Fátima, Edição do Concelho Nacional de Portugal da Sociedade de S. Vicente Paulo, Abril de 2001.

Público (Jornal), *Combater o insucesso escolar é uma prioridade*, Edição Porto, 15 de Novembro de 2005.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Edições Gradiva, 3ª edição, 2003.

REAPN - Núcleo Distrital de Braga, *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Braga*, 2004.

REDE SOCIAL DE GUIMARÃES*, Diagnóstico Social*, 2004.

REDITEIA Nº.28 (s/d), *A Pobreza em foco*, REAPN, 2000.

Resumos - V Congresso Português de Sociologia, *Sociedades Contemporâneas: Reflexibilidade e Acção*, Associação Portuguesa de Sociologia, Maio 2004.

RODRIGUES, Eduardo Vítor, "O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português" *in Sociologia*, Porto, 2000.

RODRIGUES, Susana; COSTA, Graciete, *A Realidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social*, Relatório de Estágio em Administração Pública, Universidade do Minho, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

SANTOS, Luís, "As Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Acção Social em Portugal" *in* BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, José C. Gomes (Orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

SANTOS, Luís, "Politica da Acção Social em Portugal" *in* BARROS, Carlos Pestana e SANTOS, José C. Gomes (Orgs.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Editora Vulgata, 1997.

SILVA, Augusto Santos, "A ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais" *in* SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.

SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1987.

SILVA, Manuela, "Novas Desigualdades, Novas Solidariedades e Reforma do Estado" *in Revista Critica de Ciências Sociais*, Nº 54, Junho 1999.

SILVA, Manuel Carlos, "Globalização Hegemónica e Globalização Contra-Hegemónica" *in* VIEGAS, José; EDUARDO, Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

SILVA, Manuel Carlos, "Uma Sociedade sem Exclusão Social? Mas que sociedade?" *in Congresso Internacional Fórum Paulo Freire*, 2003.

SMITHSON, Janet et al., "Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar", *in Revista de Sociologia Problemas e Praticas,* N.º 27, 1998.

WALL, Karin, "Famílias Monoparentais" *in Revista de Sociologia Problemas e Práticas*, N.º 43, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro de 2003.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

XIBERRAS, Martine, *As Teorias da Exclusão: para uma construção do Imaginário do Desvio*, Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

Pesquisa na Internet:

www.google.pt
www.cm-vizela.pt
www.cm-guimaraes.pt
www.paginasamarelas.pt
www.fenacerci.pt
www.portugal.gov.pt
www.ine.pt
www.iefp.pt
www.wikipedia.org.pt